**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO**

RENATA CRISTINA DA PENHA SILVEIRA

**REPERCUSSÕES DO TRABALHO NO APROVEITAMENTO
ESCOLAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: RETRATO DE UMA
REALIDADE**

**Ribeirão Preto
2008**

RENATA CRISTINA DA PENHA SILVEIRA

**REPERCUSSÕES DO TRABALHO NO APROVEITAMENTO ESCOLAR DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES: RETRATO DE UMA REALIDADE**

Tese apresentada ao Programa Interunidades de
Doutoramento em Enfermagem da Escola de
Enfermagem da Universidade de São Paulo e
Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da
Universidade de São Paulo, para obtenção do
Título de Doutor em Enfermagem.

Área de concentração: Enfermagem

Linha de pesquisa: Prática Social e Profissional
em Saúde

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia do Carmo
Cruz Robazzi

Ribeirão Preto

2008

**AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE**

FICHA CATALOGRÁFICA

SILVEIRA, RENATA CRISTINA DA PENHA

Repercussões do trabalho no aproveitamento escolar de crianças e adolescentes: retrato de uma realidade. Ribeirão Preto, 2008.

163 f.; 30cm.

Tese apresentada à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP – Programa Interunidades de Doutorado em Enfermagem.

Orientador: Robazzi, Maria Lúcia do Carmo Cruz

1. Trabalho de Menores, 2. Saúde do Trabalhador, 3. Pobreza, 4. Ensino, 5. Aprendizagem.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Tese apresentada à Escola de Enfermagem de
Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo
para obtenção do Título de Doutor.

Linha de pesquisa: Prática Social e Profissional
em Saúde

Aprovado em:

Profa. Dra. Maria Lúcia do Carmo Cruz Robazzi (orientador)

_____ Assinatura: _____

_____ Assinatura: _____

_____ Assinatura: _____

_____ Assinatura: _____

_____ Assinatura: _____

“... O importante não é estar aqui ou ali, mas ser.

E ser é uma ciência delicada,

feita de pequenas grandes observações do
cotidiano, dentro e fora da gente.

Se não executamos estas observações, não
chegamos a ser, apenas estamos e desaparecemos.”

(Carlos Drummond de Andrade)

DEDICATÓRIAS

Aos meus pais, **Antonio e Maria,**

Por me darem vida e me ensinarem a lutar pelos meus desejos. Através de vocês, aprendi que a vida é muito simples para ser vivida se tivermos as pessoas mais importantes e insubstituíveis ao nosso lado... Nossos pais. A vocês, dedico esse trabalho e toda a minha vida.

Aos meus irmãos, **Ronan e Ronaldo,**

Sei que posso contar com eles em todos os momentos da minha vida, me protegem e me acalmam .

Aos meus sobrinhos, **Davi e Beatriz**

Os quais com seu amor, alegria e inocência de crianças iluminam minha vida e me fazem feliz

Ao meu **amor,**

Sei que está bem próximo de mim...

Ele não escolhe dia nem hora para chegar... Simplesmente chega.

Às minhas cunhadas, **Penha e Daniela,**

Por simplesmente fazerem meus irmãos felizes.

Aos meus avós, **Domiciano e Octávia, José e Maria** (*in memoriam*)

Apesar de não estarem presentes aqui, sei que me protegem e guardam na minha caminhada... Saudade.

AGRADECIMENTOS

À minha querida orientadora, **Profa. Dra. Maria Lúcia do Carmo Cruz Robazzi,**

Que acompanha meus passos há 11 anos... Deixo minha admiração, gratidão, respeito e carinho.

Agradeço a ela por tudo que sou. Agradeço pelas palavras de apoio (sempre na hora certa), pela sinceridade e amizade.

A **Deus,**

Que me ama e nunca me deixa sozinha nos momentos de desespero, solidão e das melhores alegrias.

Às Profas. Dras. **Maria Helena Palucci Marziale, Maria Aparecida Tedeschi Cano e Sandra Valenzuela** pela preciosa contribuição, sugestões esclarecedoras para organizar melhor minhas idéias durante a realização desta pesquisa.

Ao Prof. Dr. **Luiz Claudio Ribeiro**, pela disponibilidade e paciência em orientar-me no momento de maior angústia.

Às minhas amigas do coração, jornadas, passeios, conversas no final da noite, das risadas incansáveis e até mesmo dos choros, enfim, de tudo que há de melhor para ser compartilhado somente com elas, as amigas... **Paula Cristina Nogueira, Silmara Elaine Malaguti, Francielle Marques Araújo, Elda Silveira e Raquel Dully Andrade**

À colega **Liliana Amorim** que com sua ternura e calma, sempre aparece nas horas mais complicadas para trazer uma paz que só ela tem.

À **Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)** e aos meus colegas de trabalho que me acolheram e contribuíram para que fosse possível concluir esta pesquisa.

Aos funcionários da EERP-USP: Secretária de Pós-graduação: **Carla, Kethleen, Flávia** ; Núcleo de Apoio Bibliográfico- NOB: **Bernadete e Lourdes**; Recepção: **Aparecida ("Cidófera")**;
Pela disponibilidade com quem sempre me atenderam, obrigada!

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para o meu crescimento pessoal e profissional, cujos nomes não foram mencionados, minhas desculpas e meu eterno agradecimento.

*A Tese ora apresentada foi financiada pela **CAPES**-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.*

SUMÁRIO

	P.
Lísta de Tabelas	5
Lísta de Gráficos	6
Resumo	7
Abstract	9
Resumen	11
1 Introdução	14
1.1 Relevância e Justificativa do Estudo	15
1.2 Objetivo Geral e objetivos específicos	18
2 Revisão da Literatura	20

2.1 A infância e a adolescência	20
2.2 O trabalho realizado por crianças e adolescentes	24
2.3 Tipos de trabalho desenvolvidos pelas crianças e adolescentes	37
2.4 Distribuição do trabalho das crianças e adolescentes no Brasil	40
2.5 As diversas práticas de violência contra as crianças e adolescentes	43
2.6 A exploração sexual comercial	46
2.7 Adoecimentos provocados pelo trabalho	48
2.8 A família e a inserção da criança e do adolescente no mercado de trabalho ..	51
2.9 A inserção da mulher no mercado de trabalho e sua relação com o trabalho infantil	55
2.10 A escola e a educação do escolar	59
2.11 O estudo prejudicado pelo trabalho	66
2.12 Consequências “positivas” e “negativas” do trabalho da criança e do adolescente	71
3 Material e método	79
3.1 Tipo de estudo	79
3.2 Delineamento	79
3.3 Local	79
3.4 População	82
3.5 Amostra	82
3.6 Inclusão	82
3.7 Exclusão	83
3.8 Instrumento utilizado no estudo	83
3.9 Aspectos éticos	84
3.10 Estudo piloto	84
3.11 A coleta de dados	85
3.12 Análise dos dados	86
4 Resultados	89
5 Discussão dos dados	102
6 Conclusão	131
7 Limitações da pesquisa	135
8 Referências	139
9. Apêndices	
10 Anexos	

LISTA DE TABELAS

TABELAS	PÁGINAS
TABELA 1 - Distribuição de estudantes matriculados nas escolas EA e EB, segundo a idade. Ribeirão Preto, 2008.	89
TABELA 2 - Distribuição de estudantes matriculados nas escolas EA e EB segundo algumas características sócio e demográficas. Ribeirão Preto, 2008.	90
TABELA 3 - Distribuição do número total de alunos de acordo com as variáveis quantitativas. Ribeirão Preto, 2008.	93
TABELA 4 - Comparação de variáveis entre os grupos de crianças e adolescentes que trabalhavam fora de casa e o grupo de crianças e adolescentes que não trabalhavam fora de casa. Ribeirão Preto, 2008.	93
TABELA 5 - - Comparação de ausências (faltas) nas disciplinas entre os grupos de crianças que trabalhavam fora de casa e o grupo de crianças que não trabalhava fora de casa. Ribeirão Preto, 2008.	96
TABELA 6 - Distribuição de crianças e adolescentes que trabalhavam ou não fora de casa e o seu aproveitamento escolar. Ribeirão Preto, 2008.	97
TABELA 7 - Fatores de risco para o trabalho infantil e respectivos valores de (p) do Teste Qui - Quadrado de Person/Teste de Fisher.	99

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO		PÁGINA
Gráfico 1	Distribuição dos estudantes que trabalhavam fora de casa e estudantes que não trabalhavam fora de casa. Ribeirão Preto, 2008	91

RESUMO

SILVEIRA, R. C. P. **Repercussões do trabalho no aproveitamento escolar de crianças e adolescentes:** retrato de uma realidade. 2008. 163fl. Tese (Doutorado) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

No Brasil, há um importante número de crianças e adolescentes provenientes de famílias carentes que estudam e trabalham para compor a renda familiar. O principal objetivo deste estudo foi Identificar as repercussões do trabalho no aproveitamento escolar de crianças e adolescentes. Método: Estudo não-experimental, correlacional e de delineamento transversal, realizado com 133 alunos do ensino fundamental matriculados na 5ª até a 8ª séries em escolas da rede municipal de Ribeirão Preto (SP). Foi elaborado um questionário com perguntas que abordavam as características sociodemográficas dos estudantes em relação ao sexo, idade, cor, procedência e naturalidade, frequência escolar, caracterização do trabalho desenvolvido dentro/fora de casa, remuneração, período de tempo que desenvolve o trabalho, existência de trabalho anterior; consequências do trabalho, afastamentos na escola, perda de dias de aula, reprovação e/ou progressão para a série escolar seguinte, aproveitamento escolar das crianças e adolescentes que trabalhavam fora de casa comparando-se com as que não trabalham. O questionário foi previamente testado e posteriormente aplicado aos alunos. Para a análise dos dados foi utilizado *Statistical Package of Social Sciences*, versão 14.0. Resultados: Dos 133 sujeitos investigados a maioria (63,2%) era do sexo feminino; 83,9% possuíam pais casados

ou que moravam com companheiros; residiam em casa própria (74,2%) e com seus irmãos (95,5%). Dos 36 (27,7%) que informaram estudar e trabalhar fora de casa, a idade mínima de início no trabalho variou de seis anos de idade até 15 anos, porém, o maior número de sujeitos (20,6%) iniciou as atividades aos onze e treze anos de idade (20,6%), o salário recebido pelo seu trabalho foi, em média, U\$ 61,2; os motivos alegados para trabalhar foram: compor a renda familiar (33%), ganhar dinheiro (11,1%), gostar de trabalhar (5,5%) e 88,9% ajudavam os pais em casa após o trabalho e 38,9% informaram já terem repetido o ano. Houve associação com o trabalho fora realizado pela criança/adolescente, ou seja, a chance dele repetir o ano trabalhando fora é de 260% maior do que a chance daqueles que não trabalhavam fora de casa ($p=0,000$). Evidenciou-se que muitos fatores contribuem para a inserção precoce destes sujeitos no mercado de trabalho, como o tamanho, a estrutura da família e a pobreza. Quanto mais a criança e o adolescente são absorvidos pelo trabalho, maior é a possibilidade de terem um aproveitamento escolar insatisfatório e abandonarem os estudos e, conseqüentemente, permanecerem com condições sócio-econômicas inferiores.

Palavras-Chave: Trabalho de Menores, Saúde do Trabalhador, Pobreza, Ensino, Aprendizagem.

ABSTRACT

SILVEIRA, R. C. P. **Impacts of work in children's and adolescents' school performance:** a reality report. 2008. 163lvs. Thesis (Doctorate Degree) - University of São Paulo at Ribeirão Preto College of Nursing.

In Brazil there is a high number of children and adolescents from needy families who study and work to contribute with family income. This study aimed to identify the impact of work in children's and adolescents' school performance. Method: This is a non experimental, correlational, cross-sectional study, carried out with 133 students from secondary education, in municipal schools at Ribeirão Preto (SP). A questionnaire with questions concerning students' socioeconomic characteristics about gender, age, color, place of birth, school attendance, characterization of the work done, wage, time of work, work shift, prior works, work's consequences, absence at school, school days missed, failures and/or progression to next grade and school performance of students working compared to the ones not working. The questionnaire was previously tested and then applied to the students. The Statistical Package of Social Sciences, version 14.0, was used for the data analysis. Results: Of the 133 investigated subjects, most (63,2%) was girls; 83,9% had parents who were married or lived with partner; lived at own home (74,2%) and with siblings (95,5%). Of the 36 (27,7%) who mentioned to study and work, the minimum age of beginning to work vary from six to 15 years old, nevertheless, the majority (20,6%) started their activities at the age of eleven and thirteen (20,6%); the salary received for the work was US\$ 61,2 in average. The reasons mentioned to work were: to

contribute with family income (33%), to earn money (11,1%), liking to work (5,5%), 88,9% help parents at home after work and 38,9% have failed at school. It was identified association with the work done by the child/adolescent, that is, the chance of failing at school is 260% higher than the chance of the ones who do not work ($p=0,000$). Many factors contribute to the premature start of these students at work, as the size and structure of the family and poverty. The more the child and adolescent are absorbed by work, higher the chance of having an unsatisfactory school performance and abandoning studies, thus remaining with lower socioeconomic conditions.

Key words: Child Labor, Occupational Health, Poverty, Education, Learning.

RESUMEN

SILVEIRA, R. C. P. **Repercusiones del trabajo en el aprovechamiento escolar de niños y adolescentes:** retrato de una realidad. 2008. 163fl. Thesis (Doctorado) - Escuela de Enfermería de Ribeirão Preto de la Universidad de São Paulo

Aún hay en Brasil un gran número de niños y adolescentes provenientes de familias carentes que estudian y trabajan para componer la renta familiar. El objetivo principal de este estudio fue identificar las repercusiones del trabajo en el aprovechamiento escolar de niños y adolescentes. Método: Estudio no-experimental, correlacional y transversal; realizado con 133 alumnos de educación primaria en escuelas de la red municipal de Ribeirão Preto (SP). Fue elaborado un cuestionario con preguntas acerca de características sociodemográficas de los estudiantes en relación a sexo, edad, color, procedencia y naturalidad, frecuencia escolar, caracterización del trabajo, salario, periodo en que trabaja, trabajos anteriores, consecuencias del trabajo, ausencia en la escuela, días de clase perdidos, reprobación o progresión en el curso escolar siguiente y aprovechamiento escolar de niños y adolescentes que trabajan comparado con aquellos que no trabajan. El cuestionario fue testado preliminarmente y después aplicado a los alumnos. Para el análisis de datos fue utilizado el Statistical Package of Social Sciences (SPSS), versión 14.0. Resultados: De los 133 sujetos investigados la mayoría (63,2%) era del sexo femenino; 83,9% tenían padres casados o que vivían con compañeros, residían en casa propia (74,2%) y con sus hermanos (95,5%). De los 36 (27,7%) que informaran estudiar y trabajar fuera de casa, la edad mínima de principio en el trabajo varió de seis a 15 años de edad, sin embargo, la mayoría (20,6%) inició las actividades a los once y

trece años de edad (20,6%). El sueldo recibido por el trabajo fue, en media, US\$ 61,2; los motivos alegados para trabajar fueron: componer la renta familiar (33%), ganar dinero (11,1%), gustar de trabajar (5,5%); 88,9% ayudan los padres en casa después del trabajo y 38,9% ya reprobaron el curso. Se identificó asociación con el trabajo realizado por el niño/adolescente, o sea, la posibilidad de los que trabajan fuera reprobado el curso es 260% mayor que aquellos que no trabajan ($p=0,000$). Varios factores contribuyen para la inserción precoz de estos sujetos en el mercado de trabajo, como el tamaño y estructura de la familia y la pobreza. Cuanto más el niño y el adolescente son absorbidos por el trabajo, mayor es la posibilidad de tener un desempeño escolar insatisfactorio y abandonar los estudios, y consecuentemente permanecer con condiciones socioeconómicas inferiores.

Palabras-Clave: Trabajo de Menores, Salud Laboral, Pobreza, Enseñanza, Aprendizaje.

INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo surgiu da inquietação da autora com a questão do trabalho infantil e do adolescente que a acompanha desde a infância, quando trabalhava com a família ajudando nas tarefas em casa ou vendendo frutas e verduras para auxiliar no custeio de seus estudos.

Durante a Graduação em Enfermagem esta autora interessou-se em concorrer junto à Coordenadoria de Assistência Social da Universidade de São Paulo (COSEAS), a uma bolsa do Programa Bolsa Trabalho. Ao avaliar os projetos de pesquisa disponíveis, interessou-se por um cujo tema abordava a questão do trabalho da criança e do adolescente e sua escolarização.

Com a finalização deste projeto de pesquisa, iniciou um outro como Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com uma pesquisa cujo tema foi também o trabalho infantil e acidentes de trabalho, permanecendo vinculada à pesquisa até o último ano de graduação em enfermagem.

Na Pós-Graduação, apresentou a Dissertação de Mestrado em que abordou a problemática do trabalho infantil e do adolescente no atendimento de emergência feito pelos profissionais de saúde em serviço público de assistência à saúde, no qual conseguiu identificar que crianças e adolescentes trabalhadores acidentam-se no trabalho, mas ocorre a sub-notificação acidentária, além de adoecimentos ocorridos em decorrência do trabalho e dos ambientes laborais.

O tema do trabalho da criança e do adolescente continua em seu Doutorado em Enfermagem, já que é uma temática altamente complexa, grave e séria que acontece globalmente e em toda a nação brasileira. Tão importante quanto o mesmo é a discussão sobre jovens que estudam, mas precisam trabalhar para complementar a renda familiar.

Ao realizar um levantamento em bases de dados percebe-se que os estudos relacionados ao trabalho infantil e rendimento escolar não são encontrados com muita frequência na literatura. Há poucas investigações internacionais que discutem o tema, sendo raras as nacionais e na área da saúde, especificamente na enfermagem onde são praticamente inexistentes.

A Enfermagem como profissão da área de saúde, necessita estar

engajada nos problemas políticos e sociais que acontecem no país especialmente pelas questões relacionadas ao trabalho infantil e do adolescente inserindo-se na luta político-social nacional pelas melhores condições de vida desta população e, conseqüentemente, pela erradicação ou minimização do número de crianças e adolescentes que se iniciam no trabalho precocemente.

Se não houver um aprofundamento relacionado a tal problemática, não se consegue intervir cientificamente e com profissionalismo na questão. Assim diante da lacuna constatada sobre esse assunto, no âmbito da Enfermagem, a autora foi motivada a desenvolver a presente pesquisa, tentando melhor apreender a influência do trabalho realizado pela criança e pelo adolescente no aproveitamento escolar

Diante do exposto, pretende identificar as repercussões do trabalho no aproveitamento escolar de crianças e adolescentes.

As hipóteses para a realização de tal investigação são:

- ❖ As crianças e adolescentes que trabalham e estudam apresentam maior número de ausências à escola, maior índice de reprovação e a não progressão à série seguinte;
- ❖ Crianças e adolescentes cujas famílias apresentam baixos salários são mais encorajadas a trabalhar em relação àquelas cujas famílias têm maiores rendas.

1.1 RELEVÂNCIA E JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

O tema do trabalho infantil e do adolescente é complexo, evidenciando uma questão grave e séria que acontece em todo o país. Tão importante quanto o mesmo é a discussão sobre as crianças e adolescentes que estudam e trabalham, o que promove interesse sobre os perigos de saúde e de segurança enfrentados por esses trabalhadores e os desdobramentos em relação ao seu aproveitamento escolar. Há reduzidas investigações desenvolvidas pela Enfermagem relacionadas aos efeitos de diferentes tipos de condições do trabalho em relação à saúde e ao desenvolvimento da criança e do adolescente, incluindo-se as dificuldades que acontecem neste processo de aproveitamento escolar.

Na condição de profissional da área de saúde, o Enfermeiro deve conhecer mais as questões relacionadas ao trabalho em geral e aquele exercido pelas crianças e adolescentes que estudam. Assim, pode contribuir para aumentar o

conhecimento existente referente ao assunto e alertar educadores, para que intervenham no sentido de orientar os trabalhadores – no caso as crianças e adolescentes e suas famílias – sobre os malefícios que podem ocorrer resultantes deste tipo de trabalho.

RENATA C. P. SILVA
2008

OBJETIVOS

2. OBJETIVO GERAL

➤ Identificar as repercussões do trabalho no aproveitamento escolar de crianças e adolescentes.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Identificar as características sócio-econômicas e demográficas (sexo, cor, composição e renda familiar, moradia, situação conjugal e emprego dos pais) de crianças e adolescentes de escolas municipais de Ribeirão Preto;

2. Identificar a execução de trabalho entre crianças e adolescentes dentro e/ou fora de casa e suas características (remuneração, período de tempo que desenvolve o trabalho, existência de trabalho anterior e conseqüências deste trabalho);

3. Identificar a ausência anual nas disciplinas e o aproveitamento escolar da criança e/ou adolescente por meio de conceitos, reprovações e/ou progressões para série seguinte;

4. Comparar o aproveitamento escolar de crianças e adolescentes que trabalham fora de casa com as crianças e adolescentes que não trabalham.

RENATA C. P. SILVA
2008

REVISÃO DA LITERATURA

3.1 A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA

Como o presente estudo reporta-se à temática do trabalho infantil e do adolescente, a questão da infância é importante de ser apreciada.

O desenvolvimento humano consiste em mudanças físicas, sociais, cognitivas, psíquicas e morais que ocorrem ao longo do ciclo vital; tais modificações progridem ao aperfeiçoamento e sofisticação e, em geral, ocorrem de acordo com uma ordem pré-estabelecida. Na infância, isso deve ser visto com atenção, pois será o alicerce para a vida toda. O desenvolvimento infantil é constituído por um “processo vital que engloba crescimento, maturação e aprendizagem. Como resultados da inter-relação íntima entre estes três fenômenos, ocorrem modificações quantitativas e qualitativas no funcionamento da pessoa” (VERÍSSIMO, SIGAUD, 1996).

O desenvolvimento humano está sujeito a influências hereditárias (genética, proveniente dos pais) e do ambiente externo (estilo de vida, cultura, família, educação, classe social, dentre outros); além disso podem acontecer deficiências físicas e mentais (PAPALIA, 2006).

A adolescência é caracterizada por uma série de transformações físicas, psicológicas e sociais. A faixa etária que a abrange varia segundo diferentes critérios, uns mais restritos e outros mais amplos como os cronológicos, fisiológicos, sociológicos e psicológicos (FISCHER, 2002).

Uma forma de classificar as influências é dada pela proximidade do impacto. A abordagem ecológica do desenvolvimento estudada por Bronfenbrenner identifica cinco níveis de influência ambiental, sendo que para compreender o desenvolvimento individual, deve-se estudar cada pessoa no contexto destes múltiplos elementos. O *microssistema* representa o ambiente da casa, escola e trabalho, relacionamentos com pais, irmãos, professores, entre outros; o *mesossistema* é um entrecruzamento de vários microssistemas, incluindo vínculos entre lar e escola, lar e trabalho e outros; o *exossistema* representa os vínculos entre dois ou mais ambientes sendo que, pelo menos um deles, não envolve a pessoa em desenvolvimento, mas a afeta indiretamente, como o local de trabalho dos pais; o *macrossistema* é constituído pelos padrões culturais, como as crenças e ideologias e

o *cronossistema* é representado pela dimensão de tempo, que pode incluir mudanças na estrutura familiar, emprego, entre outros. (PAPALIA, 2006).

As clássicas concepções sobre a natureza humana estudadas tanto por Locke (1632-1704) e Hume (1711-1776), como por Rousseau (1712-1778) constituem-se respectivamente, como alicerces da tradição empirista, cuja ênfase recai sobre o papel determinante do ambiente inatista, que acentua as características herdadas – a bondade natural em Rousseau, por exemplo – principalmente na psicologia evolutiva. Entretanto, o debate em torno desses modelos explicativos – empirista e inatista – ainda persiste. Atualmente foram acrescentados enfoques teóricos de caráter interacionista, os quais ultrapassam as fronteiras por eles delimitadas e sinalizam para novas perspectivas interpretativas do desenvolvimento humano, dentre as quais se destacam: a *etológica*, com ênfase em pesquisas em ambientes naturais; a *ecológica*, representada, sobretudo, por Bronfenbrenner (1996) e por fim, a perspectiva *sócio-histórica e cultural*, representada por Vygotsky (1984, 1988, 1996, 1997), cujo destaque vem se acentuando, principalmente a partir da década de 70 (CAMPOS; FRANCISCHINI, 2003).

A teoria sociocultural de Vygotsky relaciona-se principalmente com as atividades mentais superiores e tem importantes implicações para a educação e testes cognitivos; apresenta como ênfase a interação social da criança com os adultos e pode realizar o potencial de aprendizagem (PAPALIA, 2006). Na perspectiva sócio-histórica, o desenvolvimento humano é entendido como um processo de internalização de regras, de valores e de modos de pensar e de agir que ocorrem nas interações sociais, das quais o sujeito participa em seu cotidiano (CAMPOS; FRANCISCHINI, 2003).

Em relação ao estudo do desenvolvimento, para Coll (1995), na perspectiva etológica deve-se destacar o conceito de ambiente de adaptação e os ajustes necessários da conduta às exigências que esse ambiente apresenta; em segundo lugar deve-se dar importância a prática de observação em ambientes nos quais a conduta se produz. Esta última característica está presente, também, em pesquisas que assumem a perspectiva ecológica.

Segundo ainda este autor a observação em ambientes naturais deve ser acrescida à preocupação com os múltiplos fatores que influenciam o desenvolvimento, como as influências mútuas criança-ambiente e, por fim, a crença

de que realidades, não imediatamente presentes, podem exercer influência sobre o comportamento da criança (CAMPOS; FRANCISCHINI, 2003).

Para Mattei (2006, p. 166):

Piaget buscou compreender as idéias que envolvem a experiência e a inteligência, ou seja, a interação indivíduo/meio, valorizando aspectos biológicos no desenvolvimento, enquanto Vygotsky faz uma dialética com a obra de Piaget, concluindo que o desenvolvimento é favorecido pelo ambiente físico e social no qual estamos inseridos.

Assim, com a finalidade de entender o desenvolvimento é necessário examinar tanto a natureza quanto o meio ambiente, biologia e cultura e o modo como interagem para explicar a consistência e a mudança (BEE, 2003).

Enfatiza-se muito, atualmente, a interação entre expressão da carga genética e o ambiente para explicar o desenvolvimento da melhor maneira possível (BETELI, 2006), o que também é afirmado por Wallon (GALVÃO, 2000); Vygotsky (TAILLE, OLIVEIRA, DANTAS, 1992; VYGOTSKY, 2000).

Para compreender o desenvolvimento da criança é necessário ir além da díade mãe-criança/pai-criança; é necessário examinar toda a ecologia do desenvolvimento: o padrão de interação familiar e as influências da cultura sobre a família (BEE, 2003).

Assim, o desenvolvimento humano ocorre durante a vida inteira. Cada período do ciclo vital é influenciado pelo que ocorreu antes e irá afetar o que virá depois (PAPALIA, 2006).

No exercício de atividades lúdicas a criança “faz o que mais gosta de fazer, porque o brinquedo está unido ao prazer” (Vygotsky, 1984 apud PAPALIA 2006). Ainda para esse autor, dois outros aspectos determinam a importância do brincar: o primeiro é ser uma atividade que favorece a maturação de certas necessidades da criança, diretamente associado ao desenvolvimento; o segundo é possibilitar à criança em idade pré-escolar a efetivação de desejos não realizáveis no mundo real.

Em decorrência das condições de existência as quais estão submetidos há sujeitos que não só interiorizam os elementos de seu universo, mas também vivenciam uma infância em que não há lugar para a singularidade exercida na escolha ou prazer daquilo que fazem. Assim, determinados aspectos coercitivos da

realidade (dentre eles, o trabalho) que, imaginariamente não encontrariam eco na infância, ocupam, desde cedo, lugar em sua existência. É possível concluir então, que a vida dessas crianças faz com que elas se identifiquem muito mais com os adultos, que com os modelos infantis configurados (CAMPOS; FRANCISCHINI, 2003).

Em relação ao desenvolvimento da criança e à sua associação com atividades estressoras Campos; Francischini (2003, p. 123) explica que

Por estarem submetidas a uma carga de trabalho estafante e de alta responsabilidade até para um adulto, há comprometimento da organização psicológica das crianças, de modo que o adulto que serão não terá, muito provavelmente, o equilíbrio emocional suficiente para fazer frente às novas demandas que lhes serão postas.

A debilidade da condição física das crianças acrescenta-lhes um estado de fadiga e falta de disposição e de tempo para engajamento em outras atividades, deficiência de atenção, concentração e restrições às possibilidades de relações sociais. Em decorrência, elas ficam privadas de brincar, ou seja, de uma das atividades que mais contribuem para o desenvolvimento saudável de seus aspectos físicos, cognitivos e sociais (CAMPOS; FRANCISCHINI, 2003).

De modo similar à infância, nesta etapa da pesquisa faz-se uma abordagem da temática adolescência, já que há a necessidade de focar-se o adolescente trabalhador.

Na adolescência, o crescimento físico e outras mudanças são rápidas e profundas; ocorre a maturidade reprodutiva e desenvolve-se a capacidade de pensar em termos abstratos e utilizar o raciocínio científico; o pensamento imaturo persiste em algumas atitudes e em alguns comportamentos. Geralmente o relacionamento com os pais é bom, mas os grupos de amigos ajudam no auto-conceito e podem também exercer influência anti-social (PAPALIA, 2006).

Cavalcanti (1988, p.2), inicia as considerações sobre o conceito de adolescência explicitando que:

“A adolescência, como tudo o que é humano, só pode ser realmente compreendida se fizermos um estudo dos diversos elementos estruturais que entram na composição do ser e do viver do homem. Isso implica na apreciação do biológico, do sociológico e do psicológico que, de modo

interdependente e integrado, constituem o cerne da natureza humana. Quando não existe uma prévia convicção de que só o conjunto constitui o humano, há a tentação de, na aventura da análise, deixar-se perder no encanto do pormenor e apagar-se a perspectiva do homem como um ser global”.

As manifestações e necessidades da adolescência relacionam-se ao período de indecisão subjetiva e de incerteza social, caracterizado por uma "posição no intervalo", já que o adolescente não pode ser identificado como criança e nem como adulto (RASSIAL, 1997).

Sabe-se que “à criança cabe brincar e ao adulto, trabalhar - a adolescência seria o momento de uma - tentação nômade” (RASSIAL, 1997, p. 14), dessa forma, há a fuga da lógica do sim ou do não, das distinções simples entre "menores" e "maiores", irresponsabilidades e responsabilidades.

3.2 O TRABALHO REALIZADO POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A presença de crianças e adolescentes no trabalho é tão antiga quanto a própria história humana. Há, no entanto, diferentes formas de interpretar essa situação de acordo com a época e a cultura em que esta realidade se encontrava.

A mão-de-obra infantil participou ativamente no processo de desenvolvimento das antigas civilizações. No Egito, Mesopotâmia, Roma, Grécia, Império do Meio (hoje China) e Japão, crianças semeavam e colhiam, além de serem incluídas no trabalho artesanal, carpintaria, marcenaria e guarda de rebanhos. Há também relatos de trabalho infantil em minas, olarias e embarcações marítimas, desde os três anos (FERREIRA, 2001).

A história do trabalho da criança e do adolescente remonta ao início do próprio trabalho, na agricultura de subsistência. No Século VI a.C. os judeus já se revoltavam contra o destino de seus filhos, escravizados em trocas de alimento quando retornaram a Jerusalém após exílio na Babilônia (ROCHA, 2004).

Até meados do século XII, a criança era compreendida como um adulto em miniatura, a infância era entendida como um período de transição cuja lembrança era logo perdida (GONÇALVES-OLIVEIRA, 1999).

Para o historiador francês Philippe Áries, até o século XVII, as crianças não eram aceitas como qualitativamente diferente dos adultos; eram simplesmente

consideradas menores, mais fracas e menos inteligentes “(...) pinturas antigas mostravam crianças vestidas como os mais velhos” (PAPALIA, 2006, p. 30).

Com o avançar do tempo, os adultos passaram a diferenciá-las de forma visível, o que aconteceu em relação ao traje, marcando uma data importante na formação e separação da infância e vida adulta (ARIÈS, 1981).

Na Idade Média, poucas crianças sobreviviam em decorrência das condições de existência do período; acreditava-se que a criança pequena não tinha alma e a infância era, apenas, uma fase sem importância na cultura da época. A morte, de crianças era considerada uma perda (GONÇALVES-OLIVEIRA, 1999). Havia a idéia “do desperdício necessário”² (ARIÈS, 1981).

Do século XIV ao XVII a criança ainda era retratada no conjunto da família; seus companheiros de jogos eram, muitas vezes, adultos; a criança na multidão era ‘ressaltada’¹ no colo de sua mãe ou segura pela mão, ou brincando (ARIÈS, 1981). Esta criança, ainda vista como miniatura de adulto, era colocada para trabalhar.

Assim, a origem dos modelos matemáticos e de construções teóricas relacionados à problemática do trabalho infantil pode ser encontrada em relatos de escritores como Karl Marx, Alfred Marshall e Arthur Pigou, dentre outros. Marx, em 1867, já descrevia algumas das causas do trabalho infantil. Para ele, com o advento das máquinas, reduzia-se a necessidade da força muscular, permitindo o emprego de trabalhadores fracos ou com desenvolvimento físico incompleto, mas que tinham membros mais flexíveis. As máquinas reduziam o tempo necessário de trabalho; assim o empregador, que detinha os meios de produção, reduzia o salário dos trabalhadores e, conseqüentemente, o meio de sobrevivência das famílias. Este fato culminava, muitas vezes, no fato do trabalhador adulto necessitar inserir toda a família no mercado de trabalho para compensar a perda de renda.

Explica Marx (1978, livro I, v. 2, p. 449)

[...] de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção do sexo e de idade, sob o domínio direto do capital.

¹ As aspas são do autor (Ariès, 1981).

O trabalho infantil foi intenso na Inglaterra e outros países também apresentavam altas taxas de crianças trabalhando por volta de 1830 e 1840, como França, Bélgica e Estados Unidos (KASSOUF, 2007).

Para Campos; Francischini (2003), ao tratar do desenvolvimento do capitalismo, desde o século XVIII, Marx (1867/1996) já denunciava os acordos firmados pelos capitalistas negociados junto aos abrigos suspeitos ou familiares famintos. Por meio de tais acordos, as crianças eram entregues a mais completa exploração, justificada pelo aprendizado de um ofício, de que se valeriam no trabalho desenvolvido. Também eram justificadas as dificuldades da família para se manter e mantê-las.

Apesar de não se ter iniciado na Revolução Industrial, muitos historiadores apontam o agravamento da utilização de mão-de-obra infantil nessa época; no ano de 1861 o censo da Inglaterra mostrava que quase 37% dos meninos e 21% das meninas de 10 a 14 anos trabalhavam (KASSOUF, 2007).

Na Revolução Industrial, o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra-de ordem da aplicação capitalista da maquinaria. Assim este meio de substituir o trabalho e os trabalhadores transformou-se rapidamente numa maneira de aumentar o número de assalariados, colocando todas as pessoas da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo ou idade, sob o comando do capital. O trabalho forçado usurpou não apenas o lugar do folguedo infantil, mas também o trabalho livre no círculo doméstico, dentro de limites decentes, para a própria família (MARX, 1978).

Na maquinaria, o trabalho consistia tanto na fiação quanto na tecelagem e reparação dos fios que se partiam, pois a máquina fazia o resto. Então, não havia necessidade de força física, mas sim de dedos ágeis; por isso era feito por mulheres e crianças (...) que eram mais rentáveis e hábeis que os homens nesse tipo de trabalho (ENGELS, 1985)

Sobre os fabricantes, sabe-se que “raramente empregavam crianças de cinco anos, freqüentemente as de seis anos, (...) sete anos e maior parte das vezes as de oito ou nove anos; que a duração do trabalho atingia, por vezes, 14 a 16 horas por dia” (ENGELS, 1985).

O crescimento da livre indústria e da empresa propiciou a existência de longas jornadas laborais executadas por crianças as quais, já ocorriam no século XVII (antes da Revolução Industrial); no entanto, no início do século XIX,

principalmente nas indústrias têxteis ocorria “a miséria e a enfermidade física e moral”, as quais eram “causadas pelo trabalho excessivo”, em más condições [Marshall (1920) apud KASSOUF, 2007].

Em discurso de Lord Ashley, apresentado à Câmara dos Comuns, em 15 de março de 1844 na Inglaterra, sobre a idade dos operários e a proporção de homens e mulheres, Engels (1985) relata que:

“(...) dos 419.590 operários de fábrica do império britânico (em 1839), 192.887 (ou seja, quase a metade) tinham menos de 18 anos e 242.996 eram do sexo feminino, dos quais 112.192 menores de 18 anos. Segundo esses números, 80.695 operários do sexo masculino têm menos de 18 anos e 96.599 são adultos, ou seja, 23%”.

Ainda no século XVIII, devido ao elevado índice de mortalidade infantil, em outros locais da Europa, iniciou-se uma tendência a melhorar a higiene dispensada às crianças. Essa mudança de atitude fez com que houvesse uma nova sensibilidade em relação a elas, que passaram a ser vistas como seres frágeis e ameaçados; assim os pais começaram a se preocupar em vacinar seus filhos e a mortalidade que até então era acentuada começou a ser reduzida, sendo os novos conceitos adotados pela família, em relação à higiene, fundamentais para a sobrevivência de sua prole.

Tudo que se referia às crianças e à família passou a se tornar um assunto sério e digno de atenção; a simples presença e existência das crianças era digna de preocupação; elas haviam conseguido assumir um lugar especial dentro da família (GONÇALVES-OLIVEIRA, 1999).

No Brasil, o início do trabalho infantil aconteceu entre os indígenas do litoral, que no início do século XVI, em troca de quinquilharias como espelhos e contas coloridas distribuídas pelos colonizadores portugueses, ajudaram adultos a extrair o pau-brasil e a erguer as primeiras vilas. Nas matas, enquanto os homens dedicavam-se à caça e pesca, às mulheres restava-lhes a coleta de frutas, caules e raízes de vegetais não cultivados e plantas que continham qualidades medicinais. As crianças procuravam mel e ovos de tartaruga e caçavam passarinhos. Carregavam também carne e armas para aldeia e espantavam pássaros das roças no período que precedia as colheitas (FERREIRA, 2001).

Os primeiros relatos do trabalho infantil no país ocorreram na época da escravidão, que perdurou por quase quatro séculos. Filhos de escravos acompanhavam seus pais nas mais diversas atividades em que se empregava essa mão-de-obra e exerciam tarefas que exigiam esforços muito superiores às suas possibilidades físicas (KASSOUF, 2007)

O início do processo de industrialização nacional, no final do século XIX, não foi muito diferente daquele ocorrido em outros países no tocante ao trabalho infantil. Em 1890, do total de empregados em estabelecimentos industriais de São Paulo, 15% eram constituídos por crianças e adolescentes. Nesse mesmo ano, o Departamento de Estatística e Arquivo do Estado de São Paulo registrava que um quarto da mão-de-obra empregada no setor têxtil da capital paulista era formada por crianças e adolescentes. Vinte anos depois, esse equivalente já era de 30% (KASSOUF, 2007).

Em relação ao Brasil, no século XIX, na evolução do industrialismo, observava-se algumas das situações anteriormente constatadas na Inglaterra, particularmente o aluguel de crianças. Familiares devido ao alto grau de pobreza a que estavam submetidos consideravam os empresários benfeitores da família e das próprias crianças [Dulles (1977) apud CAMPOS; FRANCISCHINI, 2003].

Em 1919, segundo dados do Departamento Estadual do Trabalho, 37% do total de trabalhadores do setor têxtil eram crianças e jovens e na capital paulista, esse índice chegava a 40% (OIT, s. d.).

Assim, desde a Revolução Industrial até os dias atuais observa-se que muitas das crianças estão inseridas no mercado de trabalho. No Brasil e nos demais países há uma diferença entre o mundo que a “criança deveria ter”² - como o das brincadeiras - e o mundo onde ela realmente vive, no trabalho. O primeiro é feito de expressões como “a criança precisa”, “ela deve”, “vamos lutar para”, entre outras. No segundo, as crianças são orientadas para o trabalho, o ensino e o adestramento físico e moral, restando pouco tempo para o riso e a brincadeira. A infância acaba sendo esquecida e o mundo infantil acaba sendo deixado de lado, particularmente nas famílias mais carentes, restando somente o trabalho árduo (SARTORI, 2006).

A primeira manifestação internacional em prol dos direitos das crianças aconteceu somente no século XX, em 1924, em Genebra. Entretanto, foi cerca de

² As aspas do parágrafo são do autor Sartori (2006)

trinta anos depois, em 1959, que a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu os princípios relativos à proteção, que só vieram, todavia, a concretizar-se em 1979. Este ano foi então declarado como o Ano Internacional dos Direitos Humanos da ONU e representou um marco quanto ao assunto, visto que trouxe à luz a Convenção dos Direitos da Criança, um passo importante para a sua defesa (MELLO JORGE, 2002).

A Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente, reportando-se à Declaração dos Direitos da Criança (BRASIL, 2002a) assinala que:

(...) a criança, em virtude de sua falta de maturidade física e mental, necessita de proteção e cuidados especiais, inclusive, a devida proteção legal, tanto antes quanto após seu nascimento. Para o pleno e harmonioso desenvolvimento de sua personalidade deve crescer no seio da família, em um ambiente de felicidade, amor e compreensão, devendo “estar plenamente preparada para uma vida independente na sociedade e deve ser educada de acordo com os ideais proclamados na Carta das Nações Unidas, especialmente com espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade, igualdade e solidariedade”.

O combate ao trabalho infantil é uma das metas prioritárias do Estado brasileiro. Trata-se de obrigação que se impõe para que haja a proteção integral devida a toda criança e adolescente, prevista na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227.³ A existência da exploração do trabalho de crianças e adolescentes constitui uma violência, uma negativa dos direitos que lhe são garantidos constitucionalmente, os quais são fundamentais e humanos.

Na década de 90, o Brasil assumiu um compromisso perante a comunidade internacional, ao ratificar a Convenção dos Direitos da Criança da ONU e, mais recentemente, as Convenções 138 e 182 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, para eliminação das piores formas de trabalho infantil, em 1999, o que tem sido reafirmado pelo atual governo e pelo anterior, que inclusive instituiu o

³ As Constituições Federais (CF) de 1824 e 1891 nada diziam a respeito do trabalho da criança, aparecendo disposição específica na CF de 1934 e seguintes. No Decreto n. 17.943/1927 (Código dos Menores) proibia o trabalho antes dos 12 anos (“art. 101- É proibido em todo o território da Republica o trabalho dos menores de 12 anos”). A CF de 1934, conforme art. 121, alínea “d”, tinha a seguinte disposição: “proibição de trabalho a menores de 14 anos; de trabalho noturno a menores de 16; e em indústrias insalubres, a menores de 18 anos e a mulheres”. Disposição idêntica repetia-se na CF de 1937 (art. 137, k). A CF de 1946 trouxe pequena alteração, quanto ao trabalho noturno, dispondo no art. 157, inciso IX: “proibição de trabalho a menores de quatorze anos; em indústrias insalubres, a mulheres e a menores de dezoito anos; e de trabalho noturno a menores de dezoito anos, respeitadas em qualquer caso, as condições estabelecidas em lei e as exceções admitidas pelo juiz competente”. A CF de 1967 foi um retrocesso, uma vez que diminuiu o limite da idade para o trabalho para 12 anos. Dispunha a respeito, nos seguintes termos: “proibição de trabalho a menores de doze anos e de trabalho noturno a menores de dezoito anos, em indústrias insalubres a estes e às mulheres” (art. 158, X).

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

Aliado a isso, na mesma década, foi inaugurado para a criança e o adolescente em relação às questões jurídicas e sociais, o reconhecimento no debate nacional e internacional dos seus problemas e a criação de legislações protetoras, representadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1995). O Estatuto propôs toda uma política de atendimento que prioriza o investimento em políticas sociais básicas, educação, saúde, garantia de emprego, entre outras, para as crianças e adolescentes brasileiros (VENDRUSCOLO, 2004).

Este documento prescreve que “é proibido qualquer trabalho a menores de 14 (quatorze) anos de idade, salvo na condição de aprendiz⁴” (BRASIL, 1995, Cap. V, art. 60). Atualmente, a legislação nacional mudou e passou a proibir o trabalho noturno perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e qualquer atividade laboral aos que possuem idade inferior a 16 anos, salvo na condição de aprendiz (FISCHER, 2002). Proíbe também o trabalho em minas, estivagem, ou qualquer trabalho subterrâneo para aqueles abaixo de 21 anos.

É vedado também, ao adolescente aprendiz, o trabalho com as seguintes características (BRASIL, 1995, Cap V, art. 67):

- I - noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e às cinco horas do dia seguinte;
- II - perigoso, insalubre ou penoso;
- III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;
- IV - realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

Assim, o adolescente aprendiz apresenta os mesmos direitos trabalhistas e previdenciários dos demais empregados, como remuneração mínima prevista em lei, férias, décimo terceiro salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), aviso prévio, aposentadoria. Além disso, deverá ter sua Carteira de Trabalho e Previdência Social anotada quanto ao seu contrato de trabalho, num prazo máximo de 48 horas, além de ter direito à escola. Seu horário de trabalho deve ser especial, para não prejudicar os estudos (CRUZ NETO; MOREIRA, 1998).

Ainda com relação aos direitos trabalhistas, o aprendiz diferencia-se do

⁴Art. 3º—Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos, em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, uma formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz compromete-se a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação (BRASIL, 2008f).

adolescente empregado apenas no que tange ao aspecto salarial, pois sua remuneração é fixada pelo artigo 80 da CLT, o qual estabelece que ele receberá "50% do salário mínimo na primeira metade do curso e dois terços dele, na segunda metade" (CRUZ NETO; MOREIRA, 1998).

A legislação brasileira é uma das mais rígidas em relação à idade mínima de ingresso no mercado de trabalho, equiparando-se à dos Estados Unidos e França. Na Inglaterra, por exemplo, a idade mínima é de 13 anos, na Bélgica e na maioria dos países da América Latina é de 14 anos e em países como Suíça, Alemanha, Itália e Chile, a idade mínima é 15 anos (ILO, 1998).

Reforça-se assim, a Política Nacional de Saúde para a Erradicação do Trabalho Infantil através de ações educacionais, vigilância e de atenção, além de haver uma contribuição para a prevenção do trabalho infantil e a identificação do mesmo apontando prioridades de sua erradicação sob a ótica da saúde, bem como, prestando atenção integral à saúde das crianças trabalhadoras.

O Brasil, com base no estabelecido pela Convenção 182⁵ da Organização Internacional do Trabalho - OIT incluiu na legislação nacional uma lista de atividades consideradas perigosas, particularmente ao trabalho realizado por crianças e adolescentes. Diversos organismos internacionais estão também estabelecendo grupos de trabalho para subsidiar a discussão sobre a definição de atividades consideradas perigosas ao trabalho infantil.

No dia 12 de junho de 2008 no Diário Oficial da União (DOU), foi sancionado pelo atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o Decreto n.º 6.481, que regulamenta os artigos 3º, alínea "d" e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que tratam da proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e da ação imediata para sua eliminação. A norma apresenta a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (*Lista TIP*) com 109 atividades econômicas em que é proibida a contratação de menores de 18 anos (Anexo 1).

Atualmente é considerado trabalho infantil penoso dirigir e operar tratores,

⁵ Art. 3º Para os efeitos desta Convenção, a expressão as piores formas de trabalho infantil compreende: (a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívida e servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou compulsório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados; (b) utilização, procura e oferta de criança para fins de prostituição, de produção de material pornográfico ou espetáculos pornográficos; (c) utilização, procura e oferta de crianças para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de drogas conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes; (d) trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são susceptíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança (ILO, 1998).

máquinas agrícolas, participar do processo produtivo do carvão vegetal, fumo ou cana de açúcar, manusear agrotóxicos e ainda trabalhar em atividades que exijam mergulho, mesmo com equipamento.

Dentre outros, o art. 4º do Decreto de 12 de junho de 2008, estabelece que:

Art. 4º Para fins de aplicação das alíneas "a", "b" e "c" do artigo 3º da Convenção nº 182, da OIT, integram as piores formas de trabalho infantil:

- I - todas as formas de escravidão ou práticas análogas, tais como venda ou tráfico, cativoiro ou sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou obrigatório;
- II - a utilização demanda, oferta, tráfico ou aliciamento para fins de exploração sexual comercial, produção de pornografia ou atuações pornográficas;
- III - a utilização, recrutamento e oferta de adolescente para outras atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de drogas; e
- IV - o recrutamento forçado ou compulsório de adolescente para ser utilizado em conflitos armados.

Pesquisa realizada em revistas indexadas em bases de dados internacionais utilizando-se o descritor “trabalho infantil” encontrou, no total, 214 artigos publicados, sendo que entre 1980 e 1990, havia seis, 65 entre 1990 e 2000 e 143 entre 2000 a 2005. O aumento no número de publicações parece ter sido impulsionado por três fatores: primeiro, o trabalho infantil tem mostrado considerável atenção política e pública ao longo da última década devido a questões sobre direitos humanos e implicações ao crescimento e desenvolvimento da criança em longo prazo através de sua interação com a educação; segundo, houve um considerável aumento do comércio e da globalização e terceiro, há a presença do trabalho doméstico efetuado por crianças em países em desenvolvimento (EDMONDS, 2007).

A inserção da criança no mercado de trabalho parte de dois axiomas: do bem de luxo, implicando que as famílias insiram suas crianças no mercado de trabalho porque de outra forma não conseguem atingir o nível de consumo de subsistência e o axioma da substituição, em que empresas consideram que adultos e crianças são substitutos de acordo com uma escala adulto-equivalente, ou seja, significa que as crianças podem fazer o trabalho dos adultos e vice-versa. (BASU; VAN, 1998). Para esboçar tal afirmativa, estudo (Levison et al., 1998 apud KASSOUF, 2007) realizado sobre tecnologia de produção envolvendo crianças da Índia, mostrou que os adultos são tão bons quanto as crianças na confecção manual de tapetes, dando suporte assim ao axioma da substituição.

Tais axiomas implicam em programas de combate à pobreza e incentivos à educação e saúde; naqueles que visam aumentar a oportunidade de adultos no mercado de trabalho e nos que envolvam capacitação e a (re) qualificação profissional, alfabetização de adultos, dentre outros (FERRO, 2007).

Para Rosenzweig (1981), na Índia explica-se a teoria econômica básica de decisão familiar para esclarecer a alocação de tempo entre trabalho, escolaridade e lazer de crianças. Essa teoria, proposta por Gary Becker, considera que o tempo é distribuído entre trabalho, lazer e escola. Entretanto, as restrições de tempo e de renda, assim como o desejo de consumir criam regimes de trocas, uma vez que mais tempo gasto em uma determinada tarefa significa menos tempo despendido em outra. A partir daí, a escolha de trabalhar é eleita, apesar do lazer ser preferível ao trabalho. Assim, a escola é vista, nesse modelo, como um investimento, com custos presentes e benefícios futuros. A troca, nesse caso, está relacionada à quantidade de bens de consumo e benefícios a que se deve renunciar no presente, uma vez que a criança que não trabalha, ainda possui custos com sua educação. Assim, o trabalho infantil e o tempo na escola são determinados pela alocação do tempo dos membros no domicílio em diversas atividades e o desejo por benefícios futuros, educação e consumo corrente. Qualquer fato que altere os benefícios ou custos da educação ou as restrições enfrentadas pela família poderá afetar a quantidade de educação que a criança recebe e a quantidade de tempo gasta com o trabalho.

Encontra-se ainda uma contradição na apresentação de números de crianças e adolescentes que trabalham, devido à terceirização da atividade econômica e pelo fato de que nem todo tipo de atividade exercida por eles pode ser considerado ‘trabalho’⁶ (VENDRUSCOLO, 2004).

Apesar de haver proibição no trabalho executado pelas crianças, recente levantamento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) detectou que há cerca de 165 milhões de crianças de 5 a 14 anos de idade, no mundo, envolvidas com alguma forma de trabalho. A maioria tem menos de 15 anos e trabalha com manuseio de ferramentas, em canteiro de obras, nas ruas, manipulando substâncias químicas, muitas vezes, para ajudar no sustento de suas famílias. Quase três quartos das que trabalham estão empregados na piores formas de trabalho infantil, incluindo o tráfico, os conflitos armados, a escravidão, a exploração sexual e os

⁶ As aspas são do autor Vendruscolo (2004).

trabalhos perigosos (OIT, 2008a).

O número de crianças envolvidas em atividades econômicas na África é o mais elevado de qualquer região do mundo, com quase 50 milhões de crianças trabalhadoras, o que representa 26% do número total de crianças. Porém, os números mais elevados de crianças trabalhadoras ocorrem na região Ásia-Pacífico, onde 122 milhões, com idades compreendidas entre os cinco e os 14 anos, trabalham. Já a América Latina e Caribe fizeram progressos, diminuindo para 5% o número de crianças com idades entre cinco e 14 anos envolvidas em atividades laborais (OIT, 2008b)

No Brasil, o trabalho infantil está diretamente vinculado à pobreza. Em geral, uma família com baixa renda pode não dispor de meios suficientes para garantir a educação de suas crianças. Além disso, a família pode depender da contribuição financeira que a criança trabalhadora traz para a complementação da renda familiar e considerar tal contribuição mais importante do que o acesso à educação. Adicionalmente, quando uma família tem que escolher entre enviar seus filhos à escola, normalmente as meninas saem perdendo (OIT, 2008a).

Pesquisas do Dieese (1997) e da própria OIT (SCHWARTZMAN; SCHWARTZMAN, 2001) vêm demonstrando que tanto o aporte de recursos financeiros ao orçamento familiar obtido com o trabalho de crianças e adolescentes é pequeno, quanto os conteúdos e as condições de trabalho dessas crianças e adolescentes não trazem diferença em relação ao trabalho de adultos. Ao contrário, as crianças são submetidas às condições de trabalho desumanas, desgastantes, precárias, sem proteção social, com enormes conseqüências ao seu futuro e ao futuro da nação. Dessa forma, os próprios argumentos da necessidade econômica, da possibilidade de saída da situação de miséria e do caráter educativo do trabalho devem ser recolocados em outro patamar pelos atores sociais. E as políticas públicas intersetoriais, de acesso e melhoria da qualidade das escolas, incluindo a bolsa escola (ou bolsa família), de atenção integral à saúde (incluindo a promoção e a vigilância da saúde), de geração de emprego e renda, devem ser reconhecidas por todos como importantes e efetivas para a diminuição das desigualdades sociais e a erradicação do trabalho infantil (NOBRE, 2003).

Para a OIT, criança trabalhadora é a que compõe a População

Economicamente Ativa - PEA⁷, independentemente de estar trabalhando ou procurando emprego.

Para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, em 2007, as populações com menos de 18 anos e com 50 anos ou mais de idade representavam 2,3% e 18,2%, respectivamente, da População Economicamente Ativa – PEA, ao passo que para aqueles que não compunham a População Não Economicamente Ativa (PNEA), essa porcentagem era de 31,2 e 37,6 respectivamente (BRASIL, 2008b)

As crianças são inseridas precocemente no mercado de trabalho e realizam uma variada gama de atividades, tornando-se mão-de-obra desqualificada e barata (CRUZ NETO, 1998). A multiplicidade de funções e atividades assumidas pelas crianças e adolescentes designa-os como trabalhadores generalistas, prontos para quaisquer tarefas (FERREIRA; VALENZUELA, 1998).

Corroborando tais dados, quase sete de cada 10 crianças trabalhadoras encontram-se no setor agrícola sendo que o setor de serviços emprega 22% das crianças e o industrial, incluindo minas, construção e produção emprega 9%. (OIT, 2008b).

No Brasil, constata-se uma variedade de setores onde se encontra a criança e o adolescente trabalhador: no setor primário da economia, no corte de cana, sisal, extração de carvão, colheitas, dentre outros; no secundário, como aprendiz na indústria em geral e no setor terciário como *boy*, babá, guarda - mirim, patrulheiro, empregada doméstica – com predomínio de meninas – e até mesmo na

⁷ Para o IBGE, a PEA compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a desocupada, assim definidas: **população ocupada** – constituída das pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalharam; **empregados** - pessoas que trabalham para um empregador ou mais, cumprindo uma jornada de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro ou outra forma de pagamento (moradia, alimentação, vestuário, etc.). Inclui-se, entre as pessoas empregadas, aquelas que prestam serviço militar obrigatório e os clérigos, sendo classificados segundo a existência ou não de carteira de trabalho assinada; **trabalhadores por conta própria** - pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, sem empregados; **empregadores** - exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, com auxílio de um ou mais empregados; **não remunerados** - pessoas que exercem uma ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou em ajuda a instituições religiosas, beneficentes ou de cooperativismo, ou, ainda, como aprendiz ou estagiário. A **população desocupada** é constituída das pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.). A **População não economicamente ativa (PNEA)** é constituída das pessoas não classificadas como ocupadas ou desocupadas (BRASIL, 2008a). Para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, "ocupação" significa o emprego regular e informal, permanente ou ocasional e as atividades de produção de alimentos e construção para o próprio consumo, mesmo quando não remuneradas. Entretanto, não incluem as tarefas domésticas realizadas na própria família – cozinhar, limpar a casa, lavar a roupa da família, cuidar dos irmãos (SCHWARTZMAN; SCHWARTZMAN, 2004).

prostituição.

Confirmando tais dados, a OIT, mostra que um grande número de crianças e adolescentes trabalha em atividades que, muitas vezes, as impedem de desfrutar da infância, dificultam o desenvolvimento e provocam danos físicos ou psicológicos os quais, em algumas situações, persistem durante toda a vida. Tais atividades, freqüentemente, prejudicam também as famílias, as comunidades e o conjunto da sociedade (ILO, 2002).

Para essa mesma Organização, no Brasil,

O direito a uma educação ocupa uma posição central entre os direitos humanos, por ser essencial para o desenvolvimento e exercício de outros direitos. Constitui o meio pelo qual as crianças e adolescentes, econômicos e socialmente excluídos, podem sair da pobreza. Além disso, crianças que se beneficiem com a educação são mais propensas a proporcionarem a educação a seus próprios filhos (OIT, 2008b)

A participação de crianças e adolescentes na força de trabalho é uma situação social que vem se mantendo como um problema ainda não resolvido em quase todo o mundo, tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento. Nestes últimos, há mais de 96% das crianças e adolescentes trabalhadores (OIT, s. d.).

Em relação ao trabalho do adolescente, Fischer et al. (2003) considera que se reveste de particularidades que o colocam como questão polêmica e ainda distante de qualquer consenso sobre os seus benefícios e prejuízos, sejam eles à saúde física, à formação da personalidade, à socialização, à escolarização, etc. Há carência de dados brasileiros sobre o assunto, particularmente em grandes centros urbanos, pois este tema apenas recentemente passou a ser discutido e a gerar posições que naturalizam o trabalho na adolescência e outras que o tratam como problema social.

Ao observar o posicionamento da sociedade em relação ao trabalho da criança, percebe-se que há adesão das famílias a esses valores, havendo então a conseqüente naturalização do trabalho infantil.

Neste caso, antes de ser um problema, este tipo de trabalho é apontado como solução às carências do sistema educacional, à pobreza, à violência das ruas. Os aspectos estruturais, culturais/simbólicos – e essa dualidade – problema/solução, constituem o núcleo deste objeto e explicitam a complexidade da questão para todos

aqueles que precisam ou se propõem a enfrentar o desafio de trabalhar para a erradicação do trabalho infantil (NOBRE, 2003).

Em pesquisas realizadas no ano de 2007, 42,4% (média anual) da população ocupada era empregada com carteira de trabalho assinada no setor privado; em 2003, este percentual era 39,7, mostrando que houve um aumento na oferta de empregos à população (BRASIL, 2008a). Tal crescimento também é visto no Estado de São Paulo: em 2003, 42,9 % da população estava empregada com carteira assinada, já em 2007 a porcentagem foi de 45,4 mostrando que houve uma melhora na qualidade do emprego no país. Foram detectados recordes positivos na série histórica da pesquisa, que identificou um mercado de trabalho mais vigoroso, com mais postos de trabalho e menos pessoas procurando uma ocupação (BRASIL, 2008a).

2.3 TIPOS DE TRABALHO DESENVOLVIDOS PELAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Quando se destacam os vários tipos de trabalho desenvolvido pela criança, muitas vezes o trabalho doméstico executado por meninas de camadas mais pobres acaba não sendo quantificado nas estatísticas brasileiras. No entanto, o que muda com o passar do tempo é a proporção da demanda e a oferta, as formas de inserção no mercado e as próprias condições laborais.

Considera-se empregado(a) doméstico(a) aquele(a) maior de 16 anos que presta serviços de natureza contínua (freqüente, constante) e de finalidade não-lucrativa à pessoa ou à família, no seu âmbito residencial. Assim, o traço diferenciador do emprego doméstico é o caráter não-econômico da atividade exercida no âmbito residencial do(a) empregador(a). Integram esta categoria os(as) seguintes trabalhadores(as): cozinheiro(a), governanta, babá, lavadeira, faxineiro(a), vigia, motorista particular, jardineiro(a), acompanhante de idosos(as), entre outras. O (a) caseiro(a) também é considerado(a) empregado(a) doméstico(a), quando o sítio ou local onde exerce a sua atividade não possui finalidade lucrativa (BRASIL, 2008g)

Em relação ao trabalho doméstico, em muitos países, como na Índia, a atividade realizada por meninas dentro do domicílio é tão árduo que até as impede de estudar (BURRA, 1997).

No Brasil este tipo de trabalho emprega meio milhão de crianças e adolescentes; cerca de 230 mil delas têm menos de 16 anos, idade mínima permitida pela legislação nacional. De todas as meninas que se encontram em situação de risco hoje no país, entre as que trabalham para ajudar no sustento da família, 24% dedicam-se ao serviço doméstico que é a ocupação remunerada mais comum para o sexo feminino. Entre elas, 75% são negras ou pardas, mais da metade trabalha período superior a 40 horas semanais sem direito a férias; a remuneração de 64% delas é inferior a um salário mínimo (CORREIO DO BRASIL, 2004). Segundo a PNAD os trabalhadores domésticos no ano de 2003 representavam 6,9% e já no ano de 2007, representaram 7,8%, mostrando um aumento na oferta de trabalho para eles (BRASIL, 2008b).

Em Recife, o cenário do trabalho infantil doméstico pode ser observado através de alguns dados levantados pela PNAD de 1998. De um contingente de 1.606 crianças e adolescentes na faixa de 10 a 14 anos de idade e de 6.019 na faixa etária de 15 a 17 anos, contabilizando 7.625 entre as idades de 10 a 17 anos que trabalham como empregados domésticos naquela cidade, apenas 13% eram homens. No trabalho doméstico estavam ocupadas 9% do total de crianças e adolescentes na faixa etária entre 10 e 17 anos que trabalhavam no local, ou seja, praticamente uma em cada 10 crianças trabalhadoras estavam ocupadas no serviço doméstico realizado para terceiros.

Dados recentes da PNAD mostram que um quarto dos brasileiros entre 18 e 29 anos não conseguiu nem mesmo completar o ensino fundamental. São quase nove milhões de jovens sem escolaridade básica. Desses, 816 mil são analfabetos. Na outra ponta, apenas 12,4% dos jovens de 18 a 24 anos - cerca de 4,5 milhões - estão na universidade, nível de escolaridade que deveriam ter. Atualmente, sete milhões de brasileiros entre 18 e 24 anos não estudam e nem trabalham, pois apresentam dificuldade de encontrar emprego devido a ausência de escolaridade mínima, mas também não continuam estudando porque a idade os direciona ao trabalho (AGENCIA ESTADO, 2008).

Pesquisadores, instituições e entidades que trabalham com a questão do trabalho infantil no Brasil são praticamente unânimes em apontar como principais causas de sua existência a concentração de renda, a precarização das relações de trabalho, os altos níveis de desemprego e a falta de uma política educacional integral (SCHWARTZMAN; SCHWARTZMAN, 2001).

Confirmando tal posicionamento, estudiosos relatam que uma das causas da inserção da criança no mercado de trabalho é a pobreza; muitos pais permitem que seus filhos trabalhem apenas quando levados pela pobreza (axioma da luxúria), sendo assim, os que não trabalham são vistos como sendo bens de luxo (BASU; TZANNATOS, 2003).

Como resultado e consequência da pobreza, o trabalho infantil perpetua situações de desfavorecimento e de exclusão social. Ao impedir a escolarização e/ou prejudicar o aproveitamento escolar das crianças limita a obtenção de conhecimentos e atitudes necessários para que, como adultos, possam contribuir para o crescimento econômico e para a prosperidade, retardando o desenvolvimento nacional (ILO, 2002).

Confirmando tais fatos, a pobreza, a escolaridade dos pais, o tamanho e a estrutura da família, o sexo do chefe, a idade em que os pais começaram a trabalhar, o local de residência, entre outros são os determinantes mais analisados e dos mais importantes para explicar a alocação do tempo da criança para o trabalho (KASSOUF, 2007).

Dessa forma, boa parte dos meninos de rua, ou seja, aqueles que trabalham e mendigam nas ruas, não são rigorosamente de rua ou “menores abandonados”, mas sim crianças com famílias e que buscam dinheiro nas ruas para levar aos pais (BILAC, 1995)

Com base em informações da PNAD, em 2006 a pobreza atingiu 26,9% da população brasileira, dados que em relação à proporção de 30,5% de pobres em 2005, indica a queda de 10,6% no contingente de pobres, ou seja, em um ano o número de pobres passou de 54.884 milhões de pessoas (em 2005) para 49.043 milhões (em 2006) e também decresceu o número de indigentes de 12.218 milhões, em 2005, para 10.363 milhões, em 2006. Todavia, “[...] se como um todo, a pobreza cedeu no país, houve concentração desta nas áreas urbanas, em especial nas grandes metrópoles” (ROCHA, 2007).

Essa “metropolização da pobreza”⁸, isto é, o agrupamento nas regiões metropolitanas (ARRUDA, 2007) evidencia a formação de territórios concentrando uma população que vive o acúmulo de vários processos de vulnerabilidade social e aponta a tendência à reprodução da pobreza e das desigualdades nas metrópoles

⁸ As aspas são do autor Arruda (2007)

brasileiras - os bairros periféricos e favelas (GACITÚA-MARIÓ, WOOLCOCK; 2005).

Ainda para Gacitúa-Marió, Woolcock (2005, p. 17), tem-se que

[...] a evidência disponível sugere que alguns grupos sociais e indivíduos têm maior probabilidade de permanecerem aprisionados na pobreza, o que agrava ainda mais as desigualdades já existentes. A pobreza está cada vez mais concentrada entre populações com características específicas: crianças e jovens, índios, negros, os que não imigraram, desempregados e trabalhadores empregados nas áreas rurais ou no setor informal.

Corroborando esta opinião, a UNICEF (2005) explica que para as crianças que vivem diariamente no seio da pobreza, a educação está longe de ser uma realidade. Ao nível global estima-se que cerca de 114 milhões de crianças em idade escolar não se encontram matriculadas na escola, o que as torna mais vulneráveis à exploração e abusos e as impede de adquirir conhecimentos e aptidões, que mais tarde, permitir-lhes-iam ter melhores condições de vida para si próprias e para os filhos, e romperem o ciclo da pobreza.

A pobreza reflete-se diretamente no trabalho infantil, de 43 países do mundo com um rendimento anual de U\$ 500 *per capita*, a percentagem de crianças que trabalha varia entre 30% e 60%; caso o rendimento situe-se entre U\$ 500 e U\$1000, a percentagem de crianças envolvida no trabalho infantil diminui para 10% a 30%, mostrando que a pobreza e o trabalho infantil formam um ciclo vicioso – a pobreza contribui para o aumento do trabalho infantil e este auxilia a perpetuá-la (UNICEF, 2005).

2.4 DISTRIBUIÇÃO DO TRABALHO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

No Brasil, que ratificou duas Convenções da OIT que proíbem essa prática, o que não deixa de ser um importante avanço, há uma estimativa, da PNAD indicando que o índice de trabalho infantil diminuiu entre os anos de 2005 e 2006. Apesar da queda, o número de jovens trabalhadores ainda está na casa dos milhões: em 2006, havia 5,1 milhões de crianças e adolescentes trabalhando no país, representando 5,7% do total da população brasileira ocupada. O percentual de crianças e adolescentes de cinco a 17 anos de idade que trabalhavam em 2005 era

12,2%, já em 2006 esse número foi reduzido para 11,5%. O Nordeste, ainda é o local com o maior índice de trabalho infantil, cerca de 15%; no Sudeste, o percentual é de 8,4%; no Sul, apesar de concentrar bons índices socioeconômicos em relação ao resto do país, registra 13,6% de trabalho infantil. Estas características representam a maioria da população de jovens trabalhadores entre cinco e 17 anos: 64,4% são do sexo masculino, 41,4 % encontram-se na atividade agrícola, 59,1% são pretos ou pardos, 94,5% são alfabetizados e 19% não freqüentam a escola. Apesar dos números positivos em relação à escolaridade, esta, ainda está bem abaixo da média nacional (BRASIL, 2008d).

Corroborando com tais dados, no nordeste, em abril de 2008, a PNAD realizou novo levantamento no Ceará. Tal Estado ocupa a quarta posição no *ranking* dos estados brasileiros que, proporcionalmente, mantêm maior percentual de crianças e adolescentes em situação de trabalho; 15% da população na faixa etária entre cinco e 17 anos está em atividade laboral no Estado. Ao todo são 329.930 meninos cumprindo carga horária em trabalho doméstico, vendendo mercadorias, catando lixo para reciclagem e até beneficiando a casca do coco para fazer artesanato. As famílias permanecem considerando normal as crianças e adolescentes trabalharem para ajudar na renda doméstica; não se sentem infratoras ao explorar a mão-de-obra infantil e até mesmo se apropriam de discursos como “é melhor pedir do que roubar”, “é melhor trabalhar do que estar nas ruas”, tentando justificar esta opção (BRASIL, 2008e).

Explica Jacintho (2003, p.5) que:

(...) apesar da proibição do trabalho da criança e do adolescente menor de 18 anos, no Brasil é possível encontrá-los trabalhando em vários setores da economia. Entre as crianças e os adolescentes trabalhadores do Brasil, a maior parcela é a que se encontra no campo, contabilizando 43% de jovens de cinco a 17 anos que possuem alguma atividade.

Em contraposição, em alguns estados brasileiros, como em Minas Gerais, pesquisas mostram que o número de crianças e adolescentes que trabalham aumentou em 2007. Pesquisa feita pela Fundação João Pinheiro, a pedido da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), mostra um aumento na taxa de ocupação de 9,6% para 9,8%, de 2005 para 2006. O estudo baseou-se em dados da PNAD, feito anualmente pelo IBGE e envolveu todas as crianças e adolescentes com alguma atividade de 2004 a 2006, confirmando a realidade que

tende a se repetir a cada ano: o problema tem classe social, cor e é masculino. A maioria dos trabalhadores mirins é de famílias de baixa renda, o que não exclui a classe média. Do total que trabalhou no período investigado, 5% pertencem a famílias que recebem mais de cinco salários mínimos *per capita*. Enquanto 8,4% dos brancos trabalham, quase o dobro (16%) foi constatado entre os negros; 12% dos meninos estão nesta situação, bem superior aos 7% relativos às meninas. Quanto mais numeroso o domicílio, maior a chance de haver alguma criança trabalhando. O trabalho infantil está disseminado pelas várias regiões do Estado, mas é mais expressivo na área rural: 40% dos jovens estão em atividades agrícolas. Na zona urbana, a concentração ocorre nos setores do comércio e serviço (LIMA, 2007).

Em contraposição ao Estado de Minas Gerais, no Brasil como um todo, a maior parte (6,4 milhões) dos jovens entre 18 e 24 anos que não concluíram o ensino fundamental está nas cidades, onde o acesso à escola deveria ser mais fácil; 2,6 milhões encontram-se em zonas rurais (AGENCIA ESTADO, 2008).

A proporção de meninos trabalhando é maior do que a de meninas, exceto no emprego doméstico, em que a maioria dos trabalhadores é mulher. Ademais, a porcentagem de trabalho infantil nas áreas rurais é mais elevada do que nas áreas urbanas do Brasil (KASSOUF, 2007)

Apesar dos trabalhadores infantis estarem mais concentrados na zona urbana - 59,1% em relação a 40,9% na zona rural, a participação de crianças e adolescentes na população total de trabalhadores agrícolas é aproximadamente três vezes superior a exercida na atividade não-agrícola. Ou seja, enquanto no trabalho não agrícola o percentual de jovens é 4,2%, na atividade agrícola esse número sobe para 12,2%. Mas a redução de 2005 para 2006 também segue a proporção: na atividade agrícola, o trabalho infantil diminuiu 1,1%, enquanto na não-agrícola a diminuição foi de apenas 0,2%. Em relação ao rendimento familiar, estes jovens vivem em domicílios que registram em média renda de R\$ 280,00 *per capita*. A média da carga horária trabalhada por eles é de 20 horas semanais. Para 58,1% dos que têm entre 5 e 9 anos, o trabalho não é remunerado, sendo que a maioria (33%) trabalha para consumo próprio. Entre os adolescentes de 15 a 17 anos, 51,5% são empregados e 24,9% não são remunerados (BRASIL, 2008d).

Ainda para a PNAD, o número de jovens com baixa escolaridade, no entanto, vem caindo. Conforme o Ministério da Educação, em 1996, eram 12,2 milhões - 47,9% da população nessa faixa etária; em 2002, constituíram 10,9

milhões (AGENCIA ESTADO, 2008).

Análise exponencial sobre o número de crianças trabalhadoras, em dez anos (2015), mostra que o Brasil terá, ainda, cerca de 2,7 milhões de crianças entre 10 e 17 anos trabalhando. Apesar de uma substantiva redução, segundo dados da PNAD, referentes a 2003 (4,6 milhões) em relação a 1992, ainda é uma cifra considerável de ocorrência de trabalho infantil (OIT, 2005).

A revisão do que se conhece sobre o impacto do trabalho na saúde dos adultos e novos estudos em crianças deverão contribuir para uma melhor compreensão sobre qual tipo de trabalho é o mais apropriado para os adolescentes. O trabalho infantil é um problema de grande magnitude no Brasil e seu impacto sobre a saúde é de extrema relevância.

Assim, a área de saúde, como uma importante porta de entrada do serviço público apresenta os meios para apoiar a prevenção deste tipo de trabalho, atuar junto aos outros setores na sua identificação e erradicação e prestar atenção integral à saúde desses jovens trabalhadores.

2.5 AS DIVERSAS PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O termo violência tem sua origem na palavra latina *violentia*, que significa constrangimento exercido sobre uma pessoa para levá-la a praticar algo contra a sua vontade (COSTA, 2004). Qualquer pessoa pode ser vítima de violência, porém é inegável que crianças e adolescentes são as mais vulneráveis (GOMES, 2005).

O primeiro estudo científico sobre a violência contra a criança foi realizado na França, em 1860, pelo Prof. Ambroise Tardieu, que publicou um trabalho feito com crianças espancadas que chegavam ao hospital, em que havia grandes discordâncias entre as explicações fornecidas pelos agressores e as características das lesões (DAY, 2003). Mas, neste período, a França era governada por Napoleão III de forma autoritária e a sociedade tinha na preservação da família e no poder paterno normas incontestáveis; portanto, o trabalho de Tardieu não teve grandes repercussões nos meios intelectuais da época e não houve seguidores da sua pesquisa (DELFINO et al, 2005).

Nos Estados Unidos, a violência doméstica contra crianças veio ao

conhecimento do público, também no século XIX, através do caso da menina (Mary Ellen, de oito anos) severamente maltratada, o que levou à fundação da Sociedade de Prevenção da Crueldade contra Crianças. Assim, o século XX foi preconizado como o século da infância e, de fato, viu-se surgir uma preocupação voltada para a criança e seus direitos, trazendo para a cena o problema da violência (DELFINO et al, 2005).

Como o trabalho realizado por crianças e adolescentes é considerado um tipo de violência, identificou-se que a prática de violência contra crianças e adolescentes (maus tratos, abandono e negligência, abuso e exploração sexual comercial, trabalho infantil, dentre outras) não é recente (FRANCISCHINI, 2007).

No Brasil, sabe-se através de estudos históricos que os índios não usavam os castigos físicos como forma de disciplinar os filhos (DELFINO et al, 2005).

Um olhar atento à trajetória histórica de crianças pobres no Brasil mostra a procedência dessa afirmação. Sua visibilidade, no entanto, vem ganhando novos contornos, principalmente, na proporção e extensão que vem ocorrendo nas duas últimas décadas, no país. A promulgação do ECA, com certeza, contribuiu e vem contribuindo para que se torne visível uma condição, antes de tudo, de violação dos Direitos Humanos, conforme Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas - ONU (FRANCISCHINI, 2007).

Historicamente, os efeitos da violência fazem-se sentir, principalmente, em grupos sociais mais vulneráveis (como crianças, adolescentes e mulheres) pertencentes aos estratos sociais menos favorecidos. A violência é um problema social e histórico, tem raízes macroestruturais, é um fenômeno que possui formas de expressão conjunturais e atualiza-se no cotidiano das relações interpessoais, sendo uma questão essencialmente social. Está diluída na sociedade, é polimorfa, multifacetada e apresenta diversas manifestações, que interligam e interagem. Portanto, qualquer reflexão teórico-metodológica sobre violência pressupõe o reconhecimento de sua complexidade, polissemia e controvérsia (MINAYO, 1998; CRUZ NETO; MOREIRA, 1999).

Ela representa atualmente um dos mais graves problemas mundiais, impacto das causas externas na mortalidade (homicídios, suicídios, acidentes de trânsito e outras injúrias); não constitui um fenômeno localizado, encontra-se presente nas grandes metrópoles do mundo, países desenvolvidos ou não,

assumindo características de epidemia, constituindo um problema de saúde pública (BARROS, 2001).

Uma freqüente forma de violência contra a criança é a intra-familiar que expressa dinâmicas de poder e afeto, nas quais estão presentes relações de subordinação e dominação (BRASIL, 2002b). A etiologia da violência familiar é multifatorial e sua compreensão exige a observação das circunstâncias e do ambiente em que a criança vive.

A violência doméstica contra a criança refere-se a uma gama de situações que a envolvem, desde a negligência até os maus tratos de ordem física e de abuso sexual.

Considera Minayo (2001) que violência contra crianças e adolescentes é todo ato ou omissão cometido por pais, parentes, outras pessoas e instituições, capazes de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima. Implica, de um lado, uma transgressão no poder/dever de proteção do adulto e da sociedade em geral e, de outro, numa coisificação da infância. Isto é, uma negação do direito das crianças e adolescentes de serem tratados como sujeitos e pessoas em condições especiais de desenvolvimento.

A Organização Mundial da Saúde – OMS, no ano de 2002, estimou que 150 milhões de meninas e 73 milhões de meninos abaixo de 18 anos foram forçados a manter relações sexuais ou sofreram outras formas de violência sexual que envolveram contato físico (ONU, 2006).

Em Goiânia, estado de Goiás, estudo realizado em 2001 mostra que uma parte significativa de crianças e adolescentes procuraram as ruas para escapar não só da situação de miséria e pobreza de suas famílias, mas, também, da violência doméstica (MEDEIROS, 2001).

Sobre a permanência das crianças nas ruas, Nogueira (2006, p. 611) explica que

(...) nas ruas, no entanto, também não escaparam da violência, pois enfrentaram situações degradantes como exploração de trabalho, grupos de extermínio de crianças, a prostituição de meninos e meninas, a contaminação pela AIDS/HIV a crescente disseminação e uso de drogas como o "*crack*", a maconha e a cocaína.

Dados do Departamento Estadual da Criança e do Adolescente, da

Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, que atende vítimas de violência, apontam que, de janeiro de 2002 a julho de 2004, 3.688 crianças foram vítimas de violência, das quais 2.377 de violência sexual (BRASIL, 2004). Tais dados, entretanto, estão longe de refletir a realidade, visto que a maioria dos casos fica encoberto pela síndrome do segredo e não são denunciados (BRAUN, 2002).

Entre os vários tipos de violência uma das mais degradantes é a sexual. Estudo realizado na cidade de Porto Alegre-RS, com 192 crianças de 2 a 12 anos de idade que se consultaram em ambulatórios de pediatria e em locais de referência para vítimas de violência sexual, no período de março a novembro de 2004, constatou que em relação à idade, o abuso ocorreu de forma mais expressiva entre seis e 10 anos (65%), o abuso intrafamiliar aconteceu em 70% dos casos e o perpetrador foi um membro da família ou pessoas que conviviam com as crianças. As que sofreram abuso extra familiar foram vitimizadas por professores, vizinhos e, também, por estranhos, porém, a forma de descoberta do abuso, na maioria dos casos, ocorreu através da revelação pela própria criança. Em 83%, dos casos, os abusos ocorreram, na sua maioria, por contato físico, salientando-se a manipulação e o contato gênito-anal (SALVAGNI, 2006).

Em muitas situações o abuso estende-se para fora do núcleo familiar e de amizade, conhecimento e os jovens são levados a prostituição, que é uma das mais deploráveis formas de trabalho conhecida, ou seja, a exploração sexual comercial.

2.6 A EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL

O abuso sexual infantil é definido como qualquer atividade sexual (incluindo intercursos vaginal/anal, contato gênito-oral, gênito-genital, carícias em partes íntimas, masturbação, exposição a pornografias ou a adultos mantendo relações sexuais) envolvendo uma criança incapaz de dar seu consentimento. É considerado pela OMS, um dos maiores problemas de saúde pública em todo o mundo (JOHNSON, 2004). É, também, um dos mais degradantes.

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é um fenômeno que ocorre em âmbito internacional e que tem mobilizado organizações não-governamentais, governamentais e diversos setores da sociedade no sentido de se discutirem encaminhamentos para combater essa cruel forma de violência

(LIBORIO, 2003). Muitas vezes crianças e adolescentes prostituem-se para melhorar a renda, possivelmente sendo pela insatisfatória condição econômica de sua família. Essa é, evidentemente, uma das piores formas de violência para com a criança e o adolescente.

Sobre "prostituição", muitas críticas têm sido feitas quanto ao seu uso, pois, não é adequado esse termo quando se refere a crianças e adolescentes, o mesmo relaciona-se a uma parcela de adultos que "escolheu" o comércio do sexo como uma profissão, o que não é o caso de crianças e adolescentes. Assim, usa-se a expressão "prostituídas" e "exploradas" a fim de romper com o estereótipo e culpabilização das crianças e adolescentes envolvidas nesse comércio sexual, pois há na exploração sexual infantil, uma relação de violência que visa a obtenção de proveito por parte dos adultos, causando danos biopsicossociais às crianças e adolescentes explorados (FALEIROS, 2000).

A esse respeito, Botelho (2003, p.52), explica que

(...) é notável que mulheres cada vez mais jovens se iniciam nessa prática, na esperança de obter melhores rendimentos e condições de vida que lhes assegurem um maior acesso à aquisição de bens de consumo e sobrevivência.

Associado a isso, o mesmo autor (Botelho, 2003), acrescenta que a pauperização das famílias brasileiras vem sendo apontada como um dos fatores determinantes do ingresso de crianças e adolescentes na prostituição, pela queda do poder aquisitivo do chefe de família, pelo aumento de mulheres (sozinhas) como chefes de família e pelo crescente desemprego e modelo socioeconômico.

Para a OMS (1999, p. 6) a exploração sexual pode ser definida como

(...) todo envolvimento de uma criança em uma atividade sexual na qual não compreende completamente, já que não está preparada em termos de seu desenvolvimento. Não entendendo a situação, a criança, por conseguinte, torna-se incapaz de informar seu consentimento. (...) Pode incluir também práticas com caráter de exploração, como uso de crianças em prostituição, o uso de crianças em atividades e materiais pornográficos, assim como quaisquer outras práticas sexuais ilegais.

A visibilidade da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil ocorreu a partir da década de 1990, com a realização da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou as denúncias do comércio sexual envolvendo menores de 18 anos de idade (LIBÓRIO, 2003). A análise dos

depoimentos dessa CPI mostrou que os caminhoneiros constituem-se em alguns dos principais personagens envolvidos no fenômeno da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, juntamente com os pais das crianças e adolescentes explorados, policiais e donos de boates (GOMES, 1999)

Corroborando com isso, em estudo realizado nas diferentes regiões brasileiras com 239 caminhoneiros que residem ou estiveram de passagem, no período de outubro a dezembro de 2004, pelas cidades de Porto Alegre e Alegrete-RS, Itajaí-SC, Cubatão e Santos-SP, Belém-PA, Natal-RN e Aracaju-SE, constatou-se que quanto à prática de sexo com menores de 18 anos, 85 (36,8%) afirmaram já ter saído com alguma criança/adolescente, 74,1% têm filhos. O critério de necessidade financeira foi o principal motivo citado pelos caminhoneiros para que crianças e adolescentes se prostituíssem, nesse sentido, os caminhoneiros destacaram as regiões Nordeste e Norte, regiões mais pobres do país e os estados da Bahia, Maranhão e Pará como sendo os locais onde mais verificam a existência da exploração sexual comercial infantil. Os caminhoneiros destacaram, ainda, que quanto mais pobre a região do país, mais barato se cobra e se paga às crianças e adolescentes exploradas (MORAIS, 2007).

O tema exploração foi abordado neste estudo, porque é uma das formas que a criança tem de obter remuneração no trabalho.

2.7 ADOECIMENTOS PROVOCADOS PELO TRABALHO

Sabe-se que o trabalho está determinado pela forma com que ocorrem a produção, a distribuição, as trocas de bens e o consumo dos meios de vida pelas diferentes coletividades, apresentando-se a produção como o ponto fundamental desta relação entre produção e consumo, denominado processo de reprodução social, que é característico da sociedade capitalista (Marx, 1982 apud FACCHINI, 1994).

Há ainda poucos estudos em países em desenvolvimento avaliando o impacto do trabalho sobre a saúde das crianças e adolescentes. Mesmo em países desenvolvidos, o que mais se estuda são os acidentes de trabalho, que constituem-se na face mais visível do impacto do trabalho infantil sobre a saúde. Tais estudos mostram que a prevalência de acidentes de trabalho é muito alta especialmente na agricultura e que as crianças e adolescentes apresentam um risco aumentado de

sofrer acidentes quando comparados com os adultos (NATIONAL RESEARCH COUNCIL-INSTITUTE OF MEDICINE, 1998).

Nas últimas décadas, o processo de globalização, as políticas de cunho neo-liberal e a reestruturação produtiva transformaram não só a inserção dos trabalhadores no mundo do trabalho, mas também a forma e o conteúdo do trabalho. Como consequência dos processos de reestruturação produtiva, os novos padrões de gestão do trabalho desenvolveram-se sustentados, centralmente, na flexibilização. Desta maneira, ocorreu uma crescente transformação do contrato trabalhista, demonstrada nas diversas formas flexíveis do emprego e do mercado de trabalho. Estas práticas assumem diferentes configurações, como: a terceirização, o emprego temporário, a subcontratação, a informalidade, as cooperativas de trabalho, as atividades autônomas e inúmeras formas de trabalho assalariado disfarçado (NEVES, 2007).

Estudos epidemiológicos são claros em demonstrar que crianças e adolescentes respondem diferentemente de adultos a determinadas exposições, indicando que são mais suscetíveis à intoxicação por chumbo, sílica e benzeno e também aos agravos decorrentes de ruído e calor (NATIONAL RESEARCH COUNCIL-INSTITUTE OF MEDICINE, 1998; BEQUELE et al., 1995).

Pesquisas têm demonstrado que os adolescentes trabalhadores constituem-se em uma população vulnerável, em risco elevado para sofrer lesões no trabalho (NIOSH, 2004; RUNYAN, 2000).

A criança, por sua imaturidade, curiosidade e intenso crescimento e desenvolvimento, encontra-se muitas vezes propensa aos acidentes e também indefesa e vulnerável a violências (SOUZA, 1999; DEL CIAMPO, 1996; BALLESTEROS, 2003)

Nos Estados Unidos da América, morrem, por ano, cerca de 70 crianças devido aos ferimentos adquiridos no ambiente laboral (NIOSH, 2003). Elas são duas vezes mais prováveis, que os adultos, a sofrerem lesões resultantes do trabalho nos atendimentos de emergência (SCHOBER et al., 1988; MILLER; KAUFMAN, 1998; DELP et al., 2002).

As razões para a alta frequência de ferimentos com crianças “incluem a falta de experiência, questões de desenvolvimento, estresse de manejo entre o trabalho e escola e a falta de segurança e conhecimento em saúde” (ZIEROLD, 2006, p.360)

Além das evidências epidemiológicas há preocupações teóricas de que crianças e adolescentes, por estarem em fase de rápido crescimento, possam ser mais vulneráveis a exposições químicas, especialmente as carcinogênicas e fisiológicas. Assim, os limites máximos de exposição estabelecidos por estudos em adultos não seriam aplicáveis para crianças e adolescentes. Além disso, o fato de que máquinas, ferramentas, móveis e equipamentos de proteção individual não terem sido desenhados para uso infanto-juvenil pode colocar crianças e adolescentes em situação de risco aumentado de desenvolver agravos relacionados ao trabalho quando comparados aos adultos (BEQUELE et al, 1995; FORASTIERI, 1997; NATIONAL RESEARCH COUNCIL-INSTITUTE OF MEDICINE, 1998).

De forma geral, percebe-se no Brasil a questão do trabalho infantil parece estar naturalizada, sendo que em algumas situações, até mesmo desejável, sendo apontado como uma solução diante das carências do sistema educacional, diante da pobreza e da violência das ruas. Sabe-se, no entanto, que estes jovens trabalhadores podem adquirir enfermidades durante a infância, relacionadas às atividades que realizam e sofrerem Acidente de Trabalho (AT) e danos à saúde, que a médio e longo prazo possivelmente podem se tornar irreparáveis (SILVEIRA; ROBAZZI, 2006).

Para esse mesmo autor, em relação às causas de AT com crianças e adolescentes atendidos em emergência da Unidade Básica de Saúde de Ribeirão Preto foram, em sua maioria, causados por contato com substâncias e objetos diversos, principalmente os materiais corto-contusos (39,3%), destes, os ferimentos com facas de cortar frios em supermercado/padaria, estilete de cortar palmilha em fábrica de calçados foram responsáveis por 12 (21,4%) ocorrências; os cortes com ferramentas, maquinaria agrícola. É comum observar-se também crianças e adolescentes em pontos de confluência de automóveis, esmolando, vendendo iguarias, objetos, flores, limpando vidros de carro, oferecendo-se para “guardar”⁹ os carros estacionados nas vias públicas, entre outras situações precárias.

Corroborando com tais dados, estudo realizado no Estado do Paraná, mostrou adolescentes trabalhando como *office boys*, auxiliar de padeiro e auxiliar de serviços gerais, dentre outros (GONÇALVES-OLIVEIRA, 1999).

Ainda em Ribeirão Preto (SP), há relatos de crianças trabalhando no

⁹ As aspas são da autora Silveira, R. C. P. (2008).

abate, tratamento e embalagem de aves; no transporte de lenha; nas indústrias de confecção; no manuseio de máquinas da indústria plástica; nas atividades de pesca e transporte de peixes; na distribuição e vendas de jornais; no beneficiamento de mármore e granito e na extração de resinas (BRASIL, 1996).

Muitas das vezes, a criança começa a queixar-se de dores musculares, cansaço, sono, dentre outros. Tais sintomas acabam não sendo investigados como sendo devido ao tipo de trabalho realizado e, por conseguinte, ocorre a sub-notificação dos mesmos.

Corroborando, estudo mostra que as conseqüências do trabalho precoce em idade inadequada resultam em acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, corpos deformados, envelhecimento precoce, abandono da escola, retardo no crescimento e no desenvolvimento e baixa qualificação profissional (MOURA apud ZAHER et al., 2001).

2.8 A FAMÍLIA E A INSERÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO MERCADO DE TRABALHO

Para compreender melhor as causas que levam as crianças e adolescentes a necessitarem trabalhar, buscou-se o entendimento de família, para o qual, foram necessárias leituras em diferentes áreas de conhecimento, buscando uma visão mais ampla desta instituição na atualidade.

No latim, família, refere-se a *famulus* que designa servidor, o doméstico (GARBAR, 2000). É a mais antiga das instituições sociais humanas, sendo que seu surgimento está associado ao aparecimento do homem (LESLIE, 1973).

O estudo da família revela-se complexo, com diferentes configurações na sua estrutura, alterações ao longo de décadas, não sendo, porém, unívoca (ROQUE, 2004, p. 36). É uma instituição histórica e socialmente construída que se transformou no tempo com formas de organização, finalidades, dinâmicas e funções diferenciadas (MELO, 2005).

De acordo com estes entendimentos, Carvalho (2003, p.109), aponta a família como

(...) elemento-chave não apenas para a "sobrevivência" dos indivíduos, mas também para a proteção e a socialização de seus componentes, transmissão do capital cultural, do capital econômico e da propriedade do grupo, bem como das relações de gênero e de solidariedade entre gerações. Representando a forma tradicional de viver e uma instância mediadora entre indivíduo e sociedade, a família operaria como espaço de produção e transmissão de pautas e práticas culturais e como organização responsável pela existência cotidiana de seus integrantes, produzindo, reunindo e distribuindo recursos para a satisfação de suas necessidades básicas.

É uma agregação de indivíduos com relação de parentesco que interagem para a composição de um núcleo, a partir do qual as decisões de alocação de recursos e produção são tomadas (CHIAPPORI, 1988). Nesse ambiente de interação pais e filhos podem negociar para decidir a necessidade de uma criança entrar no mercado de trabalho, o tempo gasto na atividade e o tipo de ocupação (BASU, 2004).

É constituída com base nas relações de parentesco cultural e historicamente determinadas e inclui-se entre as instituições sociais básicas. Ampla bibliografia internacional tem analisado suas diversas configurações e destacado sua centralidade conforme a reprodução demográfica e social (CARVALHO, 2003)

Nas classes populares, predomina o modelo de família nuclear estável. A permanência desse arranjo traz inúmeras vantagens, pois assegura a formação regular de rendimentos que viabilizam o consumo coletivo (ROQUE, p. 47, 2004).

Nas sociedades contemporâneas ocidentais, o modelo arquetipo é a família conjugal tradicional, ou seja, formada pelo casal e seus filhos não emancipados e que residem em um domicílio independente. Contudo, há uma transformação crescente entre este modelo e uma realidade muito mais plural, na qual uma proporção crescente de famílias não se enquadra nesse padrão (CARVALHO, 2003).

A mudança nas estruturas familiares na direção de uma maior diversidade de tipos ou modelos não é em absoluto um processo novo. A literatura internacional aponta, há muito tempo, a desconstrução do "mito da família (nuclear) ocidental"¹⁰ (SEGALEN, 2000; BURKE, 2000).

A diferenciação nos processos de "modernização"¹¹ da família alerta para o fato de que ela não pode ser reduzida aos efeitos de fenômenos econômicos como

¹⁰ As aspas são dos autores (SEGALEN, 2000; BURKE, 2000)

¹¹ As aspas do parágrafo são do autor (CARVALHO, 2003)

a urbanização, entrada da mulher no mercado de trabalho, fragilização de laços matrimoniais, aumento de domicílios de “não famílias” ou, por fatores demográficos, como a queda das taxas de fecundidade, redução no seu tamanho. Estruturas familiares continuam a ser determinadas também por fatores culturais, ideológicos e políticos (CARVALHO, 2003).

Tanto nos países desenvolvidos quanto naqueles em desenvolvimento, como o Brasil, determinados fenômenos vêm suscitando alguns questionamentos sobre a centralidade e o futuro da família nas sociedades contemporâneas; suas responsabilidades e funções sociais não parecem ter perdido a relevância; (...) essas funções e responsabilidades seriam particularmente demandadas nas situações de adversidade (CARVALHO, 2003).

A literatura mostra que as famílias ao enfrentarem crises financeiras, ajustamentos estruturais e políticas de estabilização, realocam seus recursos da melhor maneira possível ao choque econômico (DUREYA, LAM e LEVISON, 2003)

Reafirmando tal fato, os rearranjos familiares de inserção no mercado de trabalho articulados como forma de enfrentar o desemprego por parte dos adultos da família e a queda nos rendimentos do trabalho devido ao desemprego recorrente além da precarização do trabalho, tem como tentativa manter a renda familiar (MONTALI, 2006)

A utilização dos “recursos da pobreza”¹² vem-se transmutando em perversa “pobreza de recursos”, com a família reduzindo seu tamanho, porém, com “dependentes dependendo cada vez mais” dos poucos adultos que trabalham, em condições, muitas vezes, bastante desfavoráveis (GOLDANI, 2002).

Estudos sobre famílias de classes populares evidenciam que é uma experiência comum a inserção prematura de filhos no setor formal ou informal do mercado de trabalho, o que ocorre quando eles têm em torno de 14 a 15 anos ou ainda mais precocemente (BILAC, 1978; FAUSTO NETO, 1982); assim, “a realidade infantil das classes populares é transformada, pela adultização” (ROQUE, 2004, p. 49)

Mesmo o trabalho executado em ambiente familiar também se transforma, pois passa a exigir de pais e filhos longas jornadas de trabalho, devido à baixa remuneração por produção paga pelos empregadores ou por seus intermediários

¹² As aspas são do autor (GOLDANI, 2002)

(SARTORI, 2006, p.256).

Nas sociedades capitalistas modernas, o trabalho constitui-se fora do ambiente familiar e da proteção dos pais; as crianças passam a ser assalariadas ou semi-assalariadas em pequenas oficinas ou em atividades agrícolas ou domésticas (SARTORI, 2006, p.256).

A despeito de tal afirmativa, estudo realizado na cidade de Franca-SP no ano de 2006, evidenciou que embora o trabalho infantil não seja realizado diretamente nas indústrias de calçados, devido, dentre outros fatores a proibição legal instituída pelo ECA, este tipo de trabalho mantém-se no espaço doméstico, sofrendo o controle da própria família (SARTORI, 2006).

Esse mesmo autor (SARTORI, 2006, p. 260) ainda ressalta:

A família é a primeira e uma das principais instituições que reproduz determinadas regras sociais, dentre elas, as caracterizações de gênero, colocando os sexos em oposição e, muitas vezes, estimulando a desigualdade. Essas caracterizações reproduzem na sociedade as relações de poder e comportamentos de meninas e meninos. A ruptura dessas concepções é dificultada pela legitimação e valorização das diferenças, que abrangem relações entre pai-filho, mãe-filho e irmãos, bem como diferenciações entre tarefas domésticas e trabalhos realizados dentro e fora de casa.

O novo padrão de acumulação do capital tem sido a intensificação da exploração da força de trabalho, quer por meio da adoção de novas tecnologias ou pela utilização de novas formas de organização da produção ou de mudanças nas próprias relações de trabalho que implicam contratos precários, na subcontratação, no trabalho a domicílio, no aumento desmedido da jornada de trabalho e, até mesmo, na exploração criminosa do trabalho infantil (NAVARRO, 2003).

Há que se considerar então o papel primordial da família, grupo fundamental da sociedade e ambiente natural para o crescimento e o bem-estar de todos os seus membros, em particular, das crianças. Para cumprir esse papel, a família deve receber a proteção e assistência necessárias a fim de poder assumir plenamente suas responsabilidades dentro da comunidade (BRASIL, 2002).

Assim, existem famílias sem recursos financeiros que vêem como alternativa a inclusão de seus filhos no mercado de trabalho, então, as crianças e adolescentes passam a ser “inseridas no mundo do trabalho pelo próprio grupo familiar, como uma passagem normal e como símbolo de aprendizagem, obediência e disciplina, sendo constituída em alternativa primeira e básica para o próprio

aprimoramento da criança” (SARTORI, 2006, p. 261).

Outro aspecto importante reporta-se a divisão sexual do trabalho, das relações de gênero e de hierarquia vigentes tanto na família quanto no mercado de trabalho, que se expressam em valores e em papéis atribuídos ao homem, à mulher e aos filhos na família e na produção (MONTALI, 2000).

2.9 A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO E SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO INFANTIL

Somente a partir de 1990 foi possível detectar esse novo padrão familiar de inserção no mercado de trabalho; cada vez mais, a mulher-cônjuge assume o papel de co-provedora (MONTALI, 2004).

Sobre tal afirmativa, Carvalho (2003, p. 112) explica que

O declínio do poder patriarcal e de princípios e controles religiosos e comunitários mais tradicionais traduziu-se em mudanças nas relações de gênero, na ampliação da autonomia dos diversos componentes da família e em um exercício bem mais aberto e livre da sexualidade, dissociada das responsabilidades da reprodução. A presença de mulheres no mercado de trabalho passou a ser crescente

Estudos a este respeito têm apontado para o aumento da participação das mulheres, cujo trabalho tem se concentrado na ponta da cadeia com acentuada precariedade, caracterizando-se também pela combinação de uma ampla variedade de condições laborais com níveis bastante diferenciados de qualidade, remuneração e estabilidade e, mais uma vez, com uma pronunciada divisão sexual do trabalho (ABRAMO, 1998; HIRATA, 1998; NEVES, 2000; LEITE, 2004).

As relações de gênero que organizam a desigualdade social entre homens e mulheres e os lugares ou espaços também adquirem valorizações e significações desiguais, gerando ocupações, tarefas e responsabilidades sexuadas. Relações de gênero materializam relações de poder, apoiadas em assimetrias, revestidas de aparente consenso, apesar das contradições, conflitos e resistências que as perpassam (DUQUE-ARRAZOLA, 1997).

Para Sartori (2006, p. 261)

a menina não é preservada do trabalho, ao contrário, além de auxiliar no trabalho de pesponto ainda tem que ajudar a mãe nas tarefas domésticas, configurando-se dupla jornada de trabalho desde a mais tenra idade (conforme salienta uma das mães entrevistadas: "...minha filha tem que trabalhar mesmo, o que eu ganho não serve nada, e, além disso, tem que me ajudar em casa, é mulher, precisa aprender a fazer as coisas desde cedo").

No contexto atual, o mercado de trabalho nacional caracteriza-se por seu alto grau de desigualdade e de oportunidades de trabalho, emprego e renda, principalmente para os segmentos de populações mais vulneráveis, que são os grupos sociais submetidos à discriminação por diferentes aspectos (BRASIL, 2008f).

Nos últimos cinquenta anos um dos fatos mais marcantes ocorrido na sociedade brasileira foi à inserção crescente das mulheres na força de trabalho. Esse contínuo crescimento é explicado por uma combinação de fatores econômicos e culturais. Primeiro, o avanço da industrialização transformou a estrutura produtiva, a continuidade do processo de urbanização; a queda das taxas de fecundidade proporcionaram um aumento das possibilidades das mulheres encontrarem postos de trabalho na sociedade. A rebelião feminina do final dos anos 1960, nos Estados Unidos e Europa produziu o ressurgimento do movimento feminista nacional fazendo crescer a visibilidade política das mulheres na sociedade brasileira (MELO, 2005)

A inserção da mulher no mercado de trabalho aponta para uma profunda alteração dos padrões de organização familiar no que diz respeito à extensão da família, redução de seu tamanho (...) e enfraquecimento do patriarcado como referência hierárquica e de poder. Tais mudanças decorrem também do ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho e apontam para evidências de que os modelos de conciliação entre trabalho pago e vida familiar, baseados na clássica dupla "homem provedor"¹³ e "mulher cuidadora", vêm sendo alterados em direção a um modelo dual, no qual as mulheres permanecem como as principais "cuidadoras", mas o trânsito entre o espaço doméstico e público constitui-se um dado contemporâneo (ARAÚJO; SCALON, 2006, p. 46).

Levantamentos estatísticos realizados pelo Departamento Estadual de Trabalho de São Paulo a partir de 1894 demonstram que a indústria têxtil foi a que mais recorreu ao trabalho de jovens e mulheres no processo de industrialização do país. Em 1894, 25% do operariado proveniente de quatro estabelecimentos têxteis

¹³ As aspas do parágrafo são do autor (ARAÚJO, 2006)

da capital eram compostos por menores. Em 1912, de 9.216 empregados em estabelecimentos têxteis na cidade de São Paulo, 371 tinham menos de 12 anos e 2.564 tinham de 12 a 16 anos. Os operários de 16 a 18 anos eram contabilizados como adultos. Do número total de empregados, 6.679 eram do sexo feminino. Em levantamento realizado em 194 indústrias de São Paulo em 1919, apurou-se que cerca de 25% da mão-de-obra era composta por operários menores de 18 anos. Destes, mais da metade trabalhava na indústria têxtil.

Essas informações coincidem com as de outros países europeus quando na Revolução Industrial em que contratava-se mais crianças e mulheres porque eram mais ágeis e o trabalho desenvolvido não carecia de tanta força física.

Pesquisa realizada na região metropolitana de São Paulo de 1985 a 2003 mostra um aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho. A taxa de sua participação sem cônjuge era da ordem de 56%, em 1990, passando para 60%, em 2000 e 2003. Em famílias nucleadas pela chefe feminina, a responsabilidade pela provisão da família é partilhada, principalmente por ela, que representa 46% dos ocupados e os filhos (41,5%), com importante participação de parentes e não-parentes, representando cerca de 12% dos ocupados da família (MONTALI, 2006).

No mercado de trabalho, apesar da diminuição da desigualdade de gênero acontecida na década de 1990, não foram superados os obstáculos de acesso a cargos de chefia, bem como permanecem ainda diferenciais de rendimentos entre os dois sexos. Há uma nítida relação entre a divisão do trabalho e a pobreza das mulheres; a inserção feminina aconteceu em paralelo com o crescimento das atividades informais, das atividades sem remuneração e aumento das taxas de desemprego. Assim, as mulheres continuam ainda concentradas em segmentos menos organizados da atividade econômica, são mais submetidas a contratos informais e têm menor presença sindical e desta maneira encontram-se mais expostas ao desemprego (MELO, 2000).

Reafirmando, Neves (2007, p. 14) explica que

(...) estes dados são indicativos de que os processos de reestruturação produtiva têm ampliado a participação da mulher no mercado de trabalho, contudo, esta inserção não tem ocorrido na forma do emprego formal, mas em atividades informais e precárias.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE evidenciou que no ano de 2007 as mulheres continuam a aumentar sua participação no mercado de trabalho. Em 2007 elas já representavam 44,4% da população ocupada em relação a 43% em 2003. Porém, a média anual dos rendimentos dos homens e das mulheres mostrou que as mulheres ganham em torno de 70% do rendimento recebido pelos homens (BRASIL, 2008f).

De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego, para o ano-base 2006, a remuneração média de um trabalhador do sexo masculino foi de R\$ 1.327,08, enquanto as mulheres receberam R\$ 1.103,47 - 16,8% a menos. Esse resultado reflete-se em quase todos os estados - com exceção do Amapá e do Distrito Federal, onde as mulheres inseridas no mercado de trabalho formal recebem salário médio um pouco maior¹⁴ do que os homens: + 2,7% e + 1,3% respectivamente. São Paulo foi o estado com maior diferença de salários entre os sexos, com uma média real de R\$ 1.564,50 para homens e de R\$ 1.259,06 para mulheres (BRASIL, 2008f).

Esse aumento das mulheres trabalhadoras no mercado de trabalho não superou os obstáculos de acesso a cargos de chefia e diferenças salariais; estes, embora tenham diminuído nos anos 1990, ainda permanecem e simplesmente significam que as mulheres aceitaram postos de trabalhos miseráveis, para sobreviver com sua família, já que as taxas de desemprego feminino são significativamente maiores do que da população masculina. As trabalhadoras brasileiras concentram-se nas atividades do setor serviço; 80% delas estão ocupadas como professoras, serviços de saúde, comerciárias, cabeleireiras, manicures, funcionárias públicas, mas o contingente feminino mais importante está concentrado no serviço doméstico remunerado, primeira ocupação das mulheres brasileiras. São negras cerca de 56% das domésticas e usufruem ainda os menores rendimentos da sociedade (MELO, 1998).

Reafirmando tais dados, a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, a maior participação feminina foi na Administração Pública com 4.495.714 trabalhadoras, o que representa uma participação total de 58,2%, no entanto, os salários, são 28% menores. Dentre os setores com maior número de trabalhadores

¹⁴ Apesar de parecer pequeno o fato de apenas dois estados terem remunerado mulheres em proporção levemente superior a homens, vale destacar a singularidade dessa mudança, visto que na

homens, a Construção Civil permaneceu como o de maior destaque, sendo responsável por 92,89% do total, 1.294.415 empregados (BRASIL, 2008f)

A maior inserção da mulher no mercado de trabalho também não significa uma distribuição mais eqüitativa dos afazeres domésticos; as mulheres continuam dedicando maior tempo a estas atividades do que os homens, isso foi construído culturalmente, e tem sido utilizado como argumento para a precarização do trabalho feminino, mediante a contratação de mulheres com jornada de trabalho parcial e salário reduzido (NEVES, 2007).

Devido aos baixos salários e deficiências nos serviços públicos, vêm sendo utilizadas as expressões “estratégias familiares” ou “estratégias de sobrevivência”, que procuram contemplar um conjunto de práticas de trabalho, não trabalho, consumo e reivindicações. Por meio dessas práticas, as rendas familiares seriam obtidas e reunidas em um orçamento comum e despendidas segundo critérios estabelecidos no âmbito da unidade familiar, objetivando atender às necessidades de seus diversos membros (CARVALHO, 2003).

Ainda, Carvalho (2003, p. 3) constata que:

(...) essas estratégias teriam como elemento central o recurso ao trabalho complementar do cônjuge e dos filhos para compensar os baixos rendimentos do principal provedor, ocasionando ampliação do número de membros ativos da família, uma redução da proporção daquelas em que uma só pessoa trabalha e um conseqüente aumento da participação de mulheres e de jovens na População Economicamente Ativa.

Assim, os filhos acabam inserindo-se precocemente no mercado de trabalho para ajudar a mãe a compor a renda familiar.

2.10 A ESCOLA E A EDUCAÇÃO DO ESCOLAR

Um país é mais ou menos desenvolvido, à medida que se preocupa com a educação de seu povo.

O compromisso da comunidade internacional com a educação para todos foi inicialmente firmado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 e

reiterado mais tarde na Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989. No Encontro Mundial de Cúpula pela Criança de 1990, os líderes mundiais não só reafirmaram seu compromisso de que meninas e meninos, indistintamente, deveriam receber educação básica de qualidade, mas também asseguraram seu empenho em reduzir a diferença nas taxas (UNICEF, 2005).

Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, há cerca de 121 milhões de crianças no mundo fora da escola, dos quais 65 milhões são meninas. Em algum momento, o direito à educação básica está sendo negado, na medida em que as nações não conseguem tornar a educação primária obrigatória, gratuita, disponível, acessível, aceitável – e adaptável a meninas e meninos indistintamente (Tomasevski, 2003 apud UNICEF, 2005). Assim, muitos países não contam com o talento, energia, criatividade desses milhões de crianças que poderiam contribuir para o desenvolvimento de suas sociedades (UNICEF, 2005).

A condição sócio-econômica pode ser um fator poderoso no desempenho escolar (...), como, por exemplo, a escolha do bairro para morar e sobre o modo dos pais educarem seus filhos NRC (1993 apud PAPALIA, 2006). Filhos de pais pobres e com baixo nível de instrução têm mais chances de experimentar atmosferas familiares e escolares negativas e eventos estressantes Felner et al (1995 apud PAPALIA, 2006).

Para Papalia (2006, p. 466):

O bairro onde a família tem condições de morar geralmente determina a qualidade do ensino disponível, bem como as oportunidades de educação superior; a disponibilidade de tais oportunidades, juntamente com as atitudes no grupo de amigos do bairro.

Crianças matriculadas nem sempre freqüentam a escola, abandonando o ensino por motivos de doença ou para cuidar de irmãos caçulas ou de parentes doentes, ou para trabalhar e ajudar na sobrevivência de sua família (UNICEF, 2004).

Por outro lado, investimentos em educação provocam um impacto socioeconômico positivo na geração de renda de países em desenvolvimento. Pesquisas realizadas mostram que no Brasil, o acréscimo de um ano na escolaridade eleva cerca de 16% a renda dos indivíduos numa família (BARROS, 1992; KASSOUF, 1997, 2001; UEDA, 2002).

Corroborando com tal afirmativa, a OIT afirma que investir na educação é também uma decisão economicamente válida, eliminar o trabalho infantil e substituí-lo por uma educação universal oferece grandes benefícios econômicos, além dos benefícios sociais. Em termos gerais, tais benefícios superam os custos em uma relação superior de seis para um (OIT, 2008)

A entrada da criança na escola é uma etapa fundamental no desenvolvimento infantil e familiar. Embora se saiba que a trajetória família-escola é inevitável, nem sempre este é um percurso fácil. Crianças ingressam cada vez mais jovens nas instituições formais de ensino e nem sempre elas, a escola ou a família estão preparadas para esta nova experiência de separação (CASTOLDI, 2006).

Dessa forma para a UNESCO (2007, p.10):

A educação como *direito humano* e bem público permite às pessoas exercer os outros direitos humanos. Por essa razão, ninguém pode ficar excluído dela. O direito à educação se exerce na medida em que as pessoas, além de terem acesso à escola, possam desenvolver-se plenamente e continuar aprendendo. Isso significa que a educação terá de ser de qualidade para todos e por toda a vida.

A escola é um dos mediadores que, juntamente com a família, vão propiciar à criança condições para o exercício da cidadania; fora do ambiente escolar.

De acordo com a legislação da educação nacional (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), Lei 9394, art. 1º, p. 1), tem-se que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

A Educação Escolar brasileira divide-se em educação básica e superior. O Ensino Fundamental, juntamente com a Educação Infantil e o Ensino Médio, compõe a educação básica (LDB, 1996).

Desde a década de 1980 foram implementados programas que objetivaram a diminuição da repetência e a distorção idade/série, como a progressão continuada que eliminou a reprovação por série e proporcionou a divisão do ensino fundamental em dois ciclos, sendo possível imaginar que essas políticas de combate à evasão escolar estariam relacionadas à redução do trabalho infantil e aumento da frequência escolar no Brasil (SANTOS, 2006).

Porém observou-se que em grande parte da América Latina, a carga horária escolar no Brasil é relativamente curta, tornando possível à criança conciliar trabalho e escola (DUREYA, 2003).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, estabelecidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) redefiniram os conteúdos do Ensino Fundamental. Propuseram também novas maneiras de abordá-los, por isso, há necessidade de estudos e compreensão do que se pretende com o processo de ensino e aprendizagem. É fundamental um referencial para o ensino e aprendizado dos conteúdos científicos e escolares de acordo com cada nível de ensino.

O Ensino Fundamental, até 2006, tinha duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, tendo por objetivo a formação básica do cidadão, na faixa etária entre sete e 14 anos e jornada escolar anual de 800 horas-aula, distribuídas em 200 dias letivos. (RIBEIRÃO PRETO, 2008f). A meta de cada escola de ensino fundamental visava o fornecimento ao aluno da base comum nacional e de uma parte diversificada, o que inclui as características regionais da sociedade, da cultura, da economia e do cotidiano do aluno (LDB, 1996)

A partir do ano de 2006, o ensino fundamental foi reformulado aumentando-se o número para nove anos. O Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo (CEE, 2006) estabeleceu que

Art. 1º - O Ensino Fundamental com 9 (nove) anos de duração, a ser implantado em todos os sistemas de ensino, será organizado em duas etapas: cinco anos iniciais e quatro anos finais.

Art. 2º - O cumprimento da obrigatoriedade da matrícula e frequência à escola de toda a criança a partir dos 6 (seis) anos de idade e da ampliação da duração do Ensino Fundamental para 9 (nove) anos, nos sistemas de ensino

Para Bagnato (2007, p. 282) a organização da formação profissional possui três níveis assim descritos:

No nível básico são oferecidos cursos não necessariamente regulamentados, ligados ao Ministério do Trabalho e que tem como objetivo qualificar, requalificar ou reprofissionalizar os trabalhadores independentemente da escolaridade anterior. O nível técnico terá uma organização curricular específica e separada do ensino médio, voltado para os que estão matriculados ou os egressos do ensino médio, sendo desenvolvido através de uma estrutura modular, que considerará as habilidades básicas e específicas de conhecimentos, atitudes e de gestão de qualidade, buscando competências polivalentes em consonância com as necessidades da economia. Explicita-se e pronuncia-se claramente o caráter ideológico destas mudanças, com a distinção da dualidade estrutural de uma formação voltada exclusivamente para as necessidades do

mercado, para a produtividade, inclusive desvinculada de uma política democrática e pública de desenvolvimento e geração de empregos, num momento que boa parte dos trabalhadores estão sendo excluídos deste direito. O nível tecnológico, por sua vez, é destinado para os egressos do ensino médio e técnico, voltado para diferentes especialidades.

O ensino médio, em que o técnico se situa, tem sido historicamente, um dos níveis de mais difícil enfrentamento no que diz respeito à sua concepção, estrutura e organização, por conta da sua natureza de mediação entre a educação fundamental e a formação profissional. Não fica, portanto, clara a sua identidade. Traz uma proposta pedagógica ambígua, que nem sempre atende as finalidades de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental como a preparação para o trabalho e para a cidadania. Passa a ser também uma questão política, pois sofre as influências das mudanças materiais de produção de cada período histórico, que acabam por redefinir a função do sistema educativo nas perspectivas econômica, social e ideológica (BAGNATO, 2007).

Ainda em relação ao ensino médio, Castro (2008, p. 115) explica que

(...) está em uma encruzilhada, está encurralado. Abaixo, há o fundamental que é o mínimo de educação para uma sociedade moderna. Tem uma agenda bem simples de ensinar os rudimentos da educação. O superior é profissionalizante e recruta quem, mais ou menos, sabe o que quer. O médio precisa arredondar a formação inicial do aluno – embora não se saiba muito bem como se faz isso. Precisa dar ao aluno uma cultura mínima nas ciências e nas humanidades. Precisa ensinar a ler e escrever, de preferência, em mais de uma língua. Precisa fixar os valores. De fato, é nesse nível que se burila o espírito de cidadania e a identidade cultural.

O sistema europeu admite as diferenças entre os alunos e constrói escolas diferentes para cada perfil. No caso mais radical de países como a Alemanha, Áustria e Suíça, a partir da 10ª série, dois terços da faixa etária vão para o sistema de aprendizagem (nas empresas, complementado por um dia na escola). Os alunos fazem opções mais cedo – com os riscos de enganos – mas vão para ambientes criados para que possam render o máximo na sua preparação. Os instrutores são profissionais da área e os ideais acadêmicos não são exaltados. Nos Estados Unidos, existe a escola única, com suas *comprehensive high schools*, criadas no início do século XX. Todos os alunos de uma determinada área geográfica deverão ir para a mesma e única escola. Contudo, dentro de cada escola, há oferta diversificada, com disciplinas preparando para o superior e outras de formação profissional (CASTRO, 2008).

Ainda para Castro (2008, p. 117):

Pobres e ricos, futuros filósofos, médicos, carpinteiros e bancários vão para a mesma escola. É o ideal democrático americano em ação.

Assim, nas *comprehensive high schools* americanas, apesar da escola ser a mesma, os alunos são separados em programas diferentes, de acordo com aptidões e preferências. Já na Europa, a triagem se faz antes de entrar na escola. De acordo com o perfil de cada um, haverá uma escola mais apropriada, uma delas podendo até ser uma *comprehensive*, com múltiplas opções internas (CASTRO, 2008).

Segundo Castro (2008), o Brasil optou por um terceiro modelo, nem as opções entre escolas e nem as opções dentro da escola. Todos freqüentam a mesma escola e, dentro delas, não há diferenciação. As disciplinas cursadas são as mesmas, não pode haver classes 'adiantadas' ou 'atrasadas'. Todos os alunos estudam sob o mesmo currículo oficial do MEC e, ao final, todos recebem um diploma obrigatoriamente aceito em qualquer curso superior.

Os problemas com o ensino médio nacional começam com a invencível heterogeneidade e fraqueza do ensino fundamental em que alguns alunos chegam ao médio excelente nível e outros meramente alfabetizados. E como a matrícula no médio triplicou nos últimos dez anos, é inevitável que ele reproduza a heterogeneidade do fundamental (CASTRO, 2008).

Corroborando, o IBGE registra que entre os jovens de cinco a 17 anos que não trabalham 6,4% não freqüentam a escola (BRASIL, 2008h). Para ser um aluno de bom rendimento escolar é preciso, entre outras coisas, que se tenha consciência de seus processos mentais e do seu próprio grau de compreensão. Um aluno com desempenho escolar satisfatório, além de ser mais eficaz no uso e na seleção de estratégias de aprendizagem é sempre capaz de dizer que não entendeu algo, pois está constantemente monitorando a sua compreensão (HOLT, 1982).

Quando se pensa na escola em um contexto em que na infância não há espaço para brincadeiras, o fracasso acadêmico aparece como o resultado mais esperado, tendo-se em vista as condições nas quais se encontram as crianças trabalhadoras. Objeto de investigação em inúmeras pesquisas, o fracasso escolar, manifesto, principalmente, nos altos índices de evasão e repetência das crianças oriundas das camadas desfavorecidas da população, continua sendo uma realidade

no sistema educacional brasileiro (CAMPOS; FRANCISCHINI, 2003).

Estudo realizado entre 2002 e 2003 com crianças e professores de primeira a quarta séries de uma escola pública do Município de São Paulo analisou o fracasso escolar de meninos. Concluiu que há relação entre problemas de aprendizagem, renda familiar de até cinco salários mínimos, gênero masculino e a heteroclassificação como negro (preto ou pardo), semelhante aos demais dados nacionais e internacionais quando se mensura o desempenho das crianças por meio de testes padronizados (CARVALHO, 2004).

De cada 100 estudantes, apenas 35 concluem a 8ª série e dentre as variáveis que propiciam a evasão escolar, estão elencadas a repetência e a necessidade do aluno auxiliar no sustento familiar (PATTO, 1993; RIBEIRO, 1991).

As perdas educacionais resultantes do trabalho infantil e juvenil são graves, "não apenas porque não serão recuperadas ao longo da vida dos indivíduos, mas também, porque tendem a se propagar intergeracionalmente" (SOUZA, 2000, p. 8).

A Aprendizagem Profissional é uma política pública de caráter permanente, que reúne a qualificação e a inserção em uma única ação. Ela é determinada pela Lei 10.097/2000, que foi regulamentada pelo Decreto 5.598/2005 e estabelece a obrigatoriedade de estabelecimentos de médio e grande porte, de contratarem jovens entre 14 e 24 anos como aprendizes. A carga horária deve ser dividida entre a empresa e uma instituição de qualificação que ministrará curso de aprendizagem. Tem como objetivo a qualificação sócio-profissional e inserção desses jovens no mercado formal de trabalho (BRASIL, 2005).

Em relação ao preparo do educando ao mercado de trabalho a LDB (art. 2, p.1, 1996) afirma que

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho

As transformações que ocorrem nos setores produtivos e de serviços articuladas à globalização da economia influenciam também a formação profissional, requerendo novas qualificações dos trabalhadores (BAGNATO, 2007)

A formação escolar para o trabalho e a dissonância existente entre o que

faz a escola e o que a sociedade espera, mostra um dos principais problemas para que se concretize a inserção dos jovens no mundo do trabalho (SARRIERA, 1997).

Em relação ao trabalho da criança e adolescente, as perdas educacionais resultantes são graves, não apenas porque não serão recuperadas ao longo da vida dos indivíduos, mas também, porque tendem a se propagar (SOUZA, 2000).

Ao se avaliar sobre a distribuição da população por nível de escolaridade, em 1990, apenas 19% da população do País possuía o ensino fundamental, 13% o ensino médio e 8% o nível superior, sendo que esse quadro de escolarização desigual é decorrente do processo de extrema concentração de renda e de elevados níveis de pobreza (IBGE, 2000).

É na falha entre a transição da escola para o trabalho, gerada pela alta exigência do mercado laboral e pela baixa qualificação do trabalhador, tanto na educação formal quanto na formação humana, que faz surgir a necessidade de capacitação ou de desenvolvimento por intermédio do "ensino não formal" (SHIROMA, 1997; LÚCIO, 1998).

Corroborando, a literatura (RIBEIRO, 1991; PATTO, 1993; PESTANA, 1999; KUENZER, 2000; CAMARANO et al, 2001) freqüentemente, relata que a necessidade do trabalho se sobrepõe e afasta os jovens do mundo do estudo; em compensação, o mundo do trabalho remunera melhor aqueles que têm maior escolaridade (DELORS, 2000).

Tanto a qualificação quanto a inserção profissional da juventude têm sido estudadas com o intuito de identificar as razões que levam o jovem de ensino médio a iniciar prematuramente sua atividade laboral (DIORIO, 2004).

Há vários problemas de aprendizagem encontrados dentro das escolas e estima-se que de 10 a 20% destes sejam exclusivos dos alunos e 80 a 90% tenham a causa do fracasso escolar ligados a questões culturais, sociais e políticas que regem a instituição escolar (WEISS, 1994). Nestes aspectos deve ser considerada também a postura/atitude do professor na produção do fracasso ou do sucesso escolar (MARTINI, 2002; VIECILI, 2002).

2.11 O ESTUDO PREJUDICADO PELO TRABALHO

Muitas vezes o trabalho da criança pode ser visto como a causa da não

freqüência escolar; é provável, no entanto, que aconteça o inverso, ou seja, a ausência a escola leva-a ao trabalho e não o contrário (SCHWARTZMAN; SCHWARTZMAN, 2004)

Crianças necessitam de educação e formação integrais e de qualidade se desejam adquirir as qualificações necessárias para obterem êxito no mercado de trabalho. Entretanto, em muitos países, as escolas às quais as famílias de baixa renda têm acesso não dispõem de recursos e nem estão adaptadas às suas necessidades. Instalações limitadas, classes lotadas e carência de professores com formação adequada, são alguns dos elementos que contribuem para um baixo nível educacional (OIT, 2008b)

Tal problemática comprova-se quando se aborda o trabalho doméstico, com a presença de crianças que não trabalham e não estudam e realizam atividades domésticas que as impede de freqüentar a escola, fato este mais comum de acontecer com as meninas, que muitas vezes precisam cuidar da casa e dos irmãos mais novos (SANTOS, 2003)

Essa situação é confirmada pelos estudos que abordaram a questão do trabalho infantil, tais como os de Derrien (1993); Minayo – Gomes (1997); Gonçalves – Oliveira (1999); Lavrador et al (1999), Mello Jorge et al (2002), Facchini et al (2003), Levinson et al. (2003) entre outros.

Como já foi discutido anteriormente, de forma geral, a pobreza leva os adultos a permitirem o ingresso dos seus filhos ao mercado de trabalho para que possam ajudar na sobrevivência do grupo familiar e esse fato faz com que as crianças e adolescentes tenham dificuldade em freqüentar a escola.

Para Facchini et al, (2003, p. 960)

“(...) a proporção da contribuição infanto-juvenil à renda familiar total cresce, quando a renda familiar dos adultos diminui. Igualmente, quanto menor a renda familiar dos adultos, maior a exclusão escolar de adolescentes trabalhadores e maior a jornada de trabalho infanto-juvenil. Assim, (...) nossos achados mostraram que, em contextos urbanos de maior pobreza, as crianças trabalhadoras são mais jovens, são mais essenciais para o incremento da renda familiar e correm um maior risco de não completar o ciclo escolar básico”

Conflitos familiares acrescidos a uma menor renda agravam as situações de fracasso e evasão escolar, embora se saiba que a escola não seja a garantia de superação desses conflitos. “O espaço escolar representa uma oportunidade de

resgate e superação de inúmeras carências presentes nesse contexto” (SILVEIRA apud BOTELHO, 2003)

Em estudo transversal realizado na cidade de Ibadan – Nigéria, foram entrevistadas crianças que trabalhavam e estudavam e aquelas que não trabalhavam, de um total de 467 estudantes entrevistados. Destes, 186 (40%) relataram que a criança deve ser autorizada a trabalhar, sendo que a maioria delas (150) eram crianças trabalhadoras. 75% nunca haviam repetido uma série, sendo que 21% das que trabalhavam e estudavam haviam repetido uma série, se comparado com 26% daqueles que somente estudavam (OMOKHODION; OMOKHODION, 2004).

Há, no Brasil, 4.400.454 crianças e adolescentes trabalhando e estudando; as demais, 1.081.579 trabalham e não freqüentam a escola. Dos 4,4 milhões que estão empregadas e estudam, 1.131.561 trabalham 40 horas ou mais por semana; entre as que trabalham e não estudam, 705.037 trabalham 40 horas ou mais por semana, ou seja, um terço das crianças e adolescentes trabalhadores (1.836.598) cumprem jornada de adulto, de 40 horas ou mais por semana. O destaque para tal fato ocorre no Estado de São Paulo, onde 53,3% (398.837) das crianças e adolescentes trabalham 40 horas ou mais por semana, seguido de Rondônia, com 52% e Mato Grosso com 48,5% (BRASIL, 2003).

Esse fato prejudica seu desenvolvimento físico, emocional e intelectual. Duas entre cada 10 crianças trabalhadoras, não freqüentam a escola e, em consequência, a taxa de analfabetismo entre elas atinge 20,1%, em relação a 7,6%, no caso das crianças que não trabalham. Na faixa etária de 15 a 17 anos, também são notados os efeitos danosos do trabalho sobre a escolarização. Entre os adolescentes que trabalham somente 25,5% conseguiram concluir os oito anos de escolaridade básica, enquanto que entre os que não trabalham, esse percentual é significativamente maior, cerca de 44,2% (BRASIL, 2003).

O adolescente de 15 a 17 anos ainda não têm formação acadêmica, formal ou profissional para se habilitar para o futuro, se entra de forma precoce no mercado de trabalho, vai comprometer sua capacidade de progressão de rendimento (NUNES, 2006).

Sabe-se ainda que Mello Jorge et al (2002, p. 51)

(...) em relação à distribuição regional, no Nordeste caracteriza-se como

sendo a que revela o menor número médio de anos de estudo na faixa de dez a 24 anos e as regiões Sul e Sudeste são as áreas onde esses valores são mais elevados. Verifica-se que, enquanto no Nordeste os adolescentes de dez anos têm, em média, 2,3 anos de estudo, no Sul, esse valor chega a 3,5 anos; na idade de catorze anos, as diferenças em termos absolutos são ainda mais gritantes: 4,4 anos no Nordeste, 6,6 no Sul e, aos dezesseis, respectivamente, 5,3 e 7,7 anos de estudo

Quanto ao ingresso da criança e do adolescente ao mercado de trabalho, de acordo com os dados do IBGE de 1999, é conhecido o fato que Mello Jorge et al (2002, p. 51)

(...) entre dez e catorze anos, a taxa de atividade laboral no Nordeste era de 24% seguida do Sul (18%), Centro-oeste e Norte, com cerca de 15%, e Sudeste com 10,8%. (...) o fato de essas crianças iniciarem-se precocemente no mercado de trabalho vai ocasionar reflexo importante em sua vida escola, como abandono dos estudos ou, no mínimo concomitância de atividades

Segundo a PNAD, em 2005, o índice de analfabetismo atingiu 578 mil crianças de 10 a 14 anos, crianças que podem ter freqüentado a escola, sem aprender a ler e escrever, ou mesmo nunca ter estudado. Já o IBGE estima que 2,7% dos 27,4 milhões de brasileiros com idade entre 7 e 14 anos não estavam matriculados, ou seja, o país tinha, 741 mil crianças e jovens fora da escola nessa faixa etária (O GLOBO, 2007)

A atividade agrícola detinha 76,7% do contingente ocupado de 5 a 9 anos de idade, 58,7% na faixa de 10 a 14 anos e 32,9% entre os que tinham de 15 a 17 anos. Do total de crianças entre 5 e 9 anos que trabalharam, no ano de 2005, 64,4% não recebiam remuneração. Na faixa dos que tinham entre 10 e 14 anos, a taxa foi de 57,6%, esse alto contingente de jovens de 15 a 17 anos trabalhando se reflete na menor escolaridade desse grupo. Nesta faixa etária, 18,3% não freqüentavam a escola (NUNES, 2006).

As regiões brasileiras mais ricas, como São Paulo e Porto Alegre apresentam as mais altas taxas de trabalho infantil em contraposição com as menores percentuais de crianças que apenas estudam; o argumento utilizado é de que melhores condições no mercado de trabalho estão associados aos custos mais altos de freqüentar a escola (BARROS, 1994; DUREYA, 2003).

Investigação buscou estimar a proporção de crianças e adolescentes estudantes, entre 11 e 15 anos, que desenvolviam alguma atividade laboral, a

proporção de acidente de trabalho ocorridos, o tipo de acidente e as partes do corpo afetadas. Realizada em quatro escolas públicas da cidade de Ribeirão Preto (SP), abrangendo alunos de quinta e oitava séries, foram aplicados questionários a 445 alunos. Encontrou-se que a porcentagem de estudantes que trabalhava foi de 82,9%. Destes, 7,9% trabalhavam em casa e fora, 14,2% exclusivamente fora e 77,9% exclusivamente em casa ajudando os pais; 4,4% sofreram algum tipo de AT, 2,2% tiveram acidentes de trânsito, indo ou vindo do trabalho e 35,1% declararam que recebiam remuneração pelo trabalho desenvolvido (LAVRADOR et al., 1999).

Estudo desenvolvido na cidade de Pelotas (RS) entrevistou 4.924 indivíduos entre seis e 17 anos de idade. Dos entrevistados, 51% eram do sexo masculino, 76% eram brancos e 95% estudavam. Cerca de 21% (1.014) já haviam trabalhado alguma vez; 9,7% (476) estavam trabalhando no momento da entrevista e 3,4% (169) procuravam trabalho. Em relação à idade das 476 crianças trabalhadoras, 70% tinham entre 14 e 17 anos de idade, 25% entre 10 e 13 anos, 5,3% entre 6 e 9 anos e 88% estavam no mercado informal. Quanto ao gênero, 71% eram meninos e 29%, meninas. Dos 14 aos 17 anos, 10% dos meninos e 17% das meninas trabalhavam no mercado formal. Os ramos econômicos com maiores prevalências do trabalho destes jovens foram comércio (34%); serviços não domésticos (24%); serviços domésticos (20%); construção civil (13%) e indústria (5%). Em todas as faixas etárias, atividades em comércio e serviços domésticos foram significativamente mais freqüentes entre as meninas, enquanto as atividades em indústria, construção civil e serviços não domésticos foram altamente predominantes entre os meninos. Cerca de 40% das crianças e adolescentes trabalhavam 40 horas ou mais semanalmente e 16% trabalhavam à noite mais de 10 horas por semana. Até os 13 anos de idade, 42% das meninas e 21% dos meninos realizavam 40 horas ou mais de atividades laborais. Entre 14 e 17 anos de idade, 43% dos meninos e meninas trabalhavam 40 horas ou mais e contribuíam em média com 18% da renda familiar. As jornadas de trabalho de 40% das crianças e adolescentes de Pelotas eram de tempo completo, com 40 horas ou mais de (FACCHINI et al, 2003). Embora proporcionalmente menor do que a situação nacional (FAUSTO, 1996), este achado reforça o lado perverso do trabalho das crianças e adolescentes, devido aos riscos aumentados de exposição ocupacional e ao baixo aproveitamento escolar.

Estudo realizado no meio rural de Santa Cruz do Sul (RS) mostra o

caminho percorrido por meninos e meninas rumo ao abandono da carreira escolar. Há a descrição da fala de um agricultor que desejava retirar seu filho da escola e levá-lo ao trabalho para ajudar nas despesas da casa, assim Hoelzel apud FERREIRA (2001, p. 221)

(...) se já passou da quarta série já sabe o suficiente pra por comida na mesa; além disso, aqui não é lugar de vagabundo

Tal citação é explicada pela dificuldade de acesso à escola devido à permanência em tempo integral de meninos e meninas no trabalho na lavoura e a ajuda na subsistência do grupo familiar.

2.12 CONSEQÜÊNCIAS “POSITIVAS” E “NEGATIVAS” DO TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Uma das grandes questões relacionadas ao trabalho das crianças e adolescentes é saber se ele é benéfico ou maléfico.

Neste sentido, pontos positivos e negativos na inserção da criança ou adolescente no mercado de trabalho são apresentados na seqüência.

O trabalho desenvolvido precocemente por adolescentes pode ser fator decisivo em suas vidas, podendo ter conseqüências positivas e também negativas ao seu desenvolvimento físico e psicossocial, especialmente em função da competição que se estabelece entre as atividades de trabalho extra-escolar ou domiciliar e as atividades escolares, de esporte e lazer, portanto aquelas que possibilitam um meio saudável de formação psicológica e social do jovem (FISCHER et al, 2003)

Alguns aspectos positivos e benéficos da entrada dos jovens na força de trabalho são: a contribuição para o crescimento como pessoa ou cidadão, a incorporação de sentimentos de auto-estima e realização à sua personalidade, desde que este trabalho seja compatível e equilibrado com seu potencial energético (FORASTIERI, 1997).

O emprego para jovens tem muitos benefícios, incluindo aumento auto-estima, a responsabilidade, no entanto, também pode ter graves repercussões

quando ocorrem acidentes (RUNYAN; ZAKOCS, 2000).

Nos EUA, geralmente se acredita que o trabalho remunerado ensina os jovens a lidar com o dinheiro e a desenvolver bons hábitos de trabalho, o trabalho de turno parcial permite que o adolescente adquira contato com pessoas de outras idades, habilidades de relacionamento com colegas de trabalho, independência dos pais e prestígio entre os amigos. Esse tipo de emprego pode até motivá-los a prosseguir nos estudos, pois percebem o quão difícil é o mundo do trabalho (PAPALIA, 2006).

Embora certos segmentos da sociedade brasileira considerem o trabalho uma fonte de benefícios para o jovem, através da elevação da auto-estima, autonomia, responsabilidade pessoal e preparação para a vida adulta, porém, é sabido que o cansaço decorrente do trabalho precoce reduz a capacidade de concentração e que o uso de substâncias psicoativas como o tabaco, álcool que provocam baixos índices de frequência escolar, assim como altos índices de repetência e distúrbios do comportamento. Além disso, as seqüelas referentes às doenças do trabalho de adolescentes aparecem, em sua maioria, na fase adulta, dificultando o desenvolvimento de políticas de prevenção para esta população (BRASIL, 2001).

Corroborando com tais afirmativas, Fischer et al (2003) constatou junto aos alunos trabalhadores de uma escola estadual do município de São Paulo que eles afirmam que a positividade foi expressa nos vocábulos “aprender”, “amadurecimento”, “relacionamento” e “força de vontade” e relaciona-se ao crescimento pessoal e ao conteúdo pedagógico do trabalho. A negatividade nas palavras “falta de tempo”, “atrapalha o estudo”, “sono” e “acordar cedo” manifestou-se na indicação das formas como o trabalho e o estudo executados numa mesma jornada de 24 horas afetam a saúde e o desempenho escolar. A positividade da dupla jornada relaciona-se à crença em ganhos psicossociais e de que os méritos pessoais possibilitam superar as dificuldades derivadas das duas atividades, além de ser representado como necessário e honroso, por dar mostras da capacidade de luta e determinação dos jovens.

Infelizmente, a extensão e a natureza do impacto do trabalho infantil e do adolescente na saúde, educação e desenvolvimento das crianças tem sido relativamente pouco investigada (SCANLON et al., 2002). Ainda assim, as evidências indicam que seu impacto pode ser mais prejudicial, ou seja, quanto

menor é a idade da criança, maior é a interferência em atividades escolares, recreação e repouso, maior a jornada de trabalho, incluindo o trabalho noturno e maior é a exposição aos riscos ocupacionais (FASSA et al., 2000).

Nos EUA, para os estudantes de ensino médio que trabalham em turno parcial têm empregos repetitivos e de baixo nível, que trarão habilidades que não serão úteis na sua vida. Para o autor, esses adolescentes não são mais independentes na tomada de decisões financeiras e não têm probabilidade de ganhar mais dinheiro quando adultos do que estudantes que não têm emprego durante o ensino médio. Trabalhar fora exige alguns “malabarismos” estressantes com outros compromissos além de reduzir o compromisso na escola, e, alguns adolescentes gastam o que ganham em álcool/drogas ou porque já não estão mais interessados na escola ou sentem alienados de suas famílias (PAPALIA, 2006).

Assim, o trabalho pode se tornar uma atividade com conseqüências negativas para o jovem quando não pode ser conciliado com outras atividades tão importantes para a criança ou adolescente como o estudo, o lazer e o próprio convívio familiar. Entre os múltiplos efeitos negativos do trabalho infanto-juvenil destacam-se a desmotivação, o cansaço, a pouca remuneração salarial e os problemas de saúde, entre outros (CRUZ NETO; MOREIRA, 1998; ZAHER et al., 2001; LIMA; CÂMARA, 2002).

Entre as conseqüências, os acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, corpos deformados, envelhecimento precoce, abandono da escola, retardo no crescimento e no desenvolvimento, além da baixa qualificação profissional (ZAHER et al., 2001).

Ainda em relação às conseqüências do trabalho infantil e do adolescente, ocorrem as “(...) deformações ósseas, físicas, mental e emocional além das intoxicações crônicas e acidentes, desenvolvimento da linguagem, aprendizado escolar, entre outros” (FERREIRA, 2001, p. 222).

Corroborando, no Brasil “a criança que trabalha quase sempre o faz em detrimento da escola, o que gera um adulto com baixa qualificação e que encontrará maiores dificuldades para competir no mercado de trabalho” (BRASIL, 2004).

Estudos feitos em outros países mostram que os acidentes de trabalho são comuns entre crianças e adolescentes [LANDRIGAN et al (1995), nos Estados Unidos; BARKER, et al (1996), na Inglaterra; GRAITCER & LERER (1998), nos Estados Unidos; LARAQUI (2000), em Marrocos; RUNYAN & ZAKOCS (2000), nos

Estados Unidos, WHITE, (2001) na Inglaterra; WOOLF (2002), nos Estados Unidos; SURUDA et al (2003), nos Estados Unidos, entre outros].

Pesquisas realizadas no sul do Texas, Estados Unidos, com alunos do ensino médio, teve a finalidade de documentar a prevalência do trabalho e de ferimentos relacionados ao mesmo entre os estudantes de sexta e oitava séries, contabilizando 3.008 alunos; dentre estes 56% trabalhavam, uma média de 7,7 horas semanais; as horas semanais acima de 7,7 foram relacionadas aos Acidentes de Trabalho (AT) e entre eles, o acidente devido ao trabalho na agricultura, restaurantes, construção civil, entre outros. Tal investigação recomenda a participação dos pais e profissionais a monitorar as horas de trabalho semanais desses jovens (WELLER et al. 2003)

Ainda nos EUA, foi aplicado um questionário aos estudantes de seis colégios rurais de Minnesota, buscando avaliar as práticas de trabalho dos adolescentes e a incidência de acidentes laborais nas atividades agrícolas e não agrícolas. Um total de 2.250 alunos responderam ao questionário; destes, 26,7% corresponderam aos acidentes ocorridos em trabalhos não agrícolas; 25,9% corresponderam aos eventos acidentários acontecidos nas atividades agrícolas e 21,9% em ambos. Ficou evidente que os estudantes que desenvolvem o trabalho agrícola e o não agrícola, simultaneamente, apresentavam longas jornadas de trabalho e estão em maior risco de acidentar-se, além de não se dedicar aos estudos (MUNSHI, et al., 2002).

Em adição a isso, na Jordânia, investigação realizada na cidade de Irbid, aplicou entrevista semi-estruturada às 41 crianças que trabalhavam na região industrial da referida cidade; observou-se que as crianças inseridas no trabalho eram pobres e tiveram que sair da escola para ajudar no sustento de suas famílias (GHARAIBEH, 2003).

Na Índia, 70 a 115 milhões de crianças entre as idades de cinco e 14 anos compõem a força de trabalho do país. O trabalho de criança no setor agrícola representa 80%. Foi realizado um estudo com 100 crianças que trabalhavam na plantação da semente de algodão em Andhra Pradesh: 88% eram meninas, com idades entre 7 a 14 anos. Havia crianças trabalhando em média 12 horas ao dia, expostas aos pesticidas, pois não eram fornecidos equipamentos de segurança, sapatos ou água para lavar suas mãos e roupa. As crianças relataram apresentar cefaléia, irritações freqüentes na pele e olho após a pulverização de pesticidas.

Todas as 100 crianças informaram que eram incapazes de ir à escola durante a plantação de algodão devido ao intenso trabalho realizado (MATHEWS, 2003).

No Brasil, de acordo com os dados oficiais disponíveis e, portanto apenas para o trabalho legalizado ou formal, em 1997, foram registrados 4.314 benefícios concedidos em decorrência de acidentes de trabalho para menores de 18 anos de idade. A gravidade desse problema mostra-se evidente no registro de 218 óbitos entre homens e mulheres nessa faixa de idade como consequência deste tipo de acidente (SANTANA, 2003). Possivelmente esses dados estão subestimados e são parciais, principalmente pela concentração de menores no setor informal da economia, ou pelo grande número de trabalhadores sem carteira de trabalho, para os quais usualmente não se emitem registros administrativos desses eventos (SANTANA, 2003).

A taxa de mortalidade por causas externas entre crianças de zero a nove anos, no país, foi de 4.810; de 10 a 14 anos foi de 2.691 e de 15 a 19 anos eleva-se para 13.691 casos de óbitos (BRASIL, 2004). Num estudo realizado no Rio de Janeiro em dois hospitais municipais de emergência, a proporção de acidentes de trabalho dentre as causas externas foi de 18,7% num hospital e 15% no outro (DESLANDES, 1999). Sabe-se por outro lado, que mesmo os acidentes do trabalho em empregados com carteira assinada deixam de ser notificados.

Na cidade de Salvador (Bahia) foram analisados registros de 215 pessoas acima de 10 anos que foram atendidas devido aos problemas de saúde com causas externas nos serviços de emergência; constatou-se que 31,6% dos atendimentos foram devido aos acidentes de trabalho; as principais ocupações dos acidentados estavam relacionadas à construção civil, sendo 29,8% ferimentos leves, 16,4% fraturas e luxações, 13,4% ferimentos graves e 10,4% politraumatismos (CONCEIÇÃO et al., 2003).

Em pesquisa realizada em Porto Alegre, em 1998, por Ferreira e Valenzuela, foram investigados 2.800 AT entre trabalhadores urbanos segurados do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), evidenciando a grande variedade de inserção de adolescentes no mercado formal de trabalho e a grande multiplicidade de tarefas a seu encargo. Os trabalhadores eram utilizados como “pau para toda obra”¹⁵, realizando atividades variadas, sendo-lhes imposta a condição de

¹⁵ As aspas são do autor, Ferreira (2001).

generalistas, sem formação técnico-profissional adequada, lidando com todo o tipo de tecnologia, tornando-os um grupo relevante de risco (Ferreira, 2001), particularmente por não terem concluído ao menos o ensino fundamental e sofrerem acidentes e enfermidades relacionadas ao trabalho.

Atualmente, empresas admitem trabalhadores sem registro, incluindo-se as crianças. Inseridos no mercado de trabalho, são estes os que mais desconhecem os direitos trabalhistas, submetendo-se a situações arriscadas, insalubres e inadequadas, a salários aviltantes, trabalhando horas-extras, não se protegendo adequadamente dos riscos proporcionados por condições laborais inadequadas. Evidentemente arriscam-se então a ficarem enfermos e a acidentarem-se no trabalho. Tal fato foi encontrado em estudo realizado por Silveira (2003), em que a autora realizou um levantamento minucioso de todos os atendimentos feitos pela equipe de saúde as crianças e adolescentes acidentados em geral no período de 1º de junho de 2001 a 31 de maio de 2002 atendidos na Unidade Básica Distrital de Saúde. Encontrou 1.589 prontuários de crianças e adolescentes acidentados. Na leitura dos prontuários percebeu que muitas vezes o acidente tinha características que sugeriam a sua relação com o trabalho, embora quase nada houvesse sido registrado pelos trabalhadores da área da saúde que atenderam o acidentado. Buscando de modo detalhado, entre os 1.589 prontuários, os casos exclusivamente relacionados ao trabalho, a autora encontrou 56 prontuários de crianças e adolescentes cujas descrições enquadravam-se nas de AT com ou sem emissão de Comunicação de Acidentes de Trabalho (CAT), obedecidos determinados critérios de inclusão e exclusão. Esses prontuários representaram 3,6% em relação ao total de prontuários das crianças e dos adolescentes acidentados em geral, atendidos neste serviço. Quanto às CAT, em apenas 21 (37,5%) prontuários constava este documento oficial.

Tal não identificação foi constatada também em outro estudo em que se fez uma análise de 607 prontuários hospitalares de acidentados atendidos durante o ano de 1997 em um hospital universitário de Ribeirão Preto (SP), procurando informações sobre menores de idade que, na ocasião do atendimento, possuíam até 14 anos e que sofreram AT. Foram encontrados nos registros realizados por médicos e equipe de enfermagem apenas 6 (0,99 %) trabalhadores com tais características; destes, quatro (0,67%) eram meninos e duas (0,33%) meninas, trabalhando em empresas diversificadas como balconista, auxiliar de serviços gerais, auxiliar de lavanderia. Um era trabalhador rural e dois outros acidentados

eram “do lar”¹⁶. Possivelmente havia outros acidentados, que, no entanto, não foram identificados ou caracterizados como vitimados pelo processo de trabalho. Os AT tiveram como *causas*: agressão durante o trabalho por meio de força corporal; contato com ferramentas manuais; agressão no trabalho por meio de disparo de arma de fogo ou de arma não especificada e queda de um nível a outro. Dois acidentes não tinham causa registrada. As partes do corpo alteradas em decorrência dos acidentes foram: os membros inferiores, a cabeça, o tronco e os membros superiores. Em dois prontuários, não estavam registradas as partes do corpo afetadas, reforçando mais ainda a assertiva que o pessoal que realiza o atendimento hospitalar ao acidentado do trabalho, em geral não consegue identificá-lo como trabalhador (SILVEIRA; ROBAZZI, 2000).

Por tudo até então expostos, a relação de malefícios relacionados ao trabalho das crianças e adolescentes parece ser maior que os benefícios. O trabalho desses jovens pode ser caracterizado como uma situação na qual eles iniciam-se nas atividades laborais em idade prematura e acabam trabalhando em jornadas iguais ou até mesmo superiores a dos adultos. Recebem uma remuneração, muitas vezes simbólica pelo seu trabalho ou, às vezes, nada ganham. Ficam sujeitos às condições perigosas, como por exemplo, locais com risco iminente aos acidentes e com diversificados agentes de risco ocupacional. Acresce-se a isso que, em muitas situações o próprio trabalho os impede ou dificulta o acesso à educação, contribuindo para a reprodução de sua difícil condição social, ou seja, não tendo uma qualificação profissional, continuarão realizando o mesmo tipo de trabalho sem nenhuma perspectiva de crescimento devido à insuficiência de conhecimentos ou até mesmo pela falta de oportunidades.

¹⁶ As aspas são do autor, Silveira (2000). Segundo Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, empregado doméstico “preparam refeições e prestam assistência às pessoas, cuidam de peças do vestuário como roupas e sapatos e colaboram na administração da casa, conforme orientações recebidas. Fazem arrumação ou faxina e podem cuidar de plantas do ambiente interno e de animais domésticos” (BRASIL, 2004).

RENATA C. P. SILVA
2008

MATERIAL E MÉTODO

3 MATERIAL E MÉTODO

3.1 TIPO DE ESTUDO

Estudo não-experimental, correlacional e de delineamento transversal (POLIT, 2004, p. 180) que

(...) envolve a coleta de dados em um ponto do tempo (...) os fenômenos sob estudo são obtidos durante um período de coleta de dados (...) apropriado para descrever a situação, o *status* do fenômeno ou as relações entre os fenômenos em um ponto fixo

3.2 DELINEAMENTO

A investigação abrangeu alunos do ensino fundamental (a partir da quinta série)¹⁷, matriculados em escolas da rede municipal de Ribeirão Preto (SP).

Para a sua concretização, foi utilizado um questionário respondido pela criança/adolescente em sala de aula, com questões sobre as suas características sócio-econômicas e demográficas, caracterização de sua família (quanto ao número de filhos, renda familiar, tipo de moradia, situação conjugal dos pais), caracterização do trabalho desenvolvido pela criança/adolescente dentro e fora de casa, remuneração, tempo em que desenvolve o trabalho; se apresentou afastamento e perda de dias de aula ou se evadiu-se do ambiente escolar devido ao trabalho.

3.3 LOCAL

Realizou-se na cidade de Ribeirão Preto, situada na região Nordeste do Estado de São Paulo, distante 313 km da capital paulista. O município ocupa uma área de 651 km² e caracteriza-se por apresentar um clima tropical úmido (RIBEIRÃO PRETO, 2007c).

De acordo com o IBGE, na contagem da população efetuada em 2007, somava 547.417 habitantes (IBGE, 2007, p.93). Em relação ao Censo Demográfico

¹⁷ De acordo com estudo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação (CNTE) e OIT (2004), a exclusão dos alunos de primeira à quarta série deve ser feita porque esses estudantes são muito jovens para responderem as questões do questionário a ser aplicado.

realizado pelo IBGE, em 2000, a população da cidade era de 504.923, representando um crescimento de 42.494 habitantes no período de sete anos, ou seja, a taxa geométrica de crescimento anual foi de 1,44% ao ano (BRASIL, 2007b).

A região onde se situa esta cidade é uma das mais ricas do Estado de São Paulo apresentando elevado padrão de vida (renda, consumo, longevidade). Além disso, possui bons indicadores sociais (saúde, educação e saneamento), uma localização privilegiada, próxima a importantes centros consumidores e acesso facilitado devido à boa qualidade da infra-estrutura de transportes e comunicação. Também se constitui em um dos principais centros universitários e de pesquisa do estado e do país, consolidando-se como um dos importantes pólos de geração de tecnologia e mão - de - obra qualificada do país (RIBEIRÃO PRETO, 2007c).

Os indicadores econômicos e sociais do município ancoram-se em uma estrutura econômica forte e diversificada tanto no município quanto na região, destacando-se o desempenho da agricultura. A qualidade dos solos e do clima, fazem com que esta seja uma das principais regiões agrícolas do Estado de São Paulo e do país, caracterizando-se por uma grande produção e por elevados níveis de rendimento das culturas, com destaque para a cana de açúcar, a laranja, a soja, o amendoim, a fruticultura em geral, dentre outras (RIBEIRÃO PRETO, 2007c).

Em relação à indústria destaca-se, primordialmente, a força da agroindústria, muito relacionada ao desempenho do setor primário. As usinas representam uma das suas principais atividades econômicas; vinte e uma usinas empregam em torno de 8.000 trabalhadores, que acaba estimulando o desenvolvimento de outros setores, como por exemplo, o de máquinas agrícolas e equipamentos para usinas; além disso, a região é maior produtora mundial de açúcar e álcool. A região apresenta também, várias indústrias de suco de laranja, beneficiadoras de café, soja, amendoim, indústrias alimentícias, de ração, fertilizantes, entre outras. Mais de 80 municípios a compõem, ocupada por cerca de 3 milhões de habitantes, em uma área de 30 mil km² (RIBEIRÃO PRETO, 2007c).

Ribeirão Preto participou, em 2006, de 0,78% das exportações do Estado de São Paulo; o Produto Interno Bruto-PIB¹⁸ *per capita* representou, em 2005, R\$18.311,88, enquanto a média no Estado foi de R\$17.977,31; já a participação no PIB do Estado foi de 1,38% (BRASIL, 2007c).

¹⁸ Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras, ou seja, a soma dos valores adicionados acrescida dos impostos, dividido pela população da respectiva agregação geográfica

Apresenta uma das mais baixas taxas de analfabetismo entre os municípios do Estado de São Paulo e do país; 98% das crianças encontram-se no ensino fundamental, regularmente matriculadas (RIBEIRAO PRETO, 2007d).

Em Ribeirão Preto, no ano de 2006, tinha 42.840 alunos matriculados desde a educação infantil até educação profissionalizante. Somente no ensino fundamental (de 5ª a 8ª série) o número de alunos foi de 10.627 (RIBEIRAO PRETO, 2007d).

Atualmente houve uma diminuição dos alunos matriculados desde a educação infantil até a profissionalizante, ou seja, hoje em dia é de 42.605, sendo que no ensino fundamental há 10.148 alunos de 5ª a 8ª série (RIBEIRAO PRETO, 2007e).

A população por faixa etária na cidade, de crianças de 0 a 4 anos é de 38.295, de 5 a 9 anos 40.806 e, de 10 a 19 anos 94.351, totalizando 173.452 (RIBEIRÃO PRETO, 2007a). A população no ano de 2007, com menos de 15 anos representou 21, 44% do total da população, no Estado de São Paulo 23,97%. A taxa de analfabetismo¹⁹ da população com menos de 15 anos, no ano 2000, era de 4,44%, enquanto em todo o Estado de São Paulo foi de 6,64%, de acordo com a Fundação SEADE (BRASIL, 2007b).

Para essa mesma Fundação, no ano de 2004, o município de Ribeirão Preto enquadrou-se no Grupo I, ou seja, daqueles que se caracterizam por um nível elevado de riqueza com bons níveis nos indicadores sociais com alta riqueza, média longevidade e média escolaridade²⁰ (BRASIL, 2007b).

No ano de 2007, o município teve 76.238 matrículas no ensino fundamental, sendo que, nas escolas públicas estaduais foram 36.642, nas públicas municipais foram 20.397 e na rede privada foram 19.199 alunos. A infra-estrutura escolar conta com 162 estabelecimentos de ensino fundamental, sendo 58 estaduais e 26 municipais, 78 escolas privadas (BRASIL, 2007b). A qualificação da população da cidade, medida em anos de estudos, está acima da média das demais, cerca de 42% da população têm mais de oito anos de estudos, sendo que 16,4% possuem mais de 11 anos de estudo e 13% mais de 15 anos de estudos (RIBEIRÃO PRETO, 2007d).

¹⁹ Consideraram-se como analfabetas as pessoas maiores de 15 anos que declararam não ser capazes de ler e escrever um bilhete simples ou que apenas assinam o próprio nome, incluindo as que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram (BRASIL, 2007a)

²⁰ Os indicadores do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) sintetizam a situação de cada município e, quando combinados geram uma tipologia que classifica os municípios do Estado de São Paulo em cinco grupos, sendo o Grupo I de melhor classificação e o Grupo V a pior (BRASIL, 2007b)

Os anos de estudo dos chefes de domicílio deste município também demonstram um maior nível de educação formal comparando ao conjunto do estado. Enquanto no Estado de São Paulo e Distrito Federal, os chefes de domicílio têm, em média, pouco mais de seis anos de estudo, Ribeirão Preto apresenta uma média de 7,6 anos de estudo dos chefes de domicílio. Tais indicadores educacionais fizeram com que a cidade ocupasse a 14^a posição entre os 4.491 municípios brasileiros pesquisados pelo PNUD/IPEA para a elaboração do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, no critério Índice de Condições de Vida-Educação. Em relação ao Estado de São Paulo, Ribeirão Preto ocupou a 5^a posição em um universo de 572 municípios (RIBEIRÃO PRETO, 2007d).

3.4 POPULAÇÃO

Alunos matriculados nas escolas municipais da cidade de Ribeirão Preto.

3.5 AMOSTRA

Ocorreu aleatoriamente, por conglomerados em um estágio, ou seja, foram sorteadas duas escolas como um todo, sendo que somente os estudantes matriculados no ensino fundamental de 5^a a 8^a séries do município participaram.

O sorteio ocorreu da seguinte maneira: todas as escolas da cidade de Ribeirão Preto foram digitadas no *Statistical Package of Social Sciences* (SPSS) e, em seguida, foi realizado um sorteio, sendo selecionadas duas escolas por amostragem aleatória simples. Ambas pertenciam à zona norte da cidade de Ribeirão Preto e foram denominadas: Escolas A (EA) e B (EB).

Os seguintes critérios para a seleção dos sujeitos foram obedecidos:

3.6 INCLUSÃO

- Possuir idade inferior a 18 anos;
- Estar matriculado nas escolas municipais sorteadas;

➤ Estar presente em sala de aula ou na escola no momento da aplicação do instrumento de coleta de dados

3.7 EXCLUSÃO

- Estar sem idade declarada no instrumento de coleta;
- Não trazer assinado de casa, pelos pais e/ou responsáveis, no momento da aplicação do questionário, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE);
- Ter extraviado o TCLE por qualquer motivo, após três sucessivas abordagens ao estudante para entregá-lo.

Obedecidos tais critérios, a amostra foi constituída por 133 estudantes.

3.8 INSTRUMENTO UTILIZADO NO ESTUDO

Foi elaborado um questionário com perguntas abertas e fechadas (Apêndice 1), que abordou as características sócio-econômicas e demográficas da criança em relação ao sexo, idade, cor, procedência e naturalidade, tipo de trabalho realizado, ausência escolar, dentre outros.

Para *identificar as características das crianças/adolescentes e suas famílias* foram investigados: sexo, cor, idade, número de irmãos, renda familiar, tipo de moradia, situação conjugal e emprego dos pais.

Para *identificar a execução do trabalho entre crianças e adolescentes dentro e/ou fora de casa, remuneração, período de tempo que desenvolve o trabalho, existência de trabalho anterior; conseqüências do trabalho*) as questões consistiam em averiguar se a criança ajudava os pais em atividades domésticas, quantas horas por dia, desde que idade e que tipo de atividades eram desenvolvidas e se já haviam sofrido algum tipo de acidente/conseqüência enquanto ajudavam os pais. Em relação ao trabalho efetuado fora de casa, no questionário, foram elaboradas questões sobre o porquê de já terem trabalhado ou porque estavam trabalhando no momento da aplicação do questionário, tipo de trabalho desenvolvido, local, se já sofreu algum tipo de acidente de trabalho, se possuía vínculo empregatício ou não e a remuneração.

Quanto *a identificar a ausência anual e o aproveitamento escolar da*

criança e/ou adolescente por meio de conceitos, reprovações e/ou progressões para a série escolar seguinte foram elaboradas questões em relação à escola em que a criança estava matriculada para o seu alcance, as questões consistiam em saber sobre o início dos estudos das crianças, frequência nas aulas, se a criança gostava de frequentar as aulas ou não e por que.

Para comparar o *aproveitamento escolar de crianças e adolescentes que trabalhavam fora de casa com os que não trabalhavam fora de casa* foram formulados questionamentos sobre repetências, se já parou de estudar devido ao trabalho e por quanto tempo. Para finalizar, foi questionado sobre a profissão a ser seguida no futuro e preenchido o instrumento de avaliação pelo conceito final do aluno (Apêndice 2).

3.9 ASPECTOS ÉTICOS

Para a realização deste estudo, levou-se em conta as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas envolvendo Seres Humanos, emanadas da Resolução nº 196 de 1996 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 1996). O projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto-USP (EERP-USP), para a sua apreciação e aprovação (Anexo 2).

Foi solicitada e concedida autorização da Secretária de Educação responsável, para que o estudo fosse realizado nas instituições selecionadas (Anexo 3); foi também solicitada e concedida autorização do Juiz da Infância e da Juventude para a realização desta pesquisa (Anexo 4).

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 3) foi assinado pelos pais ou responsáveis legais dos alunos permitindo a participação da criança ou adolescente na pesquisa.

3.10 ESTUDO PILOTO

Tal instrumento foi validado por cinco docentes de ensino superior, especialistas em Saúde do Trabalhador, com titulação igual ou superior a doutor, além de especialistas nas temáticas de Saúde do Trabalhador, Saúde do Escolar e Saúde da Criança.

A validação de conteúdo ocorreu da seguinte maneira: foram enviados por

escrito os objetivos e o instrumento de coleta de dados e solicitado aos avaliadores que os lessem e os avaliassem quanto à forma, conteúdo, clareza semântica e objetividade das questões elaboradas. Posteriormente, os mesmos foram devolvidos com as sugestões de cada avaliador.

Após a devolução, as sugestões foram acatadas pela pesquisadora; em sequência, foi realizado um estudo piloto com 24 alunos de uma escola municipal localizada na zona oeste do município (escolhida por amostragem aleatória simples no SPSS, não coincidente com as sorteadas anteriormente), a fim de observar a sua aplicabilidade. Em algumas questões, os alunos apresentaram dificuldade no entendimento, sendo feita então, validações semânticas de determinados itens. As mudanças também foram apreciadas pelos estudiosos no assunto e sua aplicação nesse tipo de instrumento, que as consideraram pertinentes.

A partir das sugestões e das dificuldades apresentadas relatadas pelos estudantes, o instrumento passou por novas alterações quanto à categorização, organização espacial e linguagem, visando facilitar a compreensão dos participantes e minimizar tendências. Entendeu-se que as mudanças realizadas no instrumento não alteraram os itens aos quais se propunha mensurar.

3.11 A COLETA DE DADOS

Foi realizada pela própria pesquisadora, de agosto a dezembro de 2006, durante todos os dias da semana, nos períodos da manhã (7h às 11h), tarde (13h às 17h) e noite (19h às 22h).

Inicialmente, foi realizada orientação em sala de aula (um dia antes da coleta de dados), com a leitura dos objetivos da pesquisa, do instrumento de coleta de dados e do TCLE com a finalidade de sanar as dúvidas e o estudante conversar com seu pai/responsável sobre a pesquisa ficando a pesquisadora à disposição dos alunos, pais e professores. A criança ou adolescente levava o TCLE para casa para que seu pai ou responsável o assinasse. No dia seguinte, a pesquisadora voltava na sala de aula, recolhia os TCLE daqueles estudantes que aceitaram participar da pesquisa, juntamente com a assinatura dos pais que permitiram sua participação. Após, com a ajuda dos professores, os questionários foram aplicados aos estudantes

e, a medida que surgiam dúvidas no seu preenchimento, a pesquisadora imediatamente explicava como proceder.

Os alunos que haviam esquecido, por algum motivo, o Termo de Consentimento no dia da coleta de dados eram orientados que o trouxessem novamente (até três abordagens) e estes poderiam participar da coleta a qualquer momento em outra sala de aula ou na biblioteca com outros alunos, porém, sempre com a pesquisadora presente.

3.12 ANÁLISE DOS DADOS

As variáveis do protocolo foram codificadas na sua construção. Elaborou-se então um dicionário (*codebook*) bem como um banco de dados, empregando-se o programa *Excel for Windows 2003* e realizada dupla digitação, validação e conferência dos mesmos, com o objetivo de se obter dados livres de erros de digitação.

Após, todos os dados foram transportados ao programa estatístico SPSS versão 14.0, de onde foram geradas medidas de posição (média, mediana) e variabilidade (desvio-padrão) e análises estatísticas univariadas e a bivariadas.

Para comparação das médias das *idades*, do *número de irmãos*, do *número de horas em que ajudava em casa*, *idade no início dos estudos* e do *número de faltas nas disciplinas* entre os grupos que *trabalhava fora de casa* e *não trabalhava fora de casa*, visto que em ambos os grupos o número de crianças é maior que 30, foi utilizado o teste estatístico paramétrico t de “*Student*”.

Para as variáveis, *renda* e *desde quantos anos ajuda os pais em casa*, em que o número de crianças no grupo que trabalha fora foi menor que 30, o teste não paramétrico de *Kolmogorov-Smirnov* foi realizado para a verificação da normalidade de distribuição nas respostas.

No caso das variáveis categóricas o teste não paramétrico Qui-quadrado de *Person* foi utilizado para testar a homogeneidade das proporções de respostas entre os grupos *trabalhava fora* e *não trabalhava fora de casa*. Quando as frequências foram maiores ou iguais a cinco o Teste de *Fisher* foi utilizado.

Adotou-se o nível de significância $\alpha = 0,05$ para a aplicação dos testes estatísticos. Quando o valor da significância calculada (p) foi menor do que 0,05 a

diferença entre medias ou associações foram consideradas estatisticamente significantes.

RESULTADOS

4 RESULTADOS

Serão apresentados os resultados obtidos, perfazendo a seqüência de caracterização sócio-econômica e demográfica das crianças matriculadas nas duas escolas (EA e EB) que participaram da pesquisa, de acordo com a seqüência dos objetivos propostos.

Primeiramente foi feita uma descrição das variáveis e, posteriormente, foram apresentadas as associações em relação à variável - *trabalho fora de casa*.

Na EA, com 166 alunos no total, 59 (35,5%) responderam ao questionário; na EB com 374, o questionário foi respondido por 74 alunos (19,78%) o que totalizou 133 sujeitos.

⇒ *Características das crianças e adolescentes*: os resultados estão apresentados, iniciando-se pelas idades dos sujeitos (Tabela 1); as estatísticas descritivas da variável *idade*, expressa em anos são as que se seguem: mínima - 10 anos; máxima - 16 anos; média - 12,78 anos; mediana - 13 e desvio padrão 1,4.

Tabela 1 - Distribuição de estudantes matriculados nas escolas EA e EB, segundo a idade. Ribeirão Preto, 2008.

Idade (anos)	f	%
10	01	0,8
11	31	23,3
12	24	18,0
13	31	23,3
14	34	25,6
15	09	6,8
16	03	2,3
Total	133	100,0

A Tabela 2 apresenta os dados relacionados às características sócio e demográficas dos sujeitos.

Tabela 2 - Distribuição de estudantes matriculados nas escolas EA e EB segundo algumas características sócio e demográficas. Ribeirão Preto, 2008.

Características	f	%
Sexo		
Feminino	84	63,2
Masculino	49	36,8
Total	133	100,0
Cor		
Pardo	61	45,9
Branco	46	34,6
Negro	26	19,5
Total	133	100,0
Situação conjugal dos pais		
Casado ou com companheiro	104	83,9
Separado ou sem companheiro	9	7,3
Viúvo	7	5,6
Solteiro ou sem companheiro	4	3,2
Total	124*	100,0
Pais empregados		
Sim	105	84,0
Não	20	16,0
Total	125*	100,0
Casa onde residem		
Própria	95	74,2
Alugada	21	16,4
Outra	12	9,4
Total	128*	100,0
Presença de irmãos		
Sim	127	95,5
Não	6	4,5
Total	133	100,0

* O somatório será diferente a 133 sujeitos, pois se considerou somente os questionários respondidos pelas crianças.

Dos 133 sujeitos, a maioria (63,2%) era do sexo feminino, pardos (45,9%), possuía pais casados ou que moravam com companheiros (83,9%), sendo que 84% possuíam pais empregados. Também residiam em casa própria (74,2%) e com irmãos (95,5%).

O Gráfico 1 mostra a distribuição dos estudantes que trabalhavam fora de casa e os crianças que não trabalhavam fora de casa.

Gráfico 1. Distribuição dos estudantes que trabalhavam fora de casa e estudantes que não trabalhavam fora de casa. Ribeirão Preto, 2008.

■ Estudantes que não trabalhavam ■ Estudantes que trabalhavam fora de casa

⇒ *Execução do trabalho entre as crianças e adolescente dentro e/ou fora de casa e suas características:* constatou-se que de 133 sujeitos, 127 (95,5%) informaram “ajudar”²¹ os pais em casa. As atividades mais freqüentes dentro de casa foram: lavar a louça (102 casos), passar roupa (24 casos), cozinhar (45 casos), cuidar do irmão mais novo (51 casos) ou de outro membro da família (10 casos), limpar a parte interna (56 casos) ou externa da casa (45 casos) e outra atividade não especificada (23 casos), sendo que alguns desenvolviam mais de uma atividade.

Ao questioná-los sobre a idade de início nas atividades de “ajudar” os pais em casa, dos 114 alunos que responderam ao item, houve uma variação quanto à idade mínima informada, sendo esta desde os três anos de idade (um caso) até 13 anos (quatro casos). O maior percentual de sujeitos (29,8%) iniciou essas atividades aos dez anos de idade (34 casos); a seguir, a idade mais freqüente foi aos sete anos (14,9%), seguidos por 13,2% que se iniciaram nesta “ajuda” aos oito anos de idade, dentre outros, o que denota a precocidade do trabalho realizado dentro das casas.

Quanto às horas disponibilizadas para “ajudar” os pais em casa, houve uma variação entre meia hora até 12 horas trabalhadas/dia. Assim, dos 117 sujeitos que responderam ao item, a maior freqüência foi de 38 casos (32,5%) para os que dispensaram quatro horas do dia nestas atividades, seguidos por 20 sujeitos (17,1%) com uma hora trabalhada/dia; 16 - 13,7%, com três horas de trabalho/dia; para os que trabalharam duas e oito horas/dia (11 casos) a porcentagem foi de 8,3 cada um e, assim por diante.

²¹ A palavra ajuda, neste texto, é compreendida como trabalhar dentro de casa lavando a louça, passando/lavando roupas (Silveira, R. C. P., 2008)

Em relação aos acidentes ocorridos durante o trabalho desenvolvido em casa, dos 131 sujeitos que responderam ao item, 27 (20,6%) afirmaram ter sofrido tais acidentes; os mais comuns foram cortes em membros superiores e inferiores (14 casos), escorregões (3 casos), queimaduras (3 casos), dentre outros.

Ao questioná-los sobre a idade de início nas atividades de *trabalhar fora de casa*, 36 sujeitos (27,7%) responderam ao item, havendo uma variação quanto à idade mínima informada, que variou desde os seis anos de idade (dois casos) até 15 anos (três casos). Entretanto o maior número de sujeitos (20,6%) iniciou as atividades aos onze e treze anos de idade (20,6%); a seguir, a idade mais freqüente foi aos 12 anos (17,6%), seguida por 14,7% que iniciaram o trabalho com 14 anos de idade, dentre outros.

Quanto ao sexo 66,7% eram do sexo masculino, 50% pardos, 90,6% tinham pais casados ou moravam com seu companheiro (a), 68,6% possuíam pais empregados, 91,7% possuíam irmãos, 72,2% moravam em casa própria e 88,9% ajudavam os pais em casa após o trabalho.

Dos sujeitos que trabalhavam fora de casa, apenas 2 - 6,5% informaram ter sofrido Acidentes de Trabalho, ocorridos devido às queimaduras. Houve uma série de locais em que as crianças/adolescentes desenvolviam seu trabalho, dentre eles foram destacadas a casa dos tios e restaurante (dois casos cada uma), marcenarias, fábricas, oficinas mecânicas, construção civil ou até mesmo nas ruas (um caso cada).

Para os 36 sujeitos que responderam trabalhar fora de casa, os motivos alegados foram ajudar os pais para compor a renda familiar (12 casos – 33%), para ganhar dinheiro (quatro casos – 11,1%) e porque gostavam de trabalhar (dois casos – 5,5%); o restante citou as mais variadas causas: comprar roupas, por vontade própria, dentre outros. Em relação ao registro em carteira de trabalho, das 36 crianças que trabalhavam fora, apenas uma informou que possuía tal documento.

Com o objetivo de facilitar o entendimento, foram realizadas algumas associações referentes às variáveis quantitativas (idade, número de irmãos, renda familiar, horas que os sujeitos ajudam os pais em casa, idade de início nas atividades domiciliares e no trabalho fora de casa, salário e início dos estudos). A seguir, a Tabela 3 mostra as descrições anteriormente citadas.

Tabela 3 - Distribuição do número total de alunos de acordo com as variáveis quantitativas. Ribeirão Preto, 2008.

Variáveis	Total					Desvio Padrão
	n	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	
Idade (em anos)	94	12,8	13	10	16	1,4
Número de irmãos	91	3,2	3	1	10	1,7
Renda (1)	60	855,4	675	60	5200	720,0
Horas que ajudam os pais em casa/dia	85	3,5	4	0,5	12	2,4
Desde quantos anos ajudam os pais em casa	85	9,1	9	3	13	2,0
Idade de início no trabalho fora de casa	34	11,9	12	6	15	2,2
Salário (em reais)	21	58,5	20	2	500	97,4
Idade (em anos) de início nos estudos	92	5,9	6	1	8	1,3

* Renda discrepante retirada.

Ao realizar a estatística descritiva das variáveis quantitativas e a variável *trabalhava fora de casa* foi possível ressaltar o que se segue.

Tabela 4 - Comparação de variáveis entre os grupos de crianças e adolescentes que trabalhavam fora de casa e o grupo de crianças e adolescentes que não trabalhavam fora de casa. Ribeirão Preto, 2008.

Variáveis	Trabalhava fora			Não trabalhava fora			t	p
	n	Média	Desvio Padrão	n	Média	Desvio Padrão		
Idade (em anos)	36	13,3	1,5	94	12,6	1,3	2,779	0,003**
Número de irmãos	33	3,3	1,2	91	3,2	1,9	0,429	0,669
Renda (1)	22	721,0	1061,2	60	904,7	549,3	-1,02	0,309
Renda (2) *	21	507,7	362,7	-	-	-		
Horas que ajudam os pais em casa/dia	30	3,4	2,9	85	3,6	2,1	-0,317	0,752
Desde quantos anos ajudam os pais em casa	26	8,7	2,5	85	9,2	1,8	-0,808	0,424
Idade de início no trabalho fora de casa	34	11,9	2,2	-	-	-	-	-
Salário (em reais)	21	98,6	125,4	21	18,4	19,1	-	-
Idade (em anos) de início nos estudos	35	5,6	1,7	92	6,0	1,0	-1,208	0,233

* Renda discrepante retirada.

Para aquelas crianças/adolescentes que trabalhavam fora de casa, a média de idade foi de 13,3 anos (mediana de até 14 anos); ao comparar com o

grupo das que não trabalhavam fora, a média de idade foi de 12,6 anos (mediana de até 13 anos), porém, constatou-se que houve variação estatística para a idade das crianças que trabalhavam fora de casa, ou seja, essas crianças eram mais velhas.

A média de idade em que as crianças/adolescentes iniciaram os estudos foi de 5,6 anos no grupo das que trabalhavam fora e, no outro grupo (que não trabalhava fora) foi de seis anos, porém, não ultrapassando a idade de oito anos. Ou seja, mesmo trabalhando a criança iniciou os estudos na idade correta, mostrando que não foi estatisticamente significativo trabalhar fora e o início dos estudos.

Quanto à renda familiar dos que trabalhavam fora, a média foi de R\$ 721,00 (2,06 salários mínimos), sendo que para a metade desses sujeitos, a renda foi de até R\$ 440,00 (1,25 salários mínimos). Ao comparar com o grupo de crianças que não trabalhava fora, a média da renda familiar foi de R\$ 904,7 (2,58 salários mínimos) e, para a metade deles a renda foi de até R\$ 775,00 (2,21 salários mínimos).

Quanto aos valores mínimos e máximos de cada grupo estudado foi possível detectar que no grupo dos que trabalhavam fora, a renda variou entre R\$ 60,00 (0,17 salários mínimos) e R\$ 5200,00 (14,8 salários mínimos), ao passo que no grupo dos que não trabalhavam fora, a renda variou de R\$ 95,00 (0,27 salário mínimo) a R\$ 2800,00 (8 salários mínimos).

O teste de *Kolmogorov-Smirnov* mostrou normalidade da distribuição da variável renda para esse grupo ($p=0,087$); portanto para comparação do número médio do valor renda entre os grupos trabalha fora e não trabalha fora, o teste t "*Student*" foi aplicado. Assim, foi possível constatar que não houve diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos de crianças que trabalhavam fora de casa e aquelas que não trabalhavam em relação à renda ($p = 0,309$).

Tendo em vista a diferença de valores em relação às rendas máximas (R\$ 5200,00 e R\$ 2800,00) nos dois grupos, levantou-se a hipótese de que o estudante que mencionou o valor correspondente a 14,8 salários mínimos provavelmente errou no momento de registrar este valor do salário dos pais no questionário. Sendo assim, foi excluído o valor de R\$ 5200,00 e calculado novamente a média no grupo de crianças que trabalhavam fora. Houve uma modificação em relação à média da renda, ou seja, a renda caiu de R\$ 721,00 (2,06 salários mínimos) para R\$ 507,70 (1,45 salários mínimos), a mediana passou de R\$ 440,00 (1,25 salários mínimos) para R\$ 380,00 (1,08 salários mínimos) que é menos da metade de quem não

trabalha (R\$775,00 – 2,21 salários mínimos).

Ao retirar a renda de R\$ 5200, 00 foi aplicado novamente normalidade da distribuição da variável renda para esse grupo ($p=0,645$). O teste t “*Student*” mostrou diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos de crianças que trabalhavam fora de casa e aquelas que não trabalhavam em relação à renda ($p = 0,003$).

É válido salientar que, muitas vezes, a criança não sabe dizer o valor exato sobre o salário de seus pais, principalmente pelo fato de que desconhecem seu valor ou por não se atentarem a isso.

Para as horas em que a criança “ajuda” os pais em casa, constatou-se que para os grupos que trabalhavam fora de casa, a média foi de 3,4 horas/dia, ao passo que para os que não trabalhavam fora, a média foi 3,6 horas/dia, mostrando uma pequena diferença entre os dois grupos. Ainda, metade das crianças que trabalhava fora desenvolvia atividades de até 3 horas/dia em casa; em relação às que não trabalhavam fora de casa, metade realizava estas atividades até 4 horas/dia. Ao comparar os dois grupos, constatou-se que são parecidos em relação ao mínimo (0,5 hora/dia) e o máximo (12 horas para os que trabalhavam fora e 11 para os que não trabalhavam) de horas trabalhadas/dia em casa.

Para a idade em que os sujeitos começaram a “ajudar” os pais em casa, no grupo dos que trabalhavam fora a média foi de 8,7 anos e no grupo dos que não trabalhavam fora foi de 9,2 anos evidenciando que tiveram mais tempo para dedicação às brincadeiras infantis.

O teste de *Kolmogorov-Smirnov* mostrou normalidade da distribuição desta variável para o grupo que trabalhava fora ($p=0,353$); portanto para comparação do número médio da variável *desde quantos anos ajuda os pais em casa* entre os grupos trabalhava fora e não trabalhava fora de casa, o teste t “*Student*” foi aplicado. Assim, foi possível constatar que não houve diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos de estudantes que trabalhavam fora de casa e os que não trabalhavam, em relação a esta variável ($p = 0,424$).

Em relação ao início do trabalho fora de casa, foi possível constatar que a média de idade foi de 11,9 anos, sendo que a idade mínima foi de seis anos e a máxima de 15.

Para o salário recebido pelo seu trabalho, os sujeitos que trabalhavam fora de casa recebiam em média R\$ 98,6 (0,28 salários mínimos) e para aqueles

que somente ajudavam em casa, a média foi de R\$ 18,4 (0,05 salários mínimos). As diferenças continuam quando se constata os valores mínimos (R\$ 5,00 – 0,014 salário mínimo) e máximo (R\$ 500, 00 - 1,42 salários mínimos) para os que trabalhavam fora em relação aos que somente ajudavam em casa, sendo o valor mínimo de R\$ 2,00 (0,005 salários mínimos) e o máximo de R\$ 80,00 (0,22 salários mínimos).

⇒ *As ausências em disciplinas, o trabalho e o aproveitamento escolar:* de 129 sujeitos que responderam a este item, quatro (3,1%) relataram ter parado de estudar devido ao trabalho; o tempo deste afastamento variou de quatro a 30 meses. Dos 132 sujeitos que responderam ao item sobre repetência, 18,2% informaram já ter repetido o ano escolar, destes, 60% repetiram o ano uma vez, 32% duas vezes, 8% três e 4% quatro vezes. Dos 36 estudantes que trabalhavam fora de casa, 38,9% informaram já terem repetido o ano.

Em relação às faltas em aulas devido ao trabalho, apenas 4,6% dos estudantes informaram ocorrer durante o período letivo. Quanto ao número de dias faltosos, dos seis sujeitos que responderam ao item, constatou-se uma variação de um a 30 dias de aula perdidos, sendo que a maioria (33,3%) ausentou-se por dois dias.

A Tabela 5 mostra a comparação entre as ausências em sala de aula, em cada disciplina, das crianças que trabalhavam e aquelas que não trabalhavam fora de casa.

Tabela 5 - Comparação de ausências (faltas) nas disciplinas entre os grupos de crianças que trabalhavam fora de casa e o grupo de crianças que não trabalhava fora de casa. Ribeirão Preto, 2008.

Variáveis	Trabalhava fora			Não trabalhava fora			t	p
	n*	Média	Desvio Padrão	n*	Média	Desvio Padrão		
Ausências em artes	36	5,5	4,7	94	3,9	4,2	1,89	0,060
Ausências em ciências	36	10,7	6,6	94	8,7	5,6	1,7	0,090
Ausências em educação física**	35	6,1	5,1	94	4,8	5,2	1,27	0,207
Ausências em geografia	36	7,4	5,8	94	7,3	6,7	0,05	0,960
Ausências em história	36	10,8	6,6	94	9,4	7,4	0,98	0,331
Ausências em inglês	36	5,3	4,8	94	4,6	4,3	0,86	0,392
Ausências em português	36	16,9	12,2	94	13,3	9,4	1,61	0,113
Ausências em matemática**	35	13,8	9,5	94	13,0	10,3	0,43	0,668

* O somatório será de 130 ou 129 sujeitos, pois em três fichas de avaliação não constava dados referentes às disciplinas;

** Em alguns campos da ficha de avaliação não havia o número de faltas ou a porcentagem de frequência nestas disciplinas.

Ao realizar o teste t “*Student*”, constatou-se que não houve diferença estatisticamente significativa entre as médias de ausência nas disciplinas em relação aos estudantes que trabalhavam fora de casa e aqueles que não trabalhavam fora de casa; porém as disciplinas em que eles apresentaram uma maior porcentagem de faltas (nos dois grupos) foram português (16,9% para os que trabalhavam fora de casa e 13,3% para os que não trabalhavam fora de casa) e matemática (13,8% para os que trabalhavam fora de casa e 13% para os que não realizavam tal trabalho).

⇒ *Comparação do aproveitamento escolar*: das crianças e adolescentes que trabalhavam fora com aquelas que não trabalhavam fora de casa.

A seguir, a Tabela esboça o aproveitamento escolar anual das crianças e adolescentes.

Tabela 6 - Distribuição de crianças e adolescentes que trabalhavam ou não fora de casa e o seu aproveitamento escolar. Ribeirão Preto, 2008.

Aproveitamento escolar final	Trabalhava fora de casa		Não trabalhava fora de casa		Total
	Sim	%	Não	%	
Aprovado	33	91,7	91	96,8	124
Progressão	3	8,3	3	3,2	06
Total	36	100,0	94	100,0	130*

* Três estudantes não responderam a este item.

Foi possível observar que apesar de trabalharem fora, estes sujeitos obtiveram um alto índice de aprovação à série seguinte (91,7%), porcentagem semelhante aos que se dedicavam exclusivamente aos estudos (96,8%).

As crianças/adolescentes do presente estudo ainda responderam a uma questão aberta sobre qual a profissão que gostariam de ter futuramente. As que trabalhavam e estudavam responderam que pretendiam ser professores, enfermeiros, médicos, advogados, dentre outros.

Quanto ao aproveitamento final dos sujeitos de acordo com a aprovação à série seguinte, foi constatado que não há associação com o fato deles trabalharem fora.

Assim, para uma melhor caracterização das crianças que trabalhavam fora de casa, também foram realizadas associações com as variáveis qualitativas (sexo, cor da pele, tipo de moradia, situação conjugal dos pais, emprego dos pais, tipo de atividade desenvolvida, presença de irmãos, acidentes ocorridos dentro e fora de casa no momento do trabalho, desempenho escolar e situação final do aluno de acordo com aprovações ou reprovações), para isso foi utilizado o Teste Qui-Quadrado de *Person*. Tais associações serão apresentadas a seguir.

Em relação ao sexo foi possível constatar a sua associação com o trabalho, sendo que há uma tendência para que a porcentagem de meninos (66,7%) trabalhadores seja maior que a de meninas (33,3%), $p=0,000$.

Quanto à cor da pele, evidenciou-se $p > 0,05$ ($p=0,803$), não sendo, portanto, um fator importante o estudante trabalhar fora de casa e a sua cor.

Fato semelhante à cor ocorre com o tipo de moradia em que o ele residia (casa própria, alugada) que não está associada ao trabalho desenvolvido fora de casa ($p=0,857$).

Dos 102 sujeitos que responderam sobre a situação conjugal dos pais, nas famílias em que os genitores eram casados/amasiados, evidenciou-se que a criança/adolescente trabalhava fora de casa (90,6%), ao passo que, naquelas em que ela não trabalhava fora prevalecia outro tipo de situação conjugal (81,1%), mostrando que não há uma relação significativa entre os pais serem casados/amasiados e a criança trabalhar fora ($p=0,212$).

Quanto ao fato dos pais estarem empregados e se a criança/adolescente trabalhava fora de casa, percebe-se que há uma associação ($p=0,004$) entre os pais não trabalharem e a presença do estudante no mercado de trabalho.

Quanto às crianças/adolescentes que possuíam irmãos, constatou-se que este fator não interfere na sua presença no trabalho realizado fora de casa, ou seja, não há diferença significativa entre essas variáveis sendo, portanto, o $p=0,346$ (Teste de Fisher).

Algo interessante a ser observado junto às crianças que não ajudavam os pais em casa é o fato das mesmas terem a necessidade de trabalhar fora de casa, ou seja, há uma associação entre estas duas variáveis, sendo o $p=0,049$ (Teste de Fisher).

Quanto ao tipo de atividade [lavar a louça ($p=0,920$), passar roupa ($p=0,716$), fazer comida ($p=0,211$), cuidar dos irmãos mais novos (0,159), cuidar de

um membro da família ($p=0,752$), limpar a parte interna ($p=0,894$) e a parte externa da casa ($p=0,697$), ou outra atividade não especificada ($p=0,621$)] que a criança/adolescente realizava quando está “ajudando” os pais em casa, constatou-se que não há associação entre qualquer dessas atividades e o fato da criança/adolescente trabalhar fora.

Ao contrário, o fato dela ter se acidentado em casa no momento em que “ajudava” os pais, está associado com o desenvolvimento do trabalho fora de casa ($p=0,001$).

A relação existente entre Acidente de Trabalho e o fato do estudante trabalhar fora, evidenciou que não há associação entre os mesmos ($p=1,000$), ou seja, 90,9% dos que trabalhavam fora não haviam se acidentado no trabalho.

As respostas de duas questões semelhantes “trabalha atualmente” e se “trabalha fora de casa”, dispostas em partes distintas do questionário, mostraram que houve uma forte associação entre elas ($p=0,000$).

Questionada a criança/adolescente no item - gostar de estudar, evidenciou-se que 92,3% de um total de 120 crianças, responderam que gostam, ao passo que, aquelas que trabalham fora (36) esta porcentagem foi de 83,3%, sendo significativo, com $p=0,027$ (Teste de Fisher).

De 21 crianças (91,3%) que responderam não gostar de estudar, ao comparar com as que trabalham fora (13) essa porcentagem foi de 100%, ou seja, a associação com o trabalho fora, não foi significativo, sendo $p=0,178$ (Teste de Fisher).

A seguir, a Tabela 7 apresenta os resumos de valores de p (quando significativos).

Tabela 7 - Fatores de risco para o trabalho infantil e respectivos valores de (p) do Teste Qui - Quadrado de *Person*/Teste de *Fisher*.

Variável	Valor de p
Sexo	0,000
Emprego dos pais	0,004
Ajuda os pais em casa *	0,049
Acidente em casa	0,001
Trabalha atualmente	0,000
Gosta de estudar *	0,027
Não gosta de freqüentar a aula	0,016
Outro motivo por não gostar de freqüentar a aula *	0,082
Repetência	0,000

* Valor de p dado pelo Teste de Fisher

Valores abaixo de $p=0,050$ são representativos, ou seja, há uma relação entre a criança/adolescente trabalhar fora de casa e as variáveis sexo destes sujeitos, emprego dos pais, ajudar o pais e acidentar-se em casa, repetência escolar, dentre outros.

DISCUSSÃO DOS DADOS

5 DISCUSSÃO DOS DADOS

Sabe-se que o trabalho infantil no Brasil, ao longo da sua história, nunca foi entendido como um fenômeno negativo para a sociedade brasileira. Até a década de 80, o consenso em torno desse tema estava consolidado no sentido de entender o trabalho como sendo um fator positivo no caso de crianças que, dada sua situação econômica e social, viviam situações de pobreza, de exclusão e de risco social. Para Ferro (2007, p. 16)

Um conjunto de idéias simples, mas de grande efeito, manteve-se como inquestionáveis e durante séculos. Frases como: “*é natural o pai ensinar o trabalho para o filho*”, ou “*é melhor a criança trabalhar do que ficar na rua exposta ao crime e aos maus costumes*”, e ainda, “*trabalhar educa o caráter da criança*”, ou “*é bom a criança ajudar na economia da família*”, traduziam a noção fortemente arraigada de que “*trabalho é solução para a criança (...)*”

O mesmo autor ainda complementa que “os empregadores entendiam que estavam fazendo um favor à criança dando a ela uma oportunidade de “aprender um ofício” ou “ganhar uns trocados” ou “aproveitar o tempo em algo útil” (FERRO 2007, p. 16).

Em relação *características socioeconômicas e demográficas das crianças, adolescentes e suas famílias* constatou-se que no que se refere à idade dos investigados, constatou-se que as maiores freqüências são de crianças de 14 anos (34 casos - 25,6%), seguidas pelas de 13 e 11 anos, cada um (31 casos - 23,3%), que representaram 48,8% do total dos sujeitos; a seguir, a idade que mais se destacou foi 12 anos (24 estudantes - 18%), seguida por 15 (6,8%), 16 (2,3%) e 10 anos, representando 0,7% dos casos.

Em pesquisa realizada em Pelotas, Rio Grande do Sul foram entrevistados 4.924 indivíduos entre seis e 17 anos de idade; de 476 crianças trabalhadoras, 70% tinham entre 14 e 17 anos de idade, 25% entre 10 e 13 anos, 5,3% entre seis e nove anos de idade e 88% encontravam-se no mercado informal. Tal fato mostra que um grande número de crianças/adolescentes começa suas atividades laborativas antes da idade recomendada pela Legislação Nacional (FACHINNI et al., 2003)

Se as crianças e adolescentes precisaram ocupar o mercado de trabalho precocemente, este fato possivelmente retrata a situação da necessidade financeira

de suas famílias. Tal situação é evidenciada por estudo realizado por Asmus (2005) na cidade do Rio de Janeiro, em um ambulatório do Programa de Saúde do Trabalhador Adolescente, demonstrando que entre os anos de 1997 e 2002 foram atendidos 275 adolescentes, com idade média de 16 anos, sendo 93,5% entre 14 e 17 anos e 6,5% de 18 a 19 anos, com a idade média de início na atividade laborativa de 14 anos.

Ainda para Asmus (2004) na região do Alto do Vale do Rio Jequitinhonha, Município de Diamantina, Estado de Minas Gerais, constatou que de 83 adolescentes do sexo masculino, entre 10 e 20 anos completos, a média de idade foi de 14 anos, sendo que 56 (67,5%) desses trabalhadores exerciam suas atividades em mineração de diamantes, em que se exigia esforço físico (carregamento de peso e postura inadequada), com gasto calórico intenso e risco de acidentes.

Ao realizar uma comparação das crianças/adolescentes que ajudavam os pais em casa, com as que trabalhavam fora de casa, constatou-se o que se segue. Em relação às 114 que ajudavam os pais em casa, a idade de início das atividades domiciliares variou de três aos treze anos de idade, porém a maior porcentagem foi aos 10 anos (29,8%). Ao comparar com os 36 sujeitos que informaram trabalhar fora de casa a idade mínima informada, variou de seis e 15 anos de idade, porém, o maior número de sujeitos (20,6%) iniciou as atividades aos 11 e 13 anos de idade (20,6%). Muitos alunos que trabalhavam fora de casa informaram que ao chegarem em casa ajudavam os pais nas tarefas domiciliares. Houve uma pequena variação em relação às idades de início no trabalho nos dois grupos, porém, concordando com a literatura, a maioria iniciou no mercado de trabalho a partir dos 10 anos de idade.

Também em estudo feito por Alves (2002) na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, com a finalidade de investigar o cotidiano de crianças em situação de rua, evidenciou-se que de 20 crianças entrevistadas, 12 eram meninos e oito meninas com idade variando entre seis e 12 anos; a idade média encontrada foi de 10 anos.

As condições de pobreza e exclusão social, consideradas como fontes geradoras ou até mesmo facilitadoras da inserção precoce de crianças no trabalho, seriam apenas contingentes ao curso do desenvolvimento capitalista em que, contraditoriamente, misturam-se robótica, mundialização dos mercados, alta competitividade empresarial e miséria social crescente. A ocorrência dessa

combinação pode ser detectada em várias cadeias produtivas que, em algum de seus pontos, usufruem a super exploração do trabalho informal, terceirizado, incluindo a mão-de-obra infantil (FERREIRA, 2001).

Dos 133 sujeitos investigados neste estudo, 63,2% eram do sexo feminino e dentre os 36 que informaram trabalhar, 33,3% eram meninas, ao passo que a porcentagem de meninos no trabalho foi praticamente o dobro (66,7).

Em diversos países as estatísticas sobre o trabalho realizado por crianças e adolescentes devem ser analisadas com cuidado, pois os valores podem estar sub ou superestimados. Levantamentos de dados realizados, geralmente, contabilizam o trabalho efetuado por crianças na semana anterior à pesquisa. Entretanto, Levison et al. (2002) apontam que se for considerado o trabalho no ano, o número de jovens trabalhadores é bem maior. Isto ocorre, segundo os autores, pelo fato de uma parte do trabalho de menores ser sazonal e intermitente.

Para a Organização Internacional do Trabalho (2003) há um número maior de crianças e adolescentes do sexo masculino que do feminino trabalhando, sendo a proporção de três meninos para duas meninas, em média. Sabe-se, no entanto, que o número de meninas trabalhadoras, com frequência, é subestimado pelos dados estatísticos, que geralmente não consideram como trabalho a atividade econômica não remunerada desenvolvida por meninas dentro e fora do agregado familiar (SILVEIRA; ROBAZZI, 2006).

Tal problemática também foi explicada em estudo sobre o crescimento do trabalho feminino realizado no domicílio que facilita a incorporação do trabalho de crianças, que entram nessa atividade em caráter de ajuda (NAVARRO; ALESSI; LIMA, 2001).

Estudo realizado na Índia, mostra que existe ainda o problema de não se considerar o trabalho dentro do domicílio, largamente realizado por meninas, o que pode ser a explicação para o fato de haver uma maior porcentagem de meninos trabalhando (BURRA, 1997).

Corroborando com esses dados, em Portugal, no ano de 2007, constatou-se que quanto à distinção por gênero, o papel produtivo é assumido predominantemente pelos rapazes; de 48.000 crianças investigadas, 17.364 (73,3%) eram meninos, sendo que as meninas são remetidas mais para a esfera privada da

casa, nas tarefas de cuidar da casa, dos irmãos e os rapazes mais na ajuda nas tarefas agrícolas (PORTAL DA CRIANÇA, 2007).

O mesmo é mostrado em estudo realizado por Asmus et al (2005), na cidade do Rio de Janeiro no ambulatório do Programa de Saúde do Trabalhador Adolescente nos anos de 1997 e 2002; de 275 adolescentes atendidos, 50,5% eram do sexo feminino.

Em Pelotas, Rio Grande do Sul, investigação realizada mostrou que de 4.924 indivíduos entrevistados entre seis e 17 anos de idade, 21,7% já haviam trabalhado algumas vezes, 3,4% estavam procurando trabalho e 9,7% (476) estavam trabalhando no momento da entrevista. Dos que trabalhavam, a prevalência de meninos (77%) remunerados pelo trabalho realizado, dos 14 aos 17 anos de idade, foi significativamente maior que a de meninas (65%) ($p < 0,05$). Entre as meninas, de seis a nove anos de idade, 0,5% trabalhavam; de 10 a 14 anos (4%) estavam trabalhando e de 14 a 17 anos (13%) trabalhavam. O estudo mostrou que a proporção de meninas trabalhando sem remuneração monetária era quase duas vezes maior do que a de meninos dos 14 aos 17 anos de idade no setor formal (FACHINNI et al, 2003).

Em contraposição, Ferro (2007) em relação a participação no mercado de trabalho de crianças elegíveis ao Programa Bolsa Escola com idade entre 11 e 15 anos, mostrou que as meninas trabalham menos que os meninos.

De acordo com Ferro; Kassouf (2005) que analisaram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio nos últimos oito anos, o número de trabalhadores de 14 e 15 anos do sexo masculino, em todo o Brasil, passou de 1.354 milhões (42% dos meninos nessa faixa etária) em 1995 para 814 mil (25%) em 2003 e entre as meninas foi de 709 mil (23%) em 1995, para 385 mil (13%) em 2003.

A partir desses dados, é possível questionar se realmente diminuíram o número de crianças trabalhadoras tanto do sexo feminino quanto masculino em todo o Brasil ou se aumentou a sub-notificação desse tipo de atividade em todo o país.

Assim, dentre as crianças economicamente ativas, 65,1% são meninos, 33,5% trabalham 40 horas ou mais por semana, 48% não têm remuneração, mais da metade utiliza produtos químicos, máquinas, ferramentas ou instrumentos no trabalho e 80% combinam o trabalho com a frequência à escola (CARTILHA..., 2006).

Para a inserção precoce no mercado de trabalho são fatores desfavoráveis o baixo nível de escolaridade, a ausência de políticas de capacitação para o trabalho e uma fluidez completa que lhes imprime a condição de trabalhador generalista, pronto para qualquer tarefa. Esta característica justifica sua utilização como "pau para toda obra", condição em que o desvio de função é uma constante, levando-se em conta as razões alegadas para sua contratação em contraposição com as funções que exerce (FERREIRA, 2001).

Na China, dados atuais mostram que em virtude dos jogos olímpicos, uma empresa chinesa, contratou crianças de uma escola primária da região de *Guangdong*, não muito longe da antiga cidade de Macau, para a fabricação de produtos para os Jogos de Pequim. Tal empresa pagou aos alunos para empacotar e concluir as encomendas, em troca de um pagamento de 1,95 euros diários (PROPHETARUM, 2007).

Segundo a OIT, no mundo há aproximadamente 165 milhões de crianças com entre cinco e 14 anos de idade que trabalham, dos quais 74 milhões estão expostas às atividades perigosas, embora em muitos países, até mesmo da América Latina, os governos tentem conter a situação. O Brasil é o mais afetado pelo problema, sendo que 11,5% das crianças trabalham atualmente. Na Argentina, 2,8% dos menores com entre cinco e 13 anos que trabalham não freqüentam a escola, número que se eleva para 10% no campo. Mais grave é a situação no Paraguai, onde cerca de um milhão de crianças e adolescentes, mais da metade das existentes no país, trabalham, segundo a OIT. Sabe-se que o trabalho infantil contribui muito para a deserção escolar e faz com que uma de cada sete crianças com entre cinco e 17 anos pare de ir à escola.

Certificando tais pesquisas a OIT (2008, s.d) informa que no Brasil:

Crianças que trabalham como domésticas em casa de terceiros, afastadas de suas famílias e sem oportunidade de estudar ou brincar compõem um exército invisível de mão-de-obra, que está sujeita a toda sorte de exploração.

Quanto à cor da pele, o presente estudo mostrou que a maioria dos sujeitos é de cor parda (45,9%), realidade esta encontrada na grande maioria dos jovens que necessitam trabalhar no Brasil, que não são brancos. O valor de $p=0,803$, entretanto, não foi estatisticamente significativo para a inserção da criança/adolescente no mercado de trabalho.

Corroborando com estes dados, pesquisa realizada por Ferro (2007) mostra que a probabilidade da criança de cor branca trabalhar é menor se comparada com a cor negra ou parda, porém, assim como na presente pesquisa, o efeito das raças não se mostrou estatisticamente significativo para a inserção precoce da criança branca ou negra/parda no mercado de trabalho, mostrando que este estudo está em concordância com os relatos da literatura, sobre a cor da criança/adolescente trabalhador.

Para a OIT (2008, s. d.) gênero e cor são importantes para determinar as diferentes possibilidades dos indivíduos terem acesso ao emprego e boas condições de trabalho: remunerações, benefícios e possibilidades de proteção social. Desse modo, tais fatores condicionam a forma pela qual os indivíduos e as famílias vivenciam a situação de pobreza e conseguem ou não superá-la.

Pesquisa realizada por Pontili (2007) cujo objetivo foi de modelar uma equação para a frequência e o atraso escolar nos Estados de São Paulo e Pernambuco constatou, em relação à cor ou raça, que tanto os negros quanto os pardos, apresentam maiores chances de permanecer atrasados na escola que os brancos; já os amarelos atrasam-se menos que os brancos da área urbana de São Paulo, ocorrendo o contrário na área rural de Pernambuco, quando comparados.

Corroborando com tais achados, Albernaz, Ferreira; Franco (2002), em pesquisa realizada utilizando dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 1999, mostram que as diferenças raciais do Brasil foram encontradas. Ao observar o desempenho dos alunos no exame SAEB, perceberam que pardos ou mulatos apresentavam um desempenho inferior ao dos alunos brancos em 2,5 pontos. Essa diferença aumentava quando se tratava de pretos. Para os autores, a constatação das desigualdades de oportunidades é um resultado preocupante e que deve ser levado em conta pelas autoridades governamentais.

Ainda para a OIT (2008a):

Uma condição para que o crescimento econômico dos países se traduza em menos pobreza e maior bem-estar e justiça social é melhorar a situação relativa das mulheres, negros e outros grupos discriminados da sociedade e aumentar sua possibilidade e acesso aos empregos capazes de garantir uma vida digna para si próprios e suas famílias.

Em relação à família das crianças e adolescentes, no presente estudo constatou-se que, para a maioria, a família era constituída de pais casados ou com

companheiros; a maior porcentagem tinha dois irmãos (27,6%), seguido por três (26%), que, se somadas já representam 53,6% do total dos sujeitos; quatro irmãos (15,7%), dentre outros. As menores freqüências foram de crianças com oito e 10 irmãos (0,8%) cada uma. Esse fato mostra, concordando com a literatura nacional, que o tamanho das famílias vem diminuindo com o passar dos anos, talvez devido à maior intensificação de orientações por profissionais de saúde sobre a utilização de métodos contraceptivos, aos programas do governo federal, à necessidade de entrada de vários membros da família no mercado de trabalho, incluindo-se as mulheres e a própria conscientização das famílias mais pobres sobre a maior possibilidade de que com um número menor de filhos, eles podem ter perspectivas de um futuro melhor.

Na década de 90, no Brasil, houve um decréscimo continuado e persistente na taxa de fecundidade, a mesma passou de 2,6 filhos por mulher, em 1992, para 2,3 filhos, em 2001; o tamanho médio das famílias, que alcançava 4,5 pessoas em 1980 e 3,8 em 1992, reduziu-se em 2001 para 3,3 membros, segundo a PNAD. Já, em 1998, o número médio de filhos por família era de dois no Norte; 1,9 no Nordeste; 1,5 no Sudeste; 1,4 no Sul; 1,5 no Centro-oeste e 1,6 em todo o Brasil, conforme dados do IBGE/PNAD elaborados pelo Dieese (CARVALHO, 2003).

A tendência de envelhecimento populacional no Brasil persistiu em 2006, de acordo com a PNAD/IBGE. A taxa de fecundidade, em 2006, foi estimada em dois nascimentos por mulher (em 2005, havia sido de 2,1 nascimentos por mulher), decrescendo ao chamado nível de reposição da população, isso significa que, se a taxa diminuir, a população brasileira começará a encolher, ou seja, as pessoas com mais de 25 anos, que em 2005 representavam 54,5% da população nacional (100,545 milhões) passaram a ser 55,5% (103,871 milhões) em 2006 (CINFORM, 2007).

Pesquisa do Ministério da Saúde mostra que a taxa de fecundidade do país chegou a 1,8 em média, em relação a 6,3 nos anos 60. As razões para esta diminuição são várias e uma das principais é a adesão das mulheres às rotinas competitivas de trabalho e campanhas de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e métodos para evitar a gravidez indesejada. Na década de 90, o Ministério da Saúde distribuía anualmente cinco milhões de cartelas de pílulas anticoncepcionais e 100 milhões de preservativos. Hoje, são repassados à

população 50 milhões de cartelas de pílula e um bilhão de preservativos todo ano (TAXA DE FECUNDIDADE..., 2008)

Devido à divisão sexual do trabalho e às relações de gênero e de hierarquia vigentes tanto na família quanto no mercado de trabalho, que se expressam em valores e em papéis atribuídos ao homem, à mulher e aos filhos na família e na produção, define-se tanto a disponibilidade dos diferentes membros da família para o ingresso no mercado, quanto as possibilidades de sua absorção. Famílias com filhos mais novos ou chefiadas por mulheres apresentam alta probabilidade de serem pobres ou muito pobres. Contudo, na medida em que os filhos crescem e começam a entrar no mercado de trabalho, essa probabilidade diminui, para crescer novamente em algum momento, na família de chefes idosos, seja quando ainda há filhos maduros em casa, seja quando o casal ou o cônjuge viúvo encontra-se só (Lopes; Gottschalk, 1990 apud MONTALI, 2000).

A presença de mulheres no mercado de trabalho começou a crescer, assim como a difusão e a utilização de práticas anticoncepcionais e a fragilização dos laços matrimoniais, bem como o aumento das separações, dos divórcios e de novos acordos sexuais (CARVALHO, 2003)

Sobre tal afirmativa, Carvalho (2003) explica que tais fenômenos associam-se a uma importante redução da fecundidade e do tamanho médio das famílias e a sua maior diferenciação, com a persistência de arranjos mais tradicionais, ao lado de outros genuinamente emergentes.

Estudo foi desenvolvido em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, com 17 crianças e adolescentes em situação de rua, com idades entre 11 e 16 anos, sendo 71% meninos. Foi evidenciado que a existência de crianças na rua não implica a inexistência da família, ou seja, todos os participantes possuíam vínculos com suas famílias, mesmo que frágeis, sendo que 35% afirmaram morar apenas com a mãe. Assim, os resultados da pesquisa indicam que a mãe continua sendo o elemento principal dentro do lar, mas não o único. Foram citadas, ainda, outras mulheres cuidadoras, como as avós e tias. Como já sabido, para ajudar no sustento da família, muitos jovens iniciam o trabalho nas ruas, a partir daí, a violência, a pobreza, a adversidade, os problemas sociais, afetivos e econômicos parecem ter um importante papel na dinâmica e na configuração das famílias dos jovens em situação de rua (PALUDO, 2008).

Em relação à renda dos pais, 63,2% dos 133 estudantes do presente estudo responderam ao item. Esta renda familiar variou entre R\$ 60,00 (0,17 salário mínimo) a R\$ 2.800,00 (oito salários mínimos), sendo que a média foi de R\$ 507,70 (no período da coleta de dados, em 2006, o salário mínimo era de R\$ 350,00). As duas maiores freqüências relacionadas à renda ocorreram em seis questionários com R\$ 350,00 (um salário mínimo) e outros seis com valor de R\$ 600,00 (1,71 salário mínimo), representando 14,2% de toda a amostra.

A literatura tanto nacional quanto internacional tem destacado dois aspectos básicos que podem afetar a oferta de trabalho infantil: tamanho da família e renda.

Para Silveira; Robazzi (2006), a problemática do trabalho e sua inserção na vida das crianças encontra-se presente, particularmente em famílias menos favorecidas economicamente. A participação das crianças e adolescentes na força de trabalho é uma situação social que vem se mantendo como um problema ainda não resolvido tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento. Crianças começam desde cedo a auxiliar seus pais tanto dentro como fora de casa para compor a renda familiar e acabam não se dedicando aos estudos, podendo se tornar mão-de-obra desqualificada e barata.

Percebe-se que a inclusão de crianças no mercado de trabalho é uma realidade nacional. Sob o ponto de vista da família, os filhos são encaminhados a trabalhar não só para aumentar a renda familiar, mas, para minimizar o risco de interrupção desta renda e, portanto, diminuir o impacto potencial da perda de emprego, sendo este fato mais severo nas famílias pobres que não possuem ativos líquidos ou acesso a créditos.

Para Campos; Francischini (2003, p. 121):

(...) a exploração do trabalho produtivo de crianças e adolescentes, observada em contextos de precarização das famílias, possibilita o aumento da renda familiar, por um lado e o crescimento do lucro do empresário, por outro.

Para tais autores, o trabalho precoce “prejudica a saúde, o processo de escolarização e o de formação da identidade”; a família ressalta que vê qualquer trabalho como mal menor diante da ociosidade nas ruas, da dependência química e da criminalidade. Porém, apesar disso, esta família não é capaz de superar a

situação de miséria e, na verdade, reforça e reproduz as condições de sua perpetuação.

Fica evidente para a família da criança/adolescente que o trabalho desenvolvido por ela não consegue suprir as necessidades para compor a renda familiar, mesmo assim, prefere que faça este tipo de ajuda a ficar pelas ruas.

O tempo de trabalho da criança pode ser realocado para lazer, escola, atividades domiciliares ou trabalho. A alocação deste tempo pela família é feita com base na capacidade de produção da criança e dos pais no domicílio, no mercado de trabalho e no grau de substituição da força de trabalho entre as crianças e os seus pais. Enquanto as atividades domiciliares realizadas pelas crianças podem permitir que mães ou irmãos mais velhos entrem no mercado de trabalho, as atividades de mercado realizadas pelas crianças permitem a elas contribuírem para o aumento da renda familiar (KASSOUF, 2007).

Um conjunto de características da criança influencia positivamente a sua probabilidade de trabalhar: idade da criança, sexo masculino e o tamanho da família. De tais resultados pode-se assumir que, de acordo com o senso comum, em famílias com elevado número de crianças há grandes possibilidades dos filhos mais velhos estarem trabalhando para auxiliar na renda familiar (CACCIAMALI, 2008).

Em concordância, estudos realizados por Ranjan (1999 e 2001) confirmam que o trabalho infantil surge graças à pobreza e às imperfeições no mercado de crédito, ou seja, se a família pobre tivesse acesso ao crédito, ela poderia estar predisposta a colocar o filho na escola em substituição ao trabalho

Para a OIT (2008a), a pobreza está diretamente relacionada aos níveis e padrões de emprego, assim como às desigualdades e à discriminação existentes na sociedade. Além disso, as diferentes formas de discriminação estão fortemente associadas aos fenômenos de exclusão social que dão origem à pobreza e são responsáveis pelos diversos tipos de vulnerabilidade e pela criação de barreiras adicionais para que as pessoas e grupos discriminados superem a situação de pobreza.

Em contraposição, investigação realizada por Da Vanzo (1972), no Chile, constatou que quanto menor o número de crianças na família, maior é a chance dos pais matricularem seus filhos nas escolas, ao passo que, quanto menor a renda *per capita*, devido a família ser numerosa ou pelo fato do chefe ter um baixo rendimento,

maior é a probabilidade dos pais colocarem seus filhos no mercado de trabalho, como forma de aumentar a renda.

No presente estudo foram constatadas diferenças de valores recebidos pelas crianças pelo seu trabalho fora de casa (0,28 salários mínimos) e para aquelas que somente ajudavam em casa (0,05 salários mínimos). Em ambos os casos, as crianças receberam uma quantia em dinheiro bem menor que a recebida por um adulto nas mesmas condições; isso é mostrado com valores irrisórios de R\$ 5,00 e R\$ 2,00. Talvez esse fato ocorra pelo fato da criança não saber, ainda, valorizar seu trabalho e aceitar receber gratificações, apesar de que não deveria trabalhar e, conseqüentemente, não receber por isso.

Estudo realizado pela PNAD (1997) nas regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) identificou que a média de anos de estudo das pessoas de 10 a 18 anos de idade por grupos de idade e renda mensal familiar *per capita* foi de: crianças de 10 a 11 anos recebendo um quarto do salário mínimo (2,3 anos de estudo); de 10 a 11 anos recebendo mais de dois salários mínimos (4,2 anos de estudo); de 12 a 14 anos recebendo um quarto do salário mínimo (3,4 anos de estudo); de 12 a 14 anos recebendo mais de dois salários mínimos (6,4 anos de estudo); de 15 a 17 anos recebendo um quarto do salário mínimo (4,5 anos de estudo) e de 15 a 17 anos recebendo mais de dois salários mínimos (8,6 anos de estudo).

A maioria dos pais dos respondentes (84%) estava empregada, o que significa que o jovem trabalhador não é o único provedor de recursos financeiros da família e 83,9% eram casados. A maioria dos sujeitos (74,2%) informou residir em casa própria, o que já significa, concretamente, a inexistência de pagamentos como aluguéis e/ou outros, facilitando a situação econômica familiar.

Em 2002, o Brasil apresentava pouco mais de 52 milhões de famílias, das quais 23,9 milhões (45,8%) eram chefiadas por pais ocupados, de forma assalariada ou por conta própria. Dentro desse recorte, ao se considerar as famílias que apresentam crianças com idade entre 10 e 16 anos, o total reduz-se para 11,4 milhões, sendo que 52,8% delas eram chefiadas por conta própria. Por sua vez, há 3,9 milhões de crianças ocupadas em alguma forma de trabalho, das quais 48,8% possuem até 14 anos de idade. No tocante às características de trabalho, elas

concentram-se principalmente nas ocupações não remuneradas (45%), sem registro em carteira (28,3%) e no setor não-agrícola – 54% (CACCIAMALI, 2008).

Para Kassouf (2007) vários fatores contribuem para a inserção da criança no mercado de trabalho, como por exemplo, a pobreza, a escolaridade dos pais, o tamanho e a estrutura da família, o sexo do chefe, a idade em que os pais começaram a trabalhar, o local de residência que explica a alocação do tempo da criança para o trabalho.

Na história das camadas populares, raramente as mães puderam se dedicar inteiramente a seus filhos. No início do século XX, 42% das mulheres pobres do Rio Grande do Sul já trabalhavam, sendo seus filhos cuidados por avós ou outras pessoas (FONSECA, 1989).

Esta realidade, no entanto, não se limita mais as famílias exclusivamente pobres; as da classe média também estão apresentando este comportamento.

Nas camadas médias, o trabalho feminino é um projeto individual, elaborado no interior de uma história familiar (VELHO, 1987), apesar de circunscrito pela cultura (ALMEIDA, 2007). É uma atividade voltada para a satisfação pessoal que, além de proporcionar status, leva ao crescimento individual, compõe o processo de constituição da identidade. No entanto, mesmo tendo as mulheres das camadas médias conquistado o direito ao trabalho e à escolarização continuam a lhes ser atribuídos antigos valores e funções, tais como submissão, abnegação, tarefas domésticas, cuidados infantis, entre outros (BIASOLI-ALVES, 2000). Tais valores, chocando-se com suas recentes conquistas, fazem com que elas se sintam responsáveis e culpadas pelas mudanças e acontecimentos indesejáveis no âmbito de suas relações familiares (ALMEIDA, 2007).

Atualmente, mudanças estão ocorrendo nas famílias pobres, a tarefa materna de cuidadora ainda é dividida com membros da rede familiar mais ampla ou com vizinhos da comunidade (SARTI, 1995). Porém, muitas vezes, é o filho mais velho quem toma conta dos irmãos menores (AMAZONAS et al., 2003), realidade esta encontrada no presente estudo.

Outra opção para as mães que não têm disponibilidade para cuidar do seu filho, por falta de renda ou por trabalhar fora de casa é transferir os cuidados com a criança, quanto à saúde e à educação, para os profissionais da creche (AMARAL, 1996).

Pontili (2007) constatou que em famílias pobres, chefiadas por mulher, as chances de aumento no atraso escolar são maiores, do que nas chefiadas por homens. Em geral, é comum que em lares comandados por mulheres ocorra a ausência da figura paterna, o que obriga as mães a sustentarem a casa, tendo menos tempo para sua prole. Também pode ocorrer que essas mães direcionem os filhos (ou filhas) a trabalhar, reduzindo o tempo disponível para as crianças estudarem (tanto em casa, quanto na escola). Tal situação pode levar à defasagem escolar.

No Egito, Wahba (2002) mostra que a probabilidade da criança trabalhar aumenta em 10% quando a mãe trabalhou na infância e em 5% quando o pai trabalhou. Nesse contexto, famílias sob responsabilidade feminina geralmente são marcadas pela precariedade de renda e condições de subsistência aos seus membros (CARVALHO, 2003).

Ainda para Pontili (2007), em zonas rurais de São Paulo e Pernambuco, a renda familiar *per capita* do estudante, bem como a idade e escolaridade do chefe de família, podem contribuir com reduções na probabilidade de atraso escolar.

Na presente pesquisa foi possível constatar que enquanto a renda dos pais aumentava, a presença da criança trabalhando fora de casa diminuía e vice-versa. Evidenciou-se que a maior porcentagem (13,6%) ocorreu entre as crianças que trabalhavam enquanto a renda dos pais era de apenas um salário mínimo, seguido por 9,1% com 0,85 salário mínimo e 9,1% para 1,42 salários mínimos.

Corroborando com estes dados, percebe-se que nos últimos levantamentos oficiais, no Brasil (2008k), de acordo com dados da PNAD de 1997, a proporção de pessoas com rendimento de até meio salário mínimo *per capita*, de zero a seis anos é de 25%, no Sudeste 13,1%; de sete a quatorze anos, no Brasil é de 35,4% e no Sudeste 19,6%; de 15 a 17 anos no Brasil é de 27,3% e na região Sudeste 14%. Ao comparar a região sudeste com as outras regiões brasileiras, percebe-se que em todas as faixas etárias é aquela que possui menor porcentagem de pessoas nessas condições, fato este que evidencia melhor condição sócio-econômica da população em geral.

Confirmando, em pesquisa realizada por Fachinni (2003), dos 4.924 indivíduos entrevistados, 9,7% (476) estavam trabalhando; a prevalência de trabalho infantil não se mostrou associada à renda familiar dos adultos para o conjunto da população estudada. Entretanto, dos 10 aos 13 anos de idade, o trabalho infantil foi

significativamente maior em famílias cuja renda dos adultos era menor. O estudo ainda constatou que quanto menor a renda familiar dos adultos, maior a proporção da contribuição de crianças e adolescentes à renda familiar total. Assim, em famílias cuja renda dos adultos era menor do que três salários mínimos, 47,3 % dos menores trabalhadores aportavam 25% ou mais da renda familiar total. Em contraste, nas famílias com renda dos adultos superior a seis salários mínimos, apenas 1% dos jovens trabalhadores contribuíam com 25% ou mais da renda familiar total ($p < 0,000$).

No presente estudo, de um total de 120 crianças, 92,3% responderam que gostam de estudar, ao passo que, aquelas que trabalhavam fora (36) esta porcentagem foi de 83,3%, sendo significativo, com $p = 0,027$ (Teste de Fisher). Mostra-se, assim, que as crianças que trabalhavam fora de casa, poderiam não gostar de estudar talvez pelo fato de estarem cansadas no momento da aula, seja pela jornada de trabalho elevada ou pela exaustão devido ao trabalho.

Concordando com estes dados, em Lima, no Peru, uma pesquisa com crianças trabalhadoras mostrou que 16% não iam às aulas; as razões para isso ocorreram porque 26% estarem trabalhando; 23% não gostavam da escola; 18% não tinham condições financeiras e 12% não possuíam os documentos necessários para matricular-se na escola (MYERS, 1989).

A PNAD de 2006, divulgada em 2008, revela que, quando se trata de vítimas de trabalho infantil, é a Região Sudeste que apresenta a pior taxa de escolarização; entre os jovens com cinco a 17 anos de idade que trabalhavam, 78,9% freqüentavam a escola, enquanto no universo de meninos e meninas não-ocupados o índice elevava-se para 95,3%. O Norte, segundo pior colocado, apresentava taxa de 79,5% entre crianças e adolescentes ocupados e de 90,3% entre os não-ocupados. Em todos os estados, os números confirmam o que esses meninos e meninas já sentem: o trabalho precoce impacta diretamente sobre o desempenho escolar. No Acre, que lidera o *ranking* dos maiores percentuais de vítimas de trabalho infantil fora da escola, mais de 1/4 das crianças e adolescentes que trabalhavam em 2006, não freqüentavam as salas de aula. Mas no Sudeste, região em que a diferença entre as taxas de escolarização dos ocupados e dos não-ocupados é maior em São Paulo, o percentual dos que não vão à escola é mais de cinco vezes maior entre as vítimas de trabalho infantil. Uma das razões para essa diferença ocorre porque as crianças trabalham mais horas, em média e possuem as

cargas horárias mais exaustivas; 48,5% das ocupados trabalham mais de 40 horas semanais (AGÊNCIA, 2008).

É válido salientar que as diferenças observadas no nível educacional não podem ser atribuídas somente ao fato de as crianças trabalharem ou não, já que muitos outros fatores estão envolvidos, tais como renda familiar, nível educacional dos pais, tamanho da família, dentre outros.

Assim, observa-se que a maioria dos estudiosos concorda que se a criança inicia-se no trabalho, este pode limitar ou até mesmo impedir a aquisição de mais anos na educação, associando a isso uma menor condição sócio-econômica no futuro.

⇒ *Em relação às ausências anuais e o aproveitamento escolar das crianças e adolescentes:* quanto à repetência na escola evidenciou-se no presente estudo que 18,2% dos sujeitos já tinham repetido o ano escolar. Destes, 60% repetiram o ano uma vez, 32% duas vezes, 8% três e 4% quatro vezes. Em relação às faltas em aulas devido ao trabalho, apenas 4,6% dos estudantes informaram faltar durante o período letivo.

Corroborando com tais dados, em pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação (CNTE) entre os anos 1995 e 1999 e publicada pela OIT em 2004, foram entrevistados 1.419 estudantes de seis capitais brasileiras com idade entre sete e quatorze anos, matriculados e freqüentando escolas municipais e estaduais, no ensino fundamental. Tal estudo (OIT, 2004, p. 141-42) encontrou que

[...] mais de 70% dessas crianças não tinham quatorze anos de idade, o pai e a mãe trabalhavam e recebiam remuneração baixa, 70% ganhavam menos de um salário mínimo, havia um vínculo entre repetência e trabalho, 60 a 70% das crianças que trabalhavam já haviam repetido séries na escola e apontavam, como principal motivo para a repetência, a falta de interesse e a dificuldade de aprender e não o trabalho, 20% trabalhavam na rua, onde estão expostos aos vários problemas e perigos. (...) esse trabalho reproduz e aprofunda as desigualdades sociais existentes, pois prejudica o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social na infância, uma vez que a criança que trabalha não dispõe de tempo para brincar nem para estudar de forma adequada

Quanto ao número de dias faltosos, dos seis sujeitos que responderam ao item, constatou-se uma variação de um a 30 dias de aula perdidos devido ao

trabalho, sendo que a maioria (33,3%) ausentou-se por dois dias. Entre os alunos que trabalhavam fora de casa foram aprovados 91,7% e 8,3% progrediram à série seguinte, porcentagem semelhante aos que se dedicavam exclusivamente aos estudos (96,8%).

Ressalta-se que o critério de avaliação adotado na rede pública de ensino de Ribeirão Preto está baseado em conceitos e não em notas, ou seja, o aluno somente será reprovado se ultrapassar 25% de faltas. Se não atingir essa porcentagem, mesmo não conseguindo assimilar conteúdos, o estudante é promovido à série seguinte pelo critério de progressão continuada. Este fato é percebido em 8,3% dos que trabalhavam fora, que possivelmente poderiam ter faltado à aula ou apresentado rendimento inferior ao esperado devido ao trabalho mas, mesmo assim, conseguiram ser aprovados à série seguinte.

No Estado de São Paulo, a progressão continuada foi implantada na rede através da Resolução nº 4/98 de 15/01/98, organizando o ensino fundamental em dois ciclos: Ciclo I – correspondente ao ensino da 1ª à 4ª séries e Ciclo II – correspondente ao ensino da 5ª à 8ª séries. Com essa medida, a possibilidade de reprovação dos alunos no ensino fundamental restringiu-se ao término de cada ciclo e à frequência inferior a 75%, em qualquer ano dos ciclos (BRASIL, 1998).

Considerando o conjunto de escolas brasileiras com ensino fundamental públicas e privadas em 2002, 19,4% organizavam o ensino fundamental em ciclos; 10,9% adotavam unicamente ciclos e 8,5% combinavam ciclos e séries, conforme dados do censo escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Ainda segundo esta fonte, o percentual de alunos matriculados exclusivamente no regime seriado era de 62,2%, enquanto os matriculados em escolas que possuíam unicamente ciclos ou que adotavam regimes mistos constituíam 37,8% da população escolar. Assim, a maioria dos alunos do ensino fundamental freqüentava escolas seriadas, sendo que as matrículas em escolas unicamente organizadas em ciclos estão concentradas na Região Sudeste, em particular nos estados de São Paulo e Minas Gerais, que juntos acolhem 85,3% dos alunos que nelas estudam (SOUSA, 2003).

Em estudo realizado pela PNAD de 1995 a 1999 nas cinco regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), constatou-se que o trabalho infantil reduz o aproveitamento escolar; as médias escolares são mais altas

para o grupo que trabalha, tendo estes um atraso escolar de 0,7 anos a mais com relação ao grupo de crianças que não trabalham. O estudo mostrou que a incidência é maior aos 10 anos para as crianças que freqüentam a escola e trabalham (88,2% em 1995 e 95% em 1999), para as crianças que estudam e não trabalham (94,7% em 1995 para crianças de 10 anos e 97,8% em 1999 para as de 11 anos). Em ambos os casos, percebe-se que houve um aumento tanto no grupo de crianças que somente estudam quanto naquelas que estudam e trabalham.

Outra investigação realizada pela PNAD (1997) mostrou que em todos os intervalos de idade em relação à renda familiar, quanto maior foi a renda familiar, maior foi a permanência da criança na escola.

Dados semelhantes foram encontrados por Ferrão et al. (2002), que também evidenciaram uma correlação negativa entre a defasagem idade-série e o nível socioeconômico do aluno.

Sobre isso, verifica-se que alguns pesquisadores admitem a possibilidade do trabalho permitir que as crianças estudem, para serem capazes de cobrir os custos de sua educação, o que seria impossível para uma família de baixa renda (MYERS, 1989).

No Rio de Janeiro foi realizado um trabalho de campo, de corte transversal, com o objetivo de identificar a situação ocupacional e as condições de entrada precoce no processo produtivo dos alunos de 11 escolas municipais da zona sul. Os dados foram coletados através de questionário auto-aplicável, em que foram levantadas variáveis relativas a identificação de: escola, aluno, coabitação, estrutura ocupacional familiar, morbidade referida, história ocupacional do aluno, rendimento escolar, visão do aluno sobre o trabalho precoce e ocupação futura pretendida. Dos 2.114 alunos, da quinta a oitava série, com idades entre 10 e 19 anos, 23,5% informaram trabalhar; quanto ao tipo de trabalho, constatou-se que o mesmo era desqualificado, destacando a contravenção e a prostituição; observou-se também que houve uma defasagem escolar maior entre os alunos que trabalham do que entre os que só estudavam, além de adoecimentos maiores dos escolares que trabalhavam (PINHEIRO, 1999).

Em contraposição, estudo foi realizado em quatro escolas públicas de Santo Antônio do Pinhal e em 664 de Monteiro Lobato, ambas do Estado de São Paulo. As escolas foram escolhidas por possuírem classes da quinta série ao

terceiro colegial; de 1.492 estudantes de 10 a 19 anos, foram selecionados 862 para o estudo, dos quais 781 participaram efetivamente do mesmo (67 estiveram ausentes, e três se recusaram a participar). A proporção de alunos trabalhadores foi de 70,1% (530). Declararam-se desempregados 6,2% (47) dos indivíduos amostrados. Ficou evidente que o adolescente trabalhador em tempo integral está em melhor situação nutricional do que o desempregado, se comparado aos que trabalham em período parcial, devido ao fato de haver maior possibilidade para o acesso a uma dieta balanceada no trabalho. Assim, o maior risco de baixa estatura refere-se às crianças e aos adolescentes que trabalhavam em período parcial, em relação aos que trabalhavam em tempo integral. Entretanto, estudo anterior mostrou que o trabalho associou-se a cansaço no fim do dia, baixa concentração no estudo, acidentes, sono durante as aulas, dores no corpo, menor número de horas de sono, dentre outros problemas (MARTINI, 2002).

Sabe-se que trabalho limita o tempo disponível da criança para o lazer, a vida em família e a educação; diminui também a oportunidade de estabelecer relações de convivência com seus colegas e outras pessoas da comunidade em geral. Além disso, crianças/adolescentes experimentam um papel conflitante na família, no local de trabalho e na comunidade, pois como trabalhadores são forçados a agir como adultos e, no entanto, não podem escapar de sua natural condição infantil (MILLAR, 1990)

Além da falta de tempo da criança/adolescente dedicar-se às brincadeiras, outra conseqüência do trabalho infanto-juvenil é a de piorar o estado de saúde deste trabalhador, tanto na fase inicial da vida, quanto na fase adulta. Os efeitos maléficos do trabalho infantil sobre a saúde foram constatados em alguns estudos, apesar da literatura que abrange esse tópico ser bastante escassa pela falta de dados (KASSOUF, 2007).

A partir daí, estabelece-se um círculo vicioso, ou seja, quanto mais a criança e o adolescente são absorvidos pelo trabalho, maior é a possibilidade de terem um desempenho escolar insatisfatório e, conseqüentemente, de abandonarem a escola, aliado a uma jornada de trabalho prolongada e grandes distâncias entre o trabalho - casa – escola (ALMEIDA FILHO, 2007). Ao invés de brincar e estudar, as crianças passam a necessitar de um crescimento rápido tanto do ponto de vista físico quanto psicológico, pois acreditam que irão melhorar de vida no futuro, ou

seja, terão altos salários, mas, na verdade o que acontece é exatamente ao contrário.

Corroborando com tais dados Kassouf (2007, p. 344) informa que

A baixa escolaridade e o pior desempenho escolar causados pelo trabalho infantil têm o efeito de limitar as oportunidades de emprego a postos que não exigem qualificação e que dão baixa remuneração, mantendo o jovem dentro de um ciclo repetitivo de pobreza já experimentado pelos pais.

Outro aspecto relevante a ser observado com alunos que trabalham e estudam é mostrado na pesquisa realizada com 2.718 alunos matriculados na rede estadual de educação básica da área urbana de Cuiabá (MT). O objetivo da mesma foi identificar o padrão de uso das substâncias ilegais, do álcool e do tabaco e quais fatores poderiam ser relacionados ou predizer o seu uso. Foi utilizado um questionário de auto-preenchimento aplicado em sala de aula, indagando sobre aspectos sócio-demográficos, sociais e consumo das substâncias psicoativas, de 798 adolescentes trabalhadores e de 1.493 não-trabalhadores. As idades variaram de 10 a 20 anos. O estudo mostrou que, entre os trabalhadores, o álcool já foi usado por 81%, em relação a 64,8% dos não-trabalhadores. Quanto ao uso do tabaco, a porcentagem foi de 43,7% e 26,8%, respectivamente; a maconha foi utilizada por 8,6%, contra 4,4% entre os não-trabalhadores; a cocaína foi usada por 3,2% contra 1,4% e as anfetaminas por 6,9% contra 3,6%. Segundo a pesquisa é provável que dois fatores principais aumentem o uso de drogas entre adolescentes trabalhadores: a inserção precoce no mundo adulto e o acesso à renda própria; foi constatado também que a chance de usar drogas ao longo da vida é 1,5 vezes maior entre os jovens trabalhadores (SOUZA, 2007)

Fischer (2003) realizou estudo em escola estadual de ensino médio no município de São Paulo. De 695 estudantes, 354 pertenciam à faixa etária de 14 a 18 anos previamente escolhida pelo pesquisador, destes, 10,7% fumavam regularmente e destes, 58,2% fumavam há mais de um ano; 194 estudantes responderam ser trabalhadores, 85 informaram estar desempregados e 85 declararam-se não trabalhadores. Entre os trabalhadores e desempregados, 28,5% referiram jornadas diárias acima de 8 horas; 43,7% dos respondentes relataram jornadas semanais acima de 40 horas.

Em outro estudo realizado na cidade de São Paulo, com 695 estudantes a palavra *futuro* foi evocada como um dos elementos positivos, retratando a crença de que o trabalho precoce pode assegurar experiência profissional que permita melhor qualidade de vida e a superação da condição de classe ocupada pelos adolescentes (FISCHER, 2003). Isso mostra que, muitas vezes, há uma concepção errônea por parte das crianças/adolescentes sobre a inserção precoce no mercado de trabalho. Ou seja, nem sempre a experiência profissional adquirida anteriormente vai assegurar bons salários no futuro. Este fato foi constatado no presente estudo quando as crianças que trabalhavam e estudavam foram questionadas sobre a profissão que gostariam de ter no futuro, respondendo que gostariam de ser profissionais de nível superior. Tal fato mostra que mesmo trabalhando tanto com os pais quanto fora de casa para ajudar nas despesas familiares, as crianças acreditam que irão ter um futuro melhor se iniciarem o quanto antes no mercado de trabalho.

Confirmando esta assertiva, sabe-se que a baixa escolaridade e o pior desempenho escolar, causados pelo trabalho realizado por crianças e/ou adolescentes têm o efeito de limitar as oportunidades de emprego a postos que não exigem qualificação e que propiciam baixa remuneração, mantendo o jovem dentro de um ciclo repetitivo de pobreza já experimentado pelos pais (KASSOUF, 2007).

Sabe-se, no entanto, que o primeiro passo para aumentar o nível médio de escolaridade de um país é elevar a frequência escolar e manter a criança na escola, garantindo-lhe o avanço de seus níveis educacionais.

Em relação ao número de horas trabalhadas pela criança/adolescente, a maioria dos estudos considera o trabalho de crianças aquele realizado por uma hora ou mais na semana. Entretanto, em pesquisas mais específicas são utilizadas informações sobre o trabalho doméstico ou a população economicamente ativa de crianças, isto é, as que estão trabalhando e as que se encontram procurando emprego.

Neste estudo, quanto às horas disponibilizadas para “ajudar” os pais em casa, 32,5% dispensaram quatro horas do dia, somando um total de 28 horas trabalhadas/semana, seguidos por 17,1% com uma hora trabalhada/dia, ou seja, 7 horas/semana; 13,7% dispensaram três horas de trabalho/dia, ou seja, 21 horas trabalhadas/semana e, assim por diante. O fato das crianças não ajudarem em casa era porque as mesmas tinham a necessidade de trabalhar fora de casa, ou seja, há uma associação entre estas duas variáveis, sendo $p=0,049$ (Teste de *Fisher*).

Observa-se na literatura que há problemas de subestimação e superestimação que ocorre, ao se considerar como trabalhador aquele que exerce atividades por uma hora ou mais na semana. Com essa definição, são consideradas economicamente ativas muitas crianças que trabalham, ainda que um número reduzido de horas por semana, o que acaba nivelando o trabalho de risco exercido por menores durante longas jornadas, como o corte da cana-de-açúcar ou sisal, com o simples trabalho de ordenha de leite ou coleta de ovos na fazenda por alguns minutos por dia (KASSOUF, 2007).

Diante disso, a OIT diferencia o trabalho de crianças e denomina de "*child laborer*" a criança com menos de 12 anos que exerce qualquer atividade e todas as crianças de 12 a 14 anos que trabalham em atividades que não são de risco, por 14 horas ou mais na semana, ou uma hora ou mais na semana quando a atividade é de risco. Estima que cerca de 165 milhões de crianças entre as idades de cinco e 14 anos estão envolvidas no trabalho infantil, sendo que muitas trabalham longas horas, em condições perigosas (ILO, 2008).

Relacionado às horas trabalhadas pelas crianças, estudo realizado em Portugal, no ano de 2007, confirma o que há publicado no Brasil. De 48.000 crianças investigadas, 48,4%, encontravam-se na agricultura o que corresponde a 23 696 menores que informaram ter desempenhado uma tarefa, de pelo menos uma hora, neste setor, na semana de referência. No que diz respeito às idades, constata-se que a maior incidência é no grupo dos 13 aos 15 anos. No entanto, verifica-se também que há uma maior incidência de trabalho em idades mais precoces como o realizado por crianças de sete, oito ou nove anos se comparados com outros setores. Este fato relaciona-se muito com o tipo de tarefas que são executadas, com o tipo de ajuda que é prestada e que começa bastante cedo, dentro daquele contexto cultural em que se entende a ajuda como processo de aprendizagem e de socialização (PORTAL DA CRIANÇA, 2007).

Estudo longitudinal realizado por Mortimer et al (1996) nos EUA, em St. Paul, Minnesota, com mil estudantes do ensino médio, observou que, a cada ano os alunos preenchiam um questionário visando medir a sua saúde mental e sua adaptação comportamental; no questionário respondiam sobre o tempo destinado aos deveres de casa e quanto fumavam e bebiam e, quantas horas por semana dedicavam-se ao trabalho. No estudo, foi averiguado que as horas disponibilizadas ao trabalho não parecia reduzir a auto-estima ou motivação para aprender. Durante

os primeiros três anos, trabalhar não tinha surtido efeito sobre o tempo dedicado aos deveres ou notas, somente após esse período, os alunos do último ano do ensino médio, que trabalhavam mais de 20 horas/semana tendiam a fazer menos deveres de casa e maior uso de álcool do que os outros estudantes, sendo que as notas e motivação para saírem bem na escola não era afetada quando comparada aos colegas que não trabalhavam. Além disso, os alunos que trabalhavam menos de 20 horas/semana obtiveram maiores notas do que aqueles que não trabalhavam. Para os autores não houve resposta definitiva à questão se trabalhar fora é bom ou ruim para o adolescente.

Concordando com a literatura, em Pelotas (Rio Grande do Sul), estudo realizado por Facchini et al (2003) mostrou que de 4.924 indivíduos entrevistados, 9,7% (476) estavam trabalhando; destes, 40% das crianças e adolescentes trabalhavam 40 horas ou mais semanalmente e 16% trabalhavam à noite mais de 10 horas por semana. Até os 13 anos de idade, 42% das meninas e 21% dos meninos trabalhavam 40 horas ou mais ($p=0.04$). Entre 14 e 17 anos de idade, 43% dos meninos e meninas trabalhavam 40 horas ou mais.

O fato da criança ser obrigada a trabalhar, por mais de uma hora durante o dia ou noite nas tarefas de casa faz com que a mesma deixe de se dedicar a brincadeiras, a conviver com outras crianças e utilizar-se do lúdico para promover um crescimento e desenvolvimento dinâmico condizente com sua idade e características próprias dessa fase da vida.

Crianças e adolescentes que trabalham mais de duas horas por dia apresentam prejuízo no desempenho escolar. Depois disso, a perda de rendimento cresce a cada hora adicional de trabalho. Os estudantes que apenas freqüentam a escola aprendem mais quando comparados com os que estudam e trabalham (BEZERRA, 2006). Para esse autor, este mau desempenho pode ser ocasionado devido a exaustão advinda no esforço do trabalho, assim como em decorrência das horas perdidas de estudo, como também pelo desinteresse pela escola de quem passa a dedicar-se mais ao trabalho.

Possivelmente, a criança consegue se desenvolver bem quando ajuda seus pais em casa, não com a conotação de ser uma atividade obrigatória diária, mas algo que a faça vivenciar alguns afazeres que pode realizar sem comprometer os momentos de brincadeiras e diversão com irmãos e colegas.

A sociedade brasileira ainda opina que o trabalho do menor contribui para a formação da personalidade, o aumento da auto-estima e do senso de responsabilidade, além de dar oportunidade de aquisição de qualificações para o início de carreira profissional (DUNN, 1998; FORASTIERE, 1997).

Sabe-se que a palavra trabalho significa (s. m.) ato ou efeito de trabalhar; conjunto das atividades humanas, manuais ou intelectuais, que visam a produtividade; esforço humano aplicado à produção de riqueza; cuidado ou esmero em qualquer serviço; ofício; ocupação; obra executada ou a executar; fadiga; cuidado; aflição; preocupação; ação de um maquinismo; maneira como alguém trabalha (PRIBERAM, s.d.).

Entretanto, estudiosos apontam para os prejuízos que o trabalho pode trazer para o desenvolvimento físico e educacional, impedindo o jovem de se dedicar a outras atividades, tais como lúdicas e sociais próprias da idade, tornando-o isolado de seus pares e familiares. Mais graves ainda são os acidentes e as doenças adquiridas devido às atividades realizadas no trabalho (WHO, 1995; MONTEIRO, 1995; GOMES, 1996; CARVALHO, 1996; SARTI, 1999).

Os acidentes no trabalho (AT) desenvolvidos em casa aconteceram por cortes em membros superiores e inferiores, escorregões, queimaduras, dentre outros. Se os lares não possuem ambientes adequadamente planejados para a realização de atividades laborativas, possivelmente apresentam fatores de risco que possibilitam os agravos à saúde como os acidentes que ocorreram com os sujeitos deste estudo.

O desenvolvimento do trabalho fora de casa ($p=0,001$) é estatisticamente significativo em relação às crianças/adolescentes terem se acidentado em casa no momento em que “ajudavam” os pais; ao contrário 90,9% das que trabalhavam fora de casa não haviam se acidentado no trabalho, sendo assim, não foi estatisticamente significativo ($p=1,000$).

O fato do sujeito não ter AT no trabalho realizado fora de casa, possivelmente não é uma assertiva verdadeira. Sabe-se que, por numerosos fatores é comum os AT serem sub-enumerados e os trabalhadores ainda são levados a crer que cortes, arranhões e outros problemas menores não são importantes e, portanto, não precisam ser notificados.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS) acidente é um acontecimento casual que independe da vontade humana, ocasionado por um fator externo originando dano mental ou corporal (SCHVARTSMAN et al., 1984).

Carmo et al., (1995, p. 437) e a legislação nacional afirmam que o AT:

é aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução permanente ou temporária da capacidade de trabalho.

Silveira; Robazzi (2006) explicam que os AT retratam a violência, o desrespeito e a precarização existente no mundo do trabalho, bem como os adoecimentos decorrentes do mesmo, os quais contribuem negativamente para o processo de construção dos direitos à cidadania, entre eles, a continuação dos estudos, que permitirão a qualificação dos jovens no mercado de trabalho.

Para exemplificar o AT e o trabalho da criança, Faria (2000) realizou estudo de delineamento transversal entre trabalhadores rurais da região serrana do Rio Grande do Sul. O objetivo foi estudar o perfil sócio-demográfico da população, conhecer as características do trabalho rural e descrever a prevalência de algumas patologias na população referida nos meses de janeiro e fevereiro de 1996. Para caracterizar o processo de trabalho rural foram utilizados dois questionários: o primeiro dirigido a propriedade rural, captando informações sobre a estrutura agrária, agrotóxicos usados e sistema produtivo; o segundo questionário era aplicado ao trabalhador, caracterizando as exposições ocupacionais individuais e os problemas de saúde. Foram entrevistados 1.479 trabalhadores rurais de 495 propriedades; em 22% destas foram identificadas 161 crianças até 14 anos que ajudavam seus pais nas atividades agrícolas; desta maneira, cerca de 10% da força de trabalho das propriedades estudadas eram constituídas por crianças. Agrupando-se estas crianças com os jovens de 15 a 20 anos de idade foi constatado que 18% da força de trabalho das propriedades estavam formadas pelo segmento infanto-juvenil, sendo que 90% eram de família nuclear, ou seja, incluíam o chefe, o cônjuge e os filhos. As jornadas de trabalho foram extensas (10,6 a 12,5 horas por dia, conforme o ciclo agrícola) e muitas vezes em ritmo acelerado. Na entressafra, fase mais tranqüila das atividades agrícolas, a jornada média de trabalho (agrícola e não-agrícola) era pelo menos duas 2,5 horas acima das oito horas diárias, legalmente

estabelecidas no Brasil. Em 10% dos casos, ocorreram AT, porém, em 91% houve sub-registro dos mesmos.

Resultado similar foi encontrado em investigação realizada no hospital público da cidade de Ribeirão Preto (SP), onde foram analisados 607 prontuários hospitalares de acidentados atendidos durante o ano de 1997, sendo constatada a existência de crianças que, na ocasião do atendimento, possuíam até 14 anos. Havia anotações realizadas pela equipe de saúde em apenas seis (0,9%) desses prontuários, os quais se relacionavam aos jovens trabalhadores; destes, quatro (67%) eram meninos (SILVEIRA; ROBAZZI, 2000), confirmando também o sub-registro das informações acidentárias.

Outro estudo realizado na cidade de Ribeirão Preto constituiu de uma revisão documental na Unidade Básica Distrital de Saúde (UBDS) Central, conseguindo-se separar 1589 prontuários de todos os pacientes atendidos no Serviço de Saúde do Trabalhador. Em relação aos 56 prontuários correspondentes às crianças e adolescentes atendidos, observou-se que 64,3% dos AT ocorreram com meninos, sendo que em apenas um prontuário (1,8%) não havia explicitação sobre o sexo do menor (SILVEIRA; ROBAZZI, 2006). A pesquisadora também constatou que durante a revisão dos prontuários médicos foram encontradas anotações inadequadas quanto à causa e diagnóstico médico dos acidentes ocorridos entre as crianças e adolescentes trabalhadores no momento do AT, fazendo com que os mesmos não fossem identificados como acidentes e, portanto, sub-registrados.

Assim, Silveira; Robazzi (2006, p. 163) explicam que:

Evidentemente, a inadequação dos registros prejudica, sobremaneira, as análises que possam vir a ser realizadas, reafirmando-se a existência da problemática (que parece acontecer em nível nacional e em várias instâncias públicas e privadas) já que as informações estatísticas não retratam, com fidedignidade, a real situação, ocorrendo a sub-notificação de vários eventos, incluindo-se os AT, devido à falta de informações relatadas pelo profissional de saúde.

Corroborando, com esses dados, Napoleão et al. (1999, p. 119-120) expõe que

[...] a principal causa atribuída pelos sujeitos acidentados a não notificarem, estava relacionada à justificativa de considerarem a lesão ocasionada pelo acidente como pequena e sem importância, indicada por 53,1% dos trabalhadores. A alegação relativa ao desconhecimento da necessidade da notificação do acidente foi citada por 38,8% dos trabalhadores. [...] Esta causa pode também estar relacionada às dificuldades burocráticas

geralmente envolvidas no processo de notificação, identificadas como causa freqüente de sub-notificação de acidentes do trabalho.

⇒ *Comparação do aproveitamento escolar de crianças e adolescentes que trabalhavam fora de casa com as que não trabalhavam fora de casa:* as que trabalhavam fora de casa obtiveram 91,7% de aprovação à série seguinte, porcentagem semelhante aos que se dedicavam exclusivamente aos estudos (96,8%).

A literatura internacional oferece um panorama pouco favorável à reprovação, embora lance algumas dúvidas, o que, em princípio, poderia corroborar políticas brasileiras. Com efeito, algumas das mais abrangentes resenhas da literatura não situam a reprovação como um fator de grande impacto positivo sobre o rendimento discente, a reprovação por si só piora o rendimento, a promoção automática também não o melhora. A retenção acontece nas séries em que a freqüência for menor que 75% e o desempenho insatisfatório (GOMES, 2005).

Ainda para este autor, a promoção automática, desacompanhada de ações suplementares não melhora as condições para o sucesso, ao contrário, tende a manter tudo como antes.

Amadio (1996), também se referindo à América Latina, afirma que a promoção automática não assegura melhor aprendizagem ou a eliminação da repetência. Na ausência de outras medidas ela pode servir apenas para transferir os problemas para o fim do ciclo básico. A promoção automática pode representar níveis diferentes de exigências para diferentes grupos sociais, como, por exemplo, menos exigentes para os menos favorecidos. O autor afirma que as estratégias para o combate à repetência e ao fracasso escolar em geral devem ser de largo escopo e compreensivas, nunca tópicas e restritas, sob pena de se efetuarem mudanças meramente estatísticas.

Quanto ao aproveitamento final dos sujeitos de acordo com a aprovação à série seguinte, foi constatado que não há associação com o fato deles trabalharem fora. Muitos alunos que responderam ao questionário e trabalhavam, mostraram-se atenciosos, interessados em participar das tarefas propostas pelo professor em sala de aula

Uma avaliação realizada nacionalmente pelo SAEB, em 2001 avaliou o impacto das políticas de não repetência sobre o desempenho escolar dos alunos do ensino fundamental. Os resultados não acusaram vantagens nítidas assim, os ciclos, que deveriam ser uma forma de organização escolar alternativa e vantajosa em face do regime seriado, não comprovam superioridade, ao contrário das expectativas. Por outro lado, haver ou não haver promoção entre as séries não conduz a desvantagens significativas em termos de rendimento discente. Ao contrário, a defasagem idade-série tem impacto muito negativo sobre o aproveitamento, levando ao fracasso (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 1997, 1998, 2002; FERRÃO; BELTRÃO; SANTOS, 2002).

Corroborando com tal afirmação, Schiefelbein (1980) explica que a repetência está associada ao baixo desempenho, de tal modo que, quanto mais vezes o aluno repete, menores são os seus escores para o aprendizado.

No presente estudo, o que diferencia ambos os grupos é a repetência escolar, percebendo-se que há uma associação com o trabalho fora de casa realizado pela criança/adolescente. Aqueles sujeitos que repetiram o ano escolar (14 casos) e trabalhavam fora de casa (36 casos) representam 38,9%, ao passo que os sujeitos que não repetiram o ano (10 casos) e não trabalhavam fora (93 casos) representam 10,8%. Ao dividir tais valores, constatou-se que a chance dele repetir o ano se trabalha fora, é de 260% maior do que a chance do que não trabalha fora de casa ($p=0,000$).

Em concordância, estudo de Gunnarsson et al. (2004) realizado em onze países da América Latina com estudantes de 3ª e 4ª séries, constatou que as notas obtidas em testes de matemática e línguas para os alunos que trabalhavam foi de 7,5% menos pontos em matemática e 7% no teste de idiomas, em relação aos alunos que somente estudavam.

No presente estudo foi constatado também que as maiores ausências em sala de aula ocorreram nas disciplinas de matemática e português (em português - 16,9% para os que trabalhavam fora de casa e, 13,3% para os que não trabalhavam fora de casa; em matemática, 13,8% para os que trabalhavam fora de casa e 13% para os que não realizavam tal trabalho) mostrando que devido ao trabalho, a criança pode se ausentar da escola pelo cansaço, por diminuir a sua capacidade de

concentração. Também conduz ao absenteísmo eventual, que, por sua vez, provoca ausências escolares e repetência. Em última instância, especialmente se a qualidade da educação for precária, conduz a criança ao desalento e à evasão.

CONCLUSÃO

6 CONCLUSÃO

O presente estudo evidenciou que de 133 crianças e adolescentes estudantes da rede municipal pública da cidade de Ribeirão Preto (SP) investigados, a maioria: era do sexo feminino, de cor parda, com 14 anos; morava em casa própria, com os pais e, possuía irmãos.

A grande maioria (127 sujeitos) informou ajudar os pais em casa, cerca de quatro horas diárias, em atividades diversificadas as quais foram iniciadas aos 10 anos de idade. Recebiam em média 0,05 salário mínimo por mês e sofreram acidentes de trabalho que ocasionaram cortes em membros superiores e inferiores escorregões, queimaduras, dentre outros, ou seja, o trabalho prejudicou-lhes fisicamente.

Apenas 36 sujeitos informaram trabalhar fora de casa, iniciaram este trabalho com a média de idade de 11,9 anos, em marcenarias, restaurantes, estabelecimentos de familiares. Recebiam em média uma renda de 0,28 salário mínimo por mês. Com o salário recebido, auxiliavam na composição da renda familiar além de gastarem com eles próprios. Este trabalho propiciou poucos eventos acidentários, possivelmente sub-notificados, que por sua vez ocasionaram-lhes queimaduras. O organismo infantil não está ainda preparado para o desenvolvimento de determinadas tarefas, o que facilita a ocorrência acidentária.

O trabalho realizado fora de casa também colaborou com poucas ausências ocorridas na escola e com uma reduzida evasão escolar. As disciplinas em que mais os sujeitos ausentaram-se foram português e matemática. Os que trabalhavam fora de casa apresentaram 260% mais chances de repetência, quando comparados aos que não trabalhavam.

Após os testes estatísticos de Qui-Quadrado de *Person* e *Fisher*, as variáveis que mostraram ser estatisticamente significantes para que a criança/adolescente iniciasse o trabalho fora de casa, ou seja, constituíram-se em fatores de risco para a ocorrência do trabalho precoce foram: sexo, emprego dos pais, ajuda aos pais em casa, acidentes de trabalho ocorridos no domicílio, não gostar de freqüentar a escola, dentre outros.

Diante do exposto a hipótese de que as crianças e adolescentes que trabalham e estudam concomitantemente apresentam maior número de ausências à

escola, maior índice de reprovação e a não progressão à série seguinte não foi confirmada. Foram reduzidas as ausências e ocorreram aprovações à série subsequente, tanto pelo bom desempenho escolar quanto pelo critério de progressão continuada, adotado pela rede de ensino pública municipal.

Quanto a hipótese de que as crianças e adolescentes cujas famílias apresentam baixos salários são mais encorajadas a trabalhar em relação àquelas cujas famílias têm maiores rendas, mostrou-se confirmada. Enquanto a renda dos pais/família aumentava, a presença da criança/adolescente trabalhando fora de casa diminuía e vice-versa.

Acredita-se então que esta investigação pode contribuir para elevar o conhecimento existente referente ao assunto, aos profissionais da área da saúde, especificamente os da Enfermagem. É importante que esta profissão atenha-se a esta realidade, aprenda a obter informações adequadas sobre a situação vivenciada pela criança/adolescente trabalhadora para poder orientar adequadamente as famílias sobre os agravos à saúde que podem acontecer às crianças e adolescentes que realizam tanto as atividades laborativas obrigatórias em suas casas como nos ambientes ocupacionais.

Quanto aos educadores, este estudo poderá colaborar porque se constituem nos profissionais com melhores condições de identificar os casos de trabalho infantil, pela sua grande proximidade com as crianças e adolescentes.

A educação é o tema da campanha nacional pela erradicação do trabalho infantil em 2008. Proposto pela Organização Internacional do Trabalho e aprovado pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, o tema deverá propiciar importantes debates nas escolas sobre causas e conseqüências desse problema social. Espera-se que haja um importante engajamento dos profissionais da educação no controle social das políticas públicas de enfrentamento do problema.

A erradicação do trabalho infantil exige respostas a curto e médio prazo como a melhoria da condição social das crianças e adolescentes que são explorados no trabalho, além de respostas a longo prazo, como um processo de conscientização para romper as atuais barreiras culturais, com base nas quais a sociedade aceita este trabalho com naturalidade.

Ser criança significa ter oportunidades de brincar, de estudar, de ter tempo para conviver com amigos e irmãos, objetivando promover um

desenvolvimento saudável, tanto no que se refere aos aspectos físicos, como os cognitivos e sociais. Esta condição certamente será facilitadora para a existência de um adulto mais saudável.

LIMITAÇÕES DA PESQUISA

7 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

⇒ **Decorrentes dos órgãos públicos**

No presente estudo houve dificuldade em conseguir parecer favorável da Secretaria Municipal da Educação, que demorou para assinar o protocolo da pesquisa, conforme as recomendações do Conselho Nacional de Saúde. Tal fato culminou com o atraso para o início do estudo.

Posteriormente, após a aquiescência desta Secretaria, outro fator culminou com o atraso, pois não havia disponível no local os dados relativos às escolas e a região geográfica das mesmas, já que a metodologia do estudo previa o sorteio com todas as escolas separadas por região geográfica. Dessa forma, foi necessário agendar reunião com o Secretário do Planejamento Social do município para que tais dados fossem pesquisados, sendo que tal procedimento postergou o desenvolvimento da pesquisa em mais um mês.

⇒ **Decorrentes das Escolas**

Localização

As escolas foram separadas por região geográfica e, posteriormente, todas elas foram codificadas e digitadas no SPSS para que fosse realizado o sorteio das escolas. Ao realizar este sorteio, coincidentemente, foram selecionadas aquelas pertencentes à Zona Norte da cidade de Ribeirão Preto, que sabidamente possuem uma clientela de alunos como padrão socioeconômico baixo, trazendo assim um perfil carente, com problemas de várias ordens, com necessidade de orientação adequada sobre violência, trabalho infantil, dentre outros.

Após, devido ao período de férias escolares (julho de 2006), foi necessário agendar e aguardar até o início do mês de agosto para apresentar aos diretores de cada escola sorteada o parecer favorável à realização da pesquisa emitido pela Secretaria Municipal de Educação.

Agendamento de horários

Aconteceram ainda indisponibilidades horárias entre a direção das escolas e professores a fim de que a pesquisadora conseguisse explicar a finalidade da

pesquisa e como seriam coletados os dados. Finalizados tais obstáculos a coleta foi iniciada na segunda quinzena daquele mês.

Organização

Em uma das escolas houve uma maior participação dos alunos possivelmente por sua visível melhor organização, professores e diretoria mais atuante, rigor disciplinar, entre outros fatores assemelhados. Na escola em que não havia estes fatores, as dificuldades foram maiores, com os alunos portando-se de forma mais esquiva e pouco colaborativa.

⇒ Decorrentes dos Alunos

Ausências à Escola

Em relação à coleta dos dados, particularmente à noite, a dificuldade em aplicar o questionário ocorreu devido ao grande número de alunos faltosos neste período e outros com idade acima de 18 anos. Tal fato, fez com que a pesquisadora voltasse à escola repetidas vezes, objetivando obter maior número de sujeitos para a pesquisa.

Temor em participar da pesquisa

A questão do trabalho realizado por crianças e adolescentes é geradora de tabus. Os pais temem abordar o assunto já que o jovem trabalhador ajuda-os na composição da renda familiar; os próprios trabalhadores sentem-se temerosos, pois muitas vezes são orientados pela própria família a não emitir opiniões sobre o assunto. Neste estudo, esta realidade foi constatada de forma direta e/ou indireta.

Muitos alunos, apesar de ouvirem a leitura e discutirem sobre TCLE com a pesquisadora e o professor em sala de aula apresentaram recusa, extraviaram o Termo e fizeram vários questionamentos sobre as questões do instrumento de coleta. Houve a necessidade reiterada da pesquisadora explicar as questões além de retornar muitas vezes em cada sala de aula, objetivando conseguir um maior número de sujeitos além de permitir, para aqueles que haviam faltado no dia da coleta, em sua sala de aula de origem, a participação na pesquisa em outra sala

(onde estava sendo realizada a coleta) ou em outro espaço dentro da escola (biblioteca) sempre com a sua presença.

De forma direta, a pesquisadora constatou que alguns alunos estavam com medo de participar da pesquisa, por terem lhe verbalizado esta situação.

REFERÊNCIAS

8 REFERÊNCIAS ^{*22}

ABRAMO, L.. Um olhar de gênero: visibilizando precarizações ao longo das cadeias produtivas. In: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice de Paiva (Org.). **Gênero e trabalho na Sociologia latinoamericana**. São Paulo: Alast., p. 39-61, 1998.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. **Sudeste tem a pior taxa de escolarização entre crianças e adolescentes vítimas de trabalho infantil**. 2008. Disponível em: <http://www.redeandibrasil.org.br/em-pauta/sudeste-tem-a-pior-taxa-de-escolarizacao-entre-criancas-e-adolescentes-vitimas-de-trabalho-infantil/>
Acesso em: 03 julho 2008.

AGENCIA ESTADO. **Pnad: 9 milhões de jovens não têm ensino fundamental**. 2008. Disponível em:
<http://verdesmares.globo.com/v3/canais/noticias.asp?codigo=206567&modulo=964>
Acesso em: 12 fev. 2008.

ALBERNAZ, A. FERREIRA, F.; FRANCO, C. 2002. Qualidade e equidade no ensino fundamental brasileiro. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.32, n.3. Rio de Janeiro, IPEA.

ALMEIDA FILHO, R. C.; NOGUEIRA NETO, W.; GROF, R. **Guia Metodológico para Implementação de Planos de Prevenção e Erradicação do Trabalho infantil**. BRASÍLIA: OIT, 2007. 52p

ALMEIDA FILHO, N. Uma breve história da epidemiologia. In: ROUQUAYROL, M. Z. **Epidemiologia & saúde**. 6. ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003. p. 1-16.

ALMEIDA, L. S. Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham. **Rev. Dep. Psicol. UFF**, Niterói, v. 19, n. 2, pp. 411-422, 2007

ALVES, P. B. et al. Atividades cotidianas de crianças em situação de rua. **Psicol.: Teor. e Pesqui.**, Brasília, v. 18, n. 3, p.305-313, 2002.

AMADIO, M. **Primary school repetition: a global perspective**. Genebra: UNESCO/IBE: UNICEF, 1996.

AMARAL M. F. M.; MORELLI V; PANTONI R. V; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Alimentação de bebês e crianças pequenas em contextos coletivos: mediadores,

^{*De acordo com: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.}

interações e programações em educação infantil. **Rev Bras Cresc Desenv Hum.** 6(1/2):19-33, 1996.

AMAZONAS, M. C. L. A. et al. Arranjos familiares de crianças das camadas populares. **Psicol. Estudo**, Maringá, v. 8, p. 11-20, 2003. Número especial.

ARAUJO, C.; SCALON, C. Gênero e a distância entre a intenção e o gesto. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 45-68, 2006.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981.

ARRUDA, B. K. G.; ARRUDA, I. K. G. Pobreza e desenvolvimento humano. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.**, Recife, v. 7, n. 4, p. 457-460, 2007.

ASMUS, C. I. R. F.; RAYMUNDO, C. M.; BARKER, S. L. et al. Atenção integral à saúde de adolescentes em situação de trabalho: lições aprendidas. **Cienc. Saúde Coletiva**, v. 10, n. 4, p. 953-960, 2005.

ASMUS, C. I. R. F.; CÂMARA, V. M. Saúde dos adolescentes trabalhadores em garimpos de diamantes. **Cad. saude colet.**, (Rio J.), 12(2):179-196, jul. 2004.

BAGNATO, M. H. S.; BASSINELLO, G. A. H., LACAZ, C. P. C. et al. Ensino médio e educação profissionalizante em enfermagem: algumas reflexões. **Rev. Esc. Enferm. USP**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 279-286, 2007.

BALLESTEROS, M. F. Differential ranking of causes of fatal versus non-fatal injuries among US children. **Inj. Prev.**, v. 9, p. 173-176, 2003.

BARKER, M.; POWER, C.; ROBERTS, I. Injuries and the risk of disability in teenagers and young adults. **Arch. Dis. Child.**, v. 75, n. 2, p. 156-158, Aug. 1996.

BARROS, R. P.; RAMOS, L. **A note on the temporal evolution of the relationship between wages and education among Brazilian prime-age males: 1976-1989**. Rio de Janeiro: IPEA, 1992. 32 p.

BARROS, R. P.; SANTOS, E. C. **Consequências de longo prazo do trabalho precoce**. Rio de Janeiro: DIPES/IPEA, 1991. 15p

BARROS, R. P. MENDONÇA, R. S. P.; VELAZCO, T. **A pobreza é a principal causa do trabalho infantil no Brasil urbano?**: Rio de Janeiro: IPEA, 1994. 26p.

BARROS, R. P.; MENDONÇA,, R.; SANTOS, D. D. QUINTAES, G. **Determinantes do desempenho educacional no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, out. 2001. 33p.

BASU, K.; VAN, P. H. Economics of child labor. **Am. Econom. Rev.**, Nashville, v. 88, n. 3, p. 412- 427, Jun. 1998.

BASU, K.; TZANNATOS, Z. The global child labor problem: what do we know and what can we do? **Wber**, v. 17, n. 2, p. 147-173, 2003.

BASU, K.; **Gender and say**: a model of household behavior with endogenously-determined balance of power. Cambridge : Harvard University, 2004. 43p

BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. 9ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BEQUELE, A.; MYERS, W. E. **First things first in child labour**: eliminating work detrimental to children. Geneva: International Labour Office, 1995.

BETELI, V. C. **Acompanhamento do desenvolvimento infantil em creches**. 2006. 89 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. **Psicol.: Teoria e Pesqui.**, Brasília, v. 16, n. 3, p. 233-239, set./dec. 2000.

BILAC, E. D. **Família de trabalhadores**: estratégias de sobrevivência. São Paulo: Símbolo, 1978. 157 p.

BILAC, E. D. Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil: notas muito preliminares. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. T. (Orgs.). **Família em processos contemporâneos**: inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola, 1995.

BOTELHO, S. M. N. **Prostituição de adolescentes**: uma abordagem construída na adversidade da sociedade. 2003. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2003.

BURRA, N. Born to work: child labor in India. New Dehli. Oxford University Press.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Em quatro anos, melhora a qualidade do emprego no País**. 2008a. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1078&id_pagina=1 Acesso em 24 jan. 2008.

BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Em dezembro de 2007, desocupação foi de 7,4%**. 2008b. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1077&id_pagina=1 Acesso em 24 jan 2008

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Trabalho doméstico**. 2008c. Disponível em: http://www.mte.gov.br/trab_domestico/default.asp acesso em 11 fev 2008.

BRASIL, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Trabalho infantil diminui; unidade familiar responde pela maioria dos casos**. 2008d. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/2007/09/14/ult23u570.jhtm> acesso em 12 fev 2008

BRASIL, MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **Trabalho infantil no Brasil Ceará é o quarto no ranking Pesquisa do IBGE revela que de 2004 a 2008, o número de crianças exploradas aumentou 65%**. 2008e. Disponível em http://www.prt7.mpt.gov.br/mpt_na_midia/2008/abril/21_04_08_DN_trab_infantil_ceara_quarto.htm acesso em 01 de agosto de 2008

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **MTE investe na qualificação da mulher para diminuir desigualdade de renda**. 2008f. Disponível em <http://www.mte.gov.br/sgcnoticia.asp?IdConteudoNoticia=2284&PalavraChave=qualificacao,%20rais,%20remuneracao> acesso em 31 jan 2008

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. **Trabalho infantil no Brasil Ceará é o quarto no ranking Pesquisa do IBGE revela que de 2004 a 2008, o número de crianças exploradas aumentou 65%**. 2008g. Disponível em: http://www.prt7.mpt.gov.br/mpt_na_midia/2008/abril/21_04_08_DN_trab_infantil_ceara_quarto.htm Acesso em: 01 ago. 2008.

BRASIL, IBGE, Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. **Censo Educacional**. 2007a. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Acesso em 07 ago 2008

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Fundação Seade. **Índice paulista de responsabilidade social – IPRS**. 2007b Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php> Acesso em: 25 jan. 2008.

BRASIL, Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - **Censo da Educação Superior 2005**; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Acesso em 07 ago 2008

BRASIL. Casa Civil. **DECRETO Nº 5.598, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2005**. 2005b. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5598.htm acesso em 31 jan 2008

Brasil. Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul. DECA - Departamento Estadual da Criança e do Adolescente da Polícia Civil. Relatório anual de 2002/2003/2004.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações - CBO. 2004**. Disponível em: <http://www.trabalho.gov.br> . Acesso em: 30 maio 2004.

BRASIL. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Proporção de pessoas com rendimento de até 1/2 salário mínimo, per capita por grandes regiões, segundo os grupos de idade, Brasil e grandes regiões**. S.d. Disponível em : ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Crianças_e_Adolescentes/1997/Caracteristicas_Gerais/1997.Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. Acesso em: 16 de julho 2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Organização Internacional do Trabalho (OIT). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). **Trabalho infantil no Brasil 2001**. Brasília, 2003.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente. Normativas internacionais. Convenções Nºs 138 e 182, e Recomendação Nº 190 – OIT. Portaria Nº 6/2002 – MTE**. Brasília: Ministério da Justiça / Secretaria de Estado dos Direitos Humanos / Departamento da Criança e do Adolescente (DCA) / Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), 2002a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência intrafamiliar**: orientações para a prática em serviço. Brasília: Ministério da Saúde. Cadernos de atenção básica. 2002b

BRASIL. Ministério da Saúde. Transtornos mentais e do comportamento relacionadas ao trabalho. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças relacionadas ao trabalho**: manual de procedimentos para os serviços. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, Representação no Brasil da Opas/OMS, Secretaria de Políticas de Saúde/Departamento de Ações Programáticas Estratégicas/Área técnica de Saúde do Trabalhador, 2001. Série A. Normas e Manuais Técnicos, n. 114. p. 161-191.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Crianças e adolescentes:** indicadores sociais, 1997. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.** Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comitê Nacional de Ética de Pesquisa em Seres Humanos. **Resolução n. 196 de 10 de outubro de 1996:** diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília: O Conselho, 1996. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/docs/reso196.doc> Acesso em: out. 2006.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente (ECA).** 5. ed. São Paulo: Ministério da Justiça, 1995.

BRAUN, S. **A violência sexual infantil na família:** do silêncio à revelação do segredo. Porto Alegre: AGE; 2002.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano:** experimentos naturais e planejados. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes médicas, 1996.

BURKE, P. **História e teoria social.** São Paulo: Unesp, 2000.

CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F. Trabalho infantil e o status ocupacional dos pais. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 28, n. 2, p.269-290, 2008.

CAMARANO, A. M. et al. **Os jovens brasileiros no mercado de trabalho.** 2001. Disponível: www.balancosocial.org.br Acesso em: 30 de março de 2007.

CAMPOS, H. R.; FRANCISCHINI, R. Trabalho infantil produtivo e desenvolvimento humano. **Psicol. Estudo**, v. 8, n. 1, p. 119-129, jan/jun. 2003.

CARMO, J. C.; ALMEIDA, I. M.; BADINTER, M. C. P.; SETTIMI, M. M. Acidentes de trabalho. In: MENDES, R. (org.) **Patologia do trabalho.** Rio de Janeiro: Atheneu, 1995, Cap. 18, p. 431-455.

CARRION, V. **Comentários à consolidação das leis trabalhistas.** Ampliada e revisada de acordo com a Constituição de 1992. 15ª ed. São Paulo: Ed. Rev. Tribunais, 1992. p. 258.

CARTILHA ORIENTA SOBRE TRABALHO INFANTIL. 2006. Disponível em <http://www.folhadaregiaio.com.br/noticia?54658> Acesso em 07 ago 2008.

CARVALHO, M. C. B. Trabalho precoce: qualidade de vida, lazer, educação e cultura. In: BRASIL. Ministério do Trabalho. **Oficina sobre impactos do trabalho precoce na saúde de crianças e adolescentes**: relatório técnico. Brasília: Ministério do Trabalho, 1996.

CARVALHO, M. P. Quem são os meninos que fracassam na escola? **Cad. Pesqui.**, v. 34, n. 121, p. 11-40, 2004.

CARVALHO, I. M. M. ; ALMEIDA, P. H. Família e proteção social. **São Paulo Perspec.**, v. 17, n. 2, p. 109-122, 2003.

CASTRO, C. de M. O ensino médio: órfão de idéias, herdeiro de equívocos. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p.113-124, 2008.

CAVALCANTI, R.C. Adolescência. In: VITIELLO, N. et al. **Adolescência hoje**. São Paulo: Roca, 1988. p. 5-27.

CHIAPPORI, P. Rational household labor supply. **Econometria**, Evanston, v. 56, n. 1, p. 63-90, Jan. 1988.

CINFORM. **Taxa de fecundidade no Brasil é de 2 filhos**: se o nível de reposição da população diminuir, a população brasileira começará a encolher. 2007. Disponível em: <http://www.cinform.com.br/conteudo/?codigo=30447> Acesso em 14 ago. 2008.

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação. Psicologia evolutiva, v. 1**. Porto Alegre: ArtMed, 1995.

CONCEIÇÃO, P. S. A. et al. Acidentes de trabalho atendidos em serviço de emergência. **Cad. Saúde Pública**, v. 19, n.1, p. 111-117, fev. 2003.

CORREIO DO BRASIL. Jornal Correio do Brasil. 2004. Disponível em: <http://www.correiodobrasil.com.br>. Acesso em: 20 maio 2004.

COSTA, D. D. G.; AREJANO, V. L. T.; OLIVEIRA, A. M. N. A violência infantil e a intervenção da equipe de enfermagem na unidade básica de saúde. In: LUZ, A. M. H.; MACIA, J. R.; MOTTA, M. G. C. (Orgs). **As amarras da violência**: a família, as instituições e a enfermagem. Brasília: Associação Brasileira de Enfermagem, 2004. p.113-119.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R. Trabalho infanto-juvenil: motivações, aspectos legais e repercussão social. **Cad. Saúde Pública**, v. 14, n. 2, p. 437-441, abr./jun. 1998.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 4, n. 1, p. 33-52, 1999.

CRUZ, M. N. A.; ASSUNÇÃO, A. Á. Estrutura e organização do trabalho infantil em situação de rua em Belo Horizonte, MG, Brasil. **Saude Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 1, p.131-142, 2008.

DA VANZO, J. The Determinants of family formation in Chile, 1960. The Rand Corporation R-830, AID. Santa Monica, CA, 1972.

DAY, V. P. et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Rev. Psiquiátrica**, Rio Grande do Sul, v. 25, n. 1, p. 9-21, abril 2003.

DEL CIAMPO, L. A.; RICCO, R. G. Acidentes na infância. **Rev. Pediatr.**, v. 18, p. 193-197, 1996.

DELFINO, V. et al. A identificação da violência doméstica e da negligência por pais de camada média e popular. **Texto Contexto - Enferm.**, Florianópolis, v. 14, n. spe, 2005.

DELORS, J. (Org.). **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC, UNESCO, 2000.

DELP, L. et al. Role of work permits in teen workers' experiences. **Am. J. Ind. Med.**, v. 41, p. 477-482, 2002.

DERRIEN, J. M. **A fiscalização do trabalho e o trabalho infantil**. 2. ed. Brasília: OIT, 1993.

DESLANDES, S. F. O Atendimento às vítimas de violência na emergência: "Prevenção numa hora dessas?" **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 4, p. 81-94, 1999.

DIORIO, Z. M; GOMIDE, P. I. C. Ascensão escolar e profissionalização de bons alunos de baixa renda: avaliação de um programa brasileiro. **Psicologia: reflexão e crítica**, v 17, n. 3, p. 359-366, 2004.

Dicionário Universal de Língua Portuguesa. PRIBERAM. **Dicionário on line** [s.d] Disponível em http://www.priberam.pt/dlpo/definir_resultados.aspx acesso em 14 ago. 2008.

DUNN, K. A. Et al. Teens at work. A state wide study of jobs, hazards, and injuries. **J. Adolesc. Health**, v. 22, p. 19-25, 1998.

DUQUE-ARRAZOLA, L. S. O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza. In: MADEIRA, Felícia Reicher. (org.) Quem mandou nascer mulher?: estudos sobre crianças e adolescentes pobres do Brasil. São Paulo, Rosa dos Tempos/ UNICEF, 1997.

DUREYA, S.; ARENDS KUENNING, M. School attendance. Child labor and local labor market fluctuations in urban Brazil. **Wld. Develop.**, v. 31, n. 7, p. 1165-1178, 2003.

DUREYA, S; LAM, D; LEVINSON, D. Effects of economic shocks on children's employment and schooling in Brazil. Michigan: Population Studies Center, University of Michigan. **Psicol. Res. Rep.**, v. 3, n. 541, 2003.

EDMONDS, E. Will **Child labor decline with improvements in living standards?** Dartmouth College, Department of Economics, Hanover, NH, 2001.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad. Rosa Camargo Artigas, Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1985.

FACCHINI, L. A. Uma contribuição da epidemiologia: o modelo da determinação social aplicado à saúde do trabalhador. In: ROCHA, L. E.; RIGOTTO, R. M.; BUSCHIMELLI, J. T. P. (Orgs.). **Isto é trabalho de gente?** vida, doença e trabalho no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 178-186.

FACCHINI, L. A. FASSA, A.G., DALL'AGNOL, M. et al. Trabalho infantil em Pelotas: perfil ocupacional e contribuição à economia. **Ciênc. saúde coletiva**, , vol.8, no.4, p.953-961, 2003.

FARIA, N. M. X.; FACCHINI, L. A., FASSA, A. G. et al. Processo de produção rural e saúde na serra gaúcha: um estudo descritivo. **Cad. Saúde Pública** , Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p.115-128, 2000.

FASSA, A. G. et al. Child labor and health: problems and perspectives. **Int. J. Occup. Environ. Health**, v. 6, n. 1, p. 55-62, 2000.

FAUSTO, A.; CERVINI, R. **O trabalho e a rua:** crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. São Paulo: Cortez, 1996.

FAUSTO NETO, A. M. Q. **Família operária e a reprodução da força de trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1982.

FERREIRA, A. F. F. Trabalho infantil e produção acadêmica nos anos 90: tópicos para reflexão. **Estudos Psicol.**, v. 6, n. 2, p. 213-225, 2001.

FERREIRA, M. A. F.; VALENZUELA, M. C. **Estudo epidemiológico dos acidentes do trabalho em Porto Alegre**: relatório final de pesquisa. Porto Alegre: Escola de Saúde Pública, 1998.

FERRO, A. R. **Jovens e adultos no mercado de trabalho**: impacto dos programas de transferência condicional de renda e uma análise agregada usando séries temporais. 2007. 89 f. Tese (Doutorado) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2007.

FERRO, A. R.; KASSOUF, A. L. Efeitos do aumento da idade mínima legal no trabalho dos brasileiros de 14 e 15 anos. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 43, n. 2, p. 307-329, 2005.

FISCHER, F. M. et al. Acidentes de trabalho entre estudantes do ensino fundamental e médio das cidades de Santo Antonio do Pinhal e Monteiro Lobato, SP. In: WESTPHAL, M. F. (Org.). **Violência e criança**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2002.

FISCHER, F. M.; OLIVEIRA, D. C.; TEIXEIRA, L. R.; et al. Efeitos do trabalho sobre a saúde de adolescentes. **Cienc. & Saud. Coletiva**, v. 8, n. 4, p. 973-984, 2003.

FONSECA, C. Pais e filhos na família popular. In: FONSECA, C.; D'INCAO, M. A. (Orgs.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989. p. 95-128.

FORASTIERE, V. **Children at work. Health and safety risks**. Geneva: International Labour Office, 1997. 138 p.

FRANCISCHINI, R.; SOUZA NETO, M. O. de. Enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes: Projeto Escola que Protege. **Rev. Dep. Psicol. UFF**, Niterói, v. 19, n. 1, p. 243-251, 2007.

GACITÚA-MARIÓ, E.; WOOLCOCK, M. Uma avaliação da exclusão social e da mobilidade no Brasil. In: GACITÚA-MARIÓ, E.; WOOLCOCK, M. (Orgs.). **Exclusão social e mobilidade no Brasil**. Brasília: IPEA, Banco Mundial, 2005. p. 15-43.

GALVÃO, I. **Henri Wallon**: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GARBAR, C.; THEODORE, F. **Família mosaico**. Trad. Luciano Lopreto. São Paulo: Augustus, 2000.

GHARAIBEH, M.; HOEMAN, S. Health hazards and risks for abuse among child labor in Jordan. **J. Pediatr. Nurs.**, v. 18, n. 2, p. 140-147, Apr. 2003.

GOLDANI, A. M. Las familias brasileñas y sus desafios como factor de protección ao final do siglo XX. In: GOMES, C. (Comp.). **Procesos sociales, población y familia**: alternativas teoricas y empiricas en las investigaciones sobre la vida domestica. Mexico: Miguel Angelo Porrúa, 2002. p. 279-298.

GOMES, Candido Alberto. Desseriação escolar: alternativa para o sucesso?. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 46, p. 11-38, 2005

GOMES, J. R.; FISCHER, F. M.; BEDRIKOW, B. **Trabalho da criança e do adolescentes no corte da cana-de-açúcar**: relatório técnico. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 1996.

GOMES, R.; MINAYO, M. C. S.; FONTOURA, H. A. A prostituição infantil sob a ótica da sociedade e da saúde. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 33, n. 2, p.171-179, 1999.

GOMES, V. L. O.; FONSECA, A. D. Dimensões da violência contra crianças e adolescentes, apreendidas do discurso de professoras e cuidadoras. **Texto Contexto - Enferm.**, Florianópolis, v. 14, n. spe, 2005.

GONÇALVES-OLIVEIRA, B. R. **O adolescente trabalhador: determinantes e repercussões do trabalho precoce de um grupo de jovens de cascavel – PR**. 1999. 245 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1999.

GRAITCER, P. I.; LERER, L. B. **Child labor and health: quantifying the global health impacts of child labor**. Washington: The World Bank, 1998.

HIRATA, H. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latino-Americana de Estudios del Trabajo**, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 5-17, 1998.

HOLT, J. **How children fail**. New York: Delta, 1982.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **Child labour**: targeting the intolerable. Genebra: ILO, 1998. 123 p. Disponível em: http://www.ilo.org/global/Themes/Child_Labour/lang--en/index.htm
Acesso em: 10 jan. 2008

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **A future without child labour**. Geneva: International Labour Office, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Relatório síntese de divulgação dos resultados**: SAEB 2001. Brasília, DF, 2002.

JACINTHO, E. Um Brasil que poucos conhecem. **O Estado de S. Paulo**, p. 5, 26 abril 2003.

JOHNSON, C. F. Abuse and neglect of children. In: BEHRMAN, R. E.; KLIEGMAN, R. M.; JENSON, H. B. **Nelson textbook of pediatrics**. 17th ed. Pennsylvania: Elsevier Science, 2004. p. 121-132.

KASSOUF, A. L. Returns to education and training program in the brazilian urban and rural setors. **Rev. Economia Sociol. Rural**, v. 35, n. 2, p. 60-76, abr.-jun. 1997.

KASSOUF, A. L. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 323-350, maio-ago. 2007.

KUENZER, A. Z. O ensino médio agora é para a vida: Entre o pretendido, o dito e o feito. **Educ. Soc.**, v.21, n.70, p.15-39, 2000.

LANDRIGAN, P. J. et al. Occupational Injuries:epidemiology, prevention, treatment. In: CHRISTOPFFEL, K. K.; RUNYAN, C. W. **Adolescent Medicine**. Occupational Injuries: epidemiology and prevention, v.6, n. 2, p. 207-14, 1995.
LARAQUI, C. H. et al. Child labor in the artisan sector of Morocco: determinants and health effects. **Sante Publique**, v. 12, n. 1, p. 31-43, mar. 2000.

LAVRADOR, M. A. S. et al. Acidentes ocupacionais entre crianças da rede pública de ensino da cidade de Ribeirão Preto (SP), Brasil. In: REUNIÃO ANUAL DA REGIÃO BRASILEIRA DA SOCIEDADE INTERNACIONAL DE BIOMETRIA, 44., SIMPÓSIO DE ESTATÍSTICA APLICADA À EXPERIMENTAÇÃO AGRONÔMICA, 8. Botucatu , 1999. **Programas e resumos**. Botucatu: Região Brasileira da Sociedade Internacional de Biometria (RBRAS), Departamento de Bioestatística do Instituto de Biociências, 1999. p. 198.

LESLIE, G. R. **The family in social context**. 2 ed. New York: Oxford University Press, 1973. 701 p.

LEITE, M. P.. Tecendo a precarização: gênero, trabalho e emprego na indústria de confecções de São Paulo. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 28, 2004, Caxambu, MG. [Anais]. CD- ROM. p. 1-30, 2004.

LEVISON, D.; ANKER, R.; ASHRAF, S.; BARGE, B. **Is child labor really necessary in India's carpet industry?** In: ANKER, R. et al. (Eds.). Economics of child labor in hazardous industries of India. New Delhi: Hindustan Publishers, 1998.

LEVINSON, D. et al. **Implications of intermittent employment to child labor estimates**. Michigan: Population Studies Center, University of Michigan, 2003. (Psicol. Res. Report, n .3-539).

LIBÓRIO, R. M. C. **Desvendando vozes silenciadas:** adolescentes em situação de exploração sexual. 2003. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

LIMA, A. P. Minas tem cerca de 10% das crianças e adolescentes no trabalho. **Hoje em Dia**, 27 de novembro de 2007.

LIMA, M. I. M.; CÂMARA, V. M. Uma metodologia para avaliar e ampliar o conhecimento de adolescentes do ensino fundamental sobre acidentes de trabalho. **Cad. Saúde Pública**, v. 18, p. 115-120, 2002.

LUCIO, C. G.; SOCHACZEWSKI, S. Experiência de elaboração negociada de uma política de formação profissional. **Educ. Soc.** , Campinas, v. 19, n. 64, p.104-129, 1998.

MARTINI, M. L.; DEL PRETTE, Z. A. P. Atribuições de causalidade para o sucesso e o fracasso escolar dos seus alunos pro professores do ensino fundamental. **Interação**, v. 6, n. 2, p. 149-156, 2002.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Editora Civilização Brasileira, 1968.

MARX, K. Maquinaria e grande indústria. In: MARX, K. **O capital**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. Livro 1, Cap. 13.

MARX, K. El capital. In: HARNECKER, M. **Os conceitos elementares do materialismo histórico**. 2. ed. São Paulo: Global, 1983. p. 259-264.

MATHEWS, R.; REIS, C.; IACOPINO, V. Child labor: a matter of health and human rights. **J. Ambul. Care Manage.**, v. 26, n. 2, p.181-182, Apr.-Jun. 2003.

MATTEI, G. Um novo olhar sobre o desenvolvimento e aprendizado das crianças portadoras de altas habilidades. **Educação: Teoria e Prática**, v. 15, n.27, p. 165-174, jul.-dez. 2006.

MEDEIROS, M. et al. A sexualidade para o adolescente em situação de rua em Goiânia. **Rev. Latino-am. Enfermagem**, v. 9, n. 2, p. 35-41, mar. 2001.

MELLO JORGE, M. H. Crianças, adolescentes e jovens do Brasil no fim do século XX. In: WESTPHAL, M. F. (Org.). **Violência e criança**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2002.

MELO, H. P. ; BARROS, F. O desemprego no feminino. **Archétypon**, n. 22, jan/abril 2000.

MELO, H. P. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. In: MELO, H. P.de; SABBATO, A. (Orgs.). **Os serviços no Brasil: estudos de casos**. Rio de Janeiro: MICT, ANPEC, IPEA, 1998.

MELO, H. P. **Gênero e pobreza no Brasil**: relatório final do Projeto Governabilidad Democrática de Gênero en America Latina y el Caribe. Brasília: Cepal, SPM, 2005. Disponível em: http://200.130.7.5/spmu/docs/GEneroPobreza_Brasil04.pdf Acesso em: 11 fev. 2008.

MILLAR, J. D. Mental health and the workplace. **Am. Psychol.**, v. 10, p. 1165-1166, 1990.

MILLER, M. E.; KAUFMAN, J. D. Occupational injuries among adolescents in Washington State, 1988–1991. **Am. J. Ind. Med.**, v. 34, n. 2, p. 121–132, 1998.

MINAYO, M. C. S. **Violência e saúde como campo interdisciplinar e ação coletiva**: história, ciência e saúde. Rio de Janeiro: Abrasco, 1998. 138 p.

MINAYO-GOMEZ, C.; MEIRELLES, Z. V. Crianças e adolescentes trabalhadores: um compromisso para a saúde coletiva. **Cad. Saúde Pública**, 1997, v.13, supl.2, p. 135-140, 1997.

MONTALI, L. Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. **Rev Bras Estudos de População**, v. 21, n. 2, 2004.

MONTALI, L. Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. **Rev. Bras. Ciênc. Soc.**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 55-75, fev. 2000.

MONTALI, L. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego. **Rev. Bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 223-245, jul./dez. 2006.

MONTEIRO, C. A.; BENÍCIO, M. H.; GOUVEA, N. C. Evolução da altura dos brasileiros. In: MONTEIRO, C. A. (Org.). **Velhos e novos males do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 127-139.

MORAIS, N. A. de et al. Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: um estudo com caminhoneiros brasileiros. **Psic.: Teor. e Pesq.**, v. 23, n. 3, p.263-271, 2007.

MORTIMER, J. T. et al. The effects of work intensity on adolescent mental health, achievement, and behavioral adjustment: New evidence from a prospective study. **Child Develop.**, v. 67, p. 1243-1261, 1996.

MUNSCHI, K. et al. Causes, nature, and outcomes of work-related injuries to adolescents working at farm and non-farm jobs in rural Minnesota. **Am. J. Ind. Med.**, v. 42, n. 2, p. 142-149, Aug. 2002.

MYERS, W. Urban working children: a comparison of four surveys from South America. **International Labour Review**, v. 128, n. 3, p. 321-335, 1989.

NAPOLEÃO, A. A. **Causas de subnotificação de acidentes de trabalho**: visão dos trabalhadores de enfermagem de um hospital do interior paulista. 1999. 115f. Dissertação (Mestrado)—Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

NATIONAL INSTITUTE FOR OCCUPATIONAL SAFETY AND HEALTH (NIOSH). **Preventing deaths, injuries, and illnesses of young workers**. Atlanta, USA, Centers for Disease Control and Prevention, 2003. NIOSH pub 2003- 128.

NATIONAL INSTITUTE FOR OCCUPATIONAL SAFETY AND HEALTH (NIOSH). **Worker health chartbook**. Department of Health and Human Services, Public Health Service, Atlanta, USA. Centers for Disease Control and Prevention, National Institute for Occupational Safety and Health, DHHS (NIOSH), , 2004. Publication No. 2004-146.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL-INSTITUTE OF MEDICINE. **Protecting youth at work**: health, safety, and development of working children and adolescents in the United States. Washington DC: National Academy Press, 1998. 318 p.

NAVARRO, V. O trabalho e a saúde do trabalhador na indústria de calçados. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v.17, n. 2, abr./jun. 2003.

NAVARRO, V. L.; ALESSI, N. P.; LIMA, M. G. A violência no trabalho e a saúde do trabalhador no contexto da reestruturação produtiva no Brasil. In: SILVA, J. F.; LIMA, R. B.; ROSSO, D. S. (Orgs.). **Violência e trabalho no Brasil**. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 2001. Cap. 5, p. 229-245.

NEVES, M. A. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org.). **Trabalho e gênero**: mudanças e desafios. São Paulo: Ed. 34, p. 171-185, 2000.

NEVES, M. A.; PEDROSA, C. M. Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções. **Sociedade e Estado**, v. 22, n. 1, p. 11-34, jan-abr, 2007.

NOBRE, L. C. C. Trabalho de crianças e adolescentes: os desafios da intersectorialidade e o papel do Sistema Único de Saúde. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 8, n. 4, p. 963-971, 2003.

NOGUEIRA, L. de A.; BELLINI, L. M.. Sexualidade e violência, o que é isso para jovens que vivem na rua? **Texto Contexto - Enferm.**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p.610-616, 2006.

NUNES, E. Trabalho infantil aumentou 10,3% em 2005, mostra Pnad. 2006. Disponível em <http://www.valoronline.com.br/valoronline/Geral/brasil/indicadores/Trabalho+infantil+aumentou+103+em+2005+mostra+Pnad,pnad%202005,,27,3900256.html> Acesso em 31 jan 2008

O GLOBO. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2007/04/08/295278801.asp> Acesso em: 31 jan. 2008.

OMOKHODION, F. O.; OMOKHODION, S. I. Socio-economic determinants of child labour and attitudes to child labour among school children in Ibadan. **Afr. J. Med. Med. Sci.**, v. 33, n. 4, p. 305-309, 2004 Dec.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (ONU). Relatório sobre o estudo das Nações Unidas sobre a violência contra crianças. In: PINHEIRO, P. S. (Org.). [S.l.: s.n.], 2006. Disponível em: <http://www.unviolencestudy.org>. Acesso em: 12 fev. 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Trabalho infantil no Brasil**. Disponível em: http://www.trabinfantil.hpg.ig.com.br/index_1.htm. . [s. d] Acesso em: 09 junho 2002.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Boas práticas de combate ao trabalho infantil**. [s.d.] Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/ampro/brasil/dezanos/pdf/educacao.pdf>. p. 133-160. Acesso em: 05 junho 2004.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Trabalho infantil. 2005 Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/index.php>. Acesso em: 05 dez. 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Campanha para erradicação do trabalho infantil. 2008a. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/ipecc/campanhas/12junho/campanha_2008.php02 Acesso em: 02 julho 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Trabalho infantil e educação**. 2008b. Disponível em: http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/120608_factsheet.pdf Acesso em: 02 julho 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Igualdade de gênero e raça, erradicação da pobreza e geração de emprego**. [s.d.]. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/prgativ/prg_esp/genero/incl_gen_rac.php Acesso em: 04 julho 2008

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE (OPAS). Secretaria de Ação Social. **Trabalho insalubre deixa marcas para toda a vida**. Disponível em: www.opas.org.br/saudedotrabalhador/Arquivos/Sala312.doc Acesso em: 11 fev. 2008.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE (OPAS). Programa de Saúde Materno-infantil. **O marco conceptual da saúde integral ao adolescente e de seu cuidado**. 1990.

PALUDO, Simone dos Santos; KOLLER, Silvia Helena. Toda criança tem família: criança em situação de rua também. **Psicol. Soc.** , Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 42-52, 2008 .

PAPALIA, D. E. et al. **Desenvolvimento humano**. Trad. Daniel Bueno. 8ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Queroz, 1993.

PEREIRA, D. J. S. **Diferenças de escolaridade e rendimento do trabalho nas regiões nordeste e sudeste do Brasil**. Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queroz, Piracicaba, 2001.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO (PNAD). Disponível em: <http://www.trabalho.gov.br/Temas/FiscaTrab/CombateTrabalhoInfantil/Publicacao/Conteudo/537.pdf/>. Acesso em: 05 junho 2004.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO (PNAD). Microdados. 1997, Rio de Janeiro: IBGE, 1998. [CD-ROM].

PESTANA, M. I. G. de S. Avaliação educacional: o sistema nacional de avaliação da educação básica. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1999. p. 53-63.

PINHEIRO, A. B. **O trabalho precoce em adolescentes matriculados em escolas municipais da zona sul do Rio de Janeiro**. 1999. 175 f. Tese - Escola Nacional de Saude Publica, Rio de Janeiro, 1999.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem**: métodos, avaliação e utilização. Trad. Ana Thorell. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PONTILI, R. M. A infra-estrutura escolar e as características familiares influenciando a frequência e o atraso no ensino fundamental. Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queroz, Piracicaba, 2004.

PORTAL DA CRIANÇA. **Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil - 12 de Junho de 2007**. Disponível em <http://www.portaldacrianca.com.pt/noticiasn.php?id=44> acesso em 03 julho de 2008.

PROPHETARUM, C. **Pequim 2008: empresa chinesa admite ter usado trabalho infantil para cumprir contratos para os Jogos Olímpicos**. 2008. Disponível em <http://movv.org/2007/07/28/pequim-2008-empresa-chinesa-admite-ter-usado-trabalho-infantil-para-cumprir-contratos-para-os-jogos-olimpicos/> 28 julho de 2007. Acesso em 07 ago 2008.

RANJAN, P. An economic analysis of child labor. **Economics Letters**, p. 99-105, 1999.

RANJAN, P. Credit constraints and the phenomenon of child labor. **J. Develop. Econ.**, v. 64, p. 81-102, 2001.

RASSIAL, J. J. **A passagem adolescente**: da família ao laço conjugal. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

REDE BRASIL. Sudeste tem a pior taxa de escolarização. 2008. Disponível em <http://www.redeandibrasil.org.br/em-pauta/sudeste-tem-a-pior-taxa-de-escolarizacao-entre-criancas-e-adolescentes-vitimas-de-trabalho-infantil/> acesso em 03 julho 2008

RIBEIRAO PRETO. Demografia. **Dados da faixa etária**. 2007a. Disponível em: <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/CRP/I71principal.asp?PAGINA=/CRP/DADOS/DEMOG/I01FaixaEtaria.htm> Acesso em: 25 jan. 2008

RIBEIRAO PRETO. **Dados demográficos**. 2007b. Disponível em: <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/CRP/I71principal.asp?pagina=/crp/DADOS/I01principal.HTM> Acesso em: 25 jan. 2008

RIBEIRAO PRETO. **Dados econômicos**. 2007c. Disponível em: <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/CRP/I71principal.asp?pagina=/crp/DADOS/I01principal.HTM> Acesso em: 25 jan. 2008

RIBEIRAO PRETO. Secretaria Municipal da Educação. **Projetos Ensino fundamental e médio**. 2007d. Disponível em: <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/SEDUCACAO/i15principal1.asp?pagina=/seducacao/projetos/i15fundamental.htm> Acesso em: 07 ago 2008.

RIBEIRAO PRETO, **Dados educacionais**. 2007e. Disponível em: <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/CRP/I71principal.asp?pagina=/CRP/DADOS/EDUCACAO/I01EDUCACAO.htm> Acesso em: 25 jan. 2008

RIBEIRÃO PRETO. Secretaria Municipal da Educação. **Ensino fundamental e médio**. 2008f. Disponível em: <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/seducacao/i15principal1.asp?pagina=/seducacao/Modalidades/i15hist-fundamental.htm> Acesso em: 21 jan. 2008.

RIBEIRO, C. A pedagogia da repetência. **Estudos Avançados**, v. 5, 7-21, 1991.

ROQUE, E. M. S. T.; FERRIANI, M. G. C. Estudo das famílias de crianças e adolescentes, vítimas de violência, que sofreram intervenção da justiça. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, vol.15, no.4, p.549-555, jul./ago. 2007.

ROSENZWEIG, M. R. Household and non-household activities of youths: issues of modeling, data and estimation strategies. In: RODGERS, G.; STANDING, G. (Ed.). **Child work, poverty and underdevelopment**. Geneva: ILO, p. 215-44, 1981.

RUNYAN, C. W.; ZAKOCS, R. C. Epidemiology and prevention of injuries among adolescent workers in the United States. **Annu. Rev. Public Health**, v. 21, p. 247-269, 2000.

SALVAGNI, E. P.; WAGNER, M. B. Estudo de caso-controle para desenvolver e estimar a validade discriminante de um questionário de avaliação de abuso sexual em crianças. **J. Pediatr.**, Rio de Janeiro, Porto Alegre, v. 82, n. 6, p. 431-443, 2006.

SANTANA, V. et al. Acidentes de trabalho não fatais em adolescentes. **Cad. Saúde Pública**, v. 19, n. 2 p. 407-420, mar./abr. 2003.

SANTOS, F. C. **A redução do trabalho infantil e o aumento da frequência escolar na década de 90 no Brasil**. 2006. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SÃO PAULO. Conselho Estadual de Educação de São Paulo. **DELIBERAÇÃO CEE Nº 61/2006**. 2006. Disponível em http://www.ceesp.sp.gov.br/Deliberacoes/de_61_06.htm Acesso em: 21 jan. 2008.

SARRIERA, J. C.; TEIXEIRA, R. P. Itinerários descritivos e diferenciais de transição da escola ao trabalho dos jovens de Porto Alegre. **Psico**, v. 28, p. 117-137, 1997.

SARTI, C. A. O valor da família para os pobres. In: SARTI, C. A.; RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. (Orgs.). **Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Loyola, 1995. p. 131-150.

SARTI, C. A. As crianças, os jovens, e o trabalho. In: WESTPHAL, M. M. **O compromisso da saúde no campo do trabalho infanto-juvenil: proposta de atuação**. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 1999. p. 39-43.

SARTORI, E. Trabalho infantil em Franca: um laboratório das lutas sociais em defesa da criança e do adolescente. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 253-278, janeiro-junho 2006.

SCANLON T. J. et al. Child labour. **Br. Med. J.**, v. 325, n. 7.361, p. 401-403, 2002

SCHIEFELBEIN, E.; SIMMONS, J. Os determinantes do desempenho escolar: uma revisão de pesquisas nos países em desenvolvimento. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 35, p. 53-72, nov. 1980.

SCHOBER, S. E. et al. Workrelated injuries in minors. **Am. J. Ind. Med.**, v. 14, n. 5, p. 585–595, 1988.

SCHVARTSMAN, S. et al. Aspectos pediátricos das intoxicações exógenas agudas no Município de São Paulo. **Rev. Paul. Pediatr.**, v. 2, n. 7, p. 24-27, 1984.

SCHWARTZMAN, S.; SCHWARTZMAN, F. F. **O trabalho infantil no Brasil**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2001.

SCHWARTZMAN, S.; SCHWARTZMAN, F. **O trabalho infantil no Brasil**. IETS, MIMEO, 2004.

SEGALEN, M. **Sociologie de la famille**. 5. ed. Paris: Armand Colin, 2000. 293 p.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F. Qualificação e reestruturação produtiva: um balanço das pesquisas em educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 18, n. 61, p.13-35, 1997.

SILVEIRA, R. C. P. **As crianças e os adolescentes acidentados no trabalho e atendidos em uma Unidade Distrital de Saúde em Ribeirão Preto (SP)**. 2003. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2003.

SILVEIRA, R. C. P.; ROBAZZI, M. L. C. C. As crianças e os adolescentes trabalhadores acidentados no trabalho e atendidos em Unidade Básica Distrital de Saúde em Ribeirão Preto (SP). **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 5, n. 2, p. 158-165, maio/ago. 2006.

SILVEIRA, R. C. P.; ROBAZZI, M. L. C. C. Atenção hospitalar a crianças que sofreram acidentes de trabalho. **Informativo Latino Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, 10 jul. 2000, Parte 1, p. 3.

SOUZA, M. M. C. de. **A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2000.

SOARES, M.B. 2004. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, 25, 2004.

SOUZA, D. P. O.; SILVEIRA FILHO, D. X. da. Uso recente de álcool, tabaco e outras drogas entre estudantes adolescentes trabalhadores e não trabalhadores. **Rev. Bras. Epidemiol.**; São Paulo, v. 10, n. 2, p.276-287, 2007 .

SURUDA, A.; PHILIPS, P.; LILLQUIST, D.; SESEK, R. Fatal injuries to teenage construction workers in the US. **Am. J. Ind. Med.**, v. 44, n. 5, p. 510-514, Nov. 2003.

SYLOS, G. **Trabalho infantil diminui; unidade familiar responde pela maioria dos casos.** 2007 Disponível em:
<http://noticias.uol.com.br/ultnot/2007/09/14/ult23u570.jhtm> Acesso em: em: 12 fev. 2008.

TAILLE, Y. A.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão.**São Paulo: Summus, 1992.

TAXA DE FECUNDIDADE NO BRASIL CAI 70% EM 40 ANOS. 2008. Disponível em http://www.abril.com.br/noticia/comportamento/no_292629.shtml Acesso em 14 ago. 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Trabalho Infantil Doméstico [s. d.]. Disponível em:
http://www.oitbrasil.org.br/prgatv/in_focus/ipecc/tid.php Acesso em: 04 julho 2008.

UEDA, E. M.; HOFFMANN, R. Estimando o retorno da educação no Brasil. *Braz. J. Applied Econ.*, v. 6, n. 2, p. 209-238, abr/jun 2002.

UNESCO. Educação de qualidade para todos: um assunto de direitos humanos. Brasília : UNESCO, OREALC, 2007. 138 p.

UNICEF. A pobreza e a falta de instrução obrigam uma em cada 12 crianças do mundo a sujeitar-se às piores formas de trabalho infantil. Relatório 2005. Disponível em: http://www.unicef.pt/18/05_02_18_pr_uk_lanca_relatorio_trabalho_infantil.pdf Acesso em: 22 julho 2008.

VELHO, G. **Parentesco, individualismo e acusações. Individualismo e cultura.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1987.

VENDRUSCOLO, T. S. **Políticas e prioridades políticas: a experiência de Ribeirão Preto no atendimento à criança e ao adolescente, vítimas de violência doméstica.** 2004. Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2004.

VERÍSSIMO, M. L. O. R.; SIGAUD, C. H. S. (Orgs). **Enfermagem pediátrica: o cuidado de enfermagem à criança e ao adolescente.** São Paulo: EPU, 1996. p. 4-11.

VIECILI, J.; MEDEIROS, J. G. A coerção em sala de aula: decorrências de seu uso pelo professor na produção do fracasso escolar. **Interação**, v. 6, n. 2, p. 183-194, 2002.

VYGOTSKY, L. S. **Formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WAHBA, J. **The influence of market wages and parental history on child labor and schooling in Egypt**. University of Southampton, Dep. of Economics. Egito, 2002. (Working Paper)

WEISS, M. L. L. Psicopedagogia institucional: controvérsias, possibilidades e limites. In: Sargo, C. et al. (Orgs.) **A práxis psicopedagógica brasileira**. São Paulo: ABPp, 1994. p. 93-106.

WELLER, N. F. et al. Work-related injury among south Texas middle school students: prevalence and patterns. **South Med. J.**, v. 96, n. 12, p. 1213-1220, Dec. 2003.

WHITE, L.; O'DONNELL, C. Working children and accidents: understanding the risks. **Child Care Health Dev.**, v. 27, n. 1, p. 23-34, Jan. 2001.

WOOLF, A. D. Health hazards for children at work. **J. Toxicol. Clin. Toxicol.**, v. 40, n. 4, p. 477-82, 2002.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Physical status**: the use and interpretation of anthropometry. Geneva, 1995. (WHO Technical Report Series, 854).

ZAHER, V. L. et al. Saúde e Trabalho. In: SAITO, M. I.; SILVA, L. E. V. **Adolescência**: prevenção e risco. São Paulo: Atheneu, 2001.

ZIEROLD, K. M; ANDERSON, H. The relationship between work permits, injury, and safety training among working teenagers. **Am. J. Ind. Med.**, v. 49, p. 360–366, 2006.

APÊNDICES

INTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Data: ____/____/____. Instrumento: ____ Sala: _____, Escola _____

A. Vamos conhecer um pouco sobre você.

1. Nome completo _____
2. Idade (em anos): _____
3. Sexo: Masculino (1), Feminino (2)
4. Cor: Branca (1), Negra (2), Parda (3), Amarela [Japonês](4), Outra cor (5)
5. Cidade do Estado de São Paulo onde nasceu: _____
Outro Estado/cidade - Especificar estado e cidade: _____
6. Onde você mora? (rua, número e bairro): _____
7. Estado civil dos seus pais: Casado ou com companheiro (a) (1), Solteiro ou sem companheira (o) (2)
Separado e sem companheiro (a) (3), Viúvo (4)
8. Profissão do pai (_____) e da mãe (_____)
9. Atualmente seus pais estão empregados? (1) sim (2) não
10. Você tem irmãos? (1) sim (2) não
11. Se sim, quantos? _____
12. A casa onde você mora é: (1) própria, (2) alugada, (3) outro
13. Qual é a renda mensal da sua família? _____
14. Você ajuda seus pais em casa? (1) sim, (2) não
15. Se sim, quantas horas por dia? _____
16. Desde quantos anos? _____
17. O que você faz?
(1) lava a louça/casa (2) passa roupas
(3) faz a comida, cozinha (4) cuida dos irmãos
(5) cuida de outro membro da família – avós, tios, pais (6) limpa a parte interna da casa
(7) limpa a parte externa da casa (8) faz outra coisa, qual? (descreva todas as atividades realizadas) _____
18. Já sofreu algum acidente enquanto estava ajudando seus pais em casa? (1) sim, (2) não
Se sim, qual? _____

B. Vamos falar um pouco sobre seu trabalho fora de casa

19. Já trabalhou alguma vez fora de casa? (1) sim, (2) não
20. Por que precisou trabalhar? _____
21. Se sim, por quanto tempo? () meses, () anos
22. Com qual idade você começou a trabalhar? _____
23. Você trabalha atualmente? sim (1), não (2)

Se sim, onde? (Empresa, de que tipo, localização)

24. Já sofreu algum acidente enquanto estava trabalhando? (1) sim, (2) não

25. Se sim, qual? _____

26. Que tipo de atividades você desenvolve no seu trabalho? Marque um X:

() manual – exemplifique: _____

() atendimento ao público – exemplifique: _____,

() manuseio de computadores, () manuseio de máquinas

() outro tipo de atividade _____

27. Você assinou algum contrato ou carteira de trabalho quando começou a trabalhar neste local onde trabalha atualmente?

(1) sim, (2) não

28. Quanto você ganhou no último mês? _____

29. O que você faz com o dinheiro que ganha? _____

C. Vamos falar um pouco sobre a sua escola

30. Você começou a estudar com quantos anos? _____

31. Você gosta de vir para a escola? (1) sim, (2) não

32. Se sim, por quê? (pode marcar mais de uma resposta)

Porque tenho amigos (1)

Porque gosto de estudar (2)

Porque meus pais querem que eu estude (3)

Porque eu me alimento na escola (4)

Porque quero ter um futuro melhor (5)

Porque gosto do(a) professor(a) (6)

Outra resposta: _____

33. Se não gosta, por quê? (pode marcar mais de uma resposta)

Porque não tenho amigos (1)

Porque não gosto de estudar (2)

Porque fico cansado (3)

Porque sinto sono nas aulas (4)

Porque não consigo prestar atenção na aula (5)

Porque sinto dores no corpo (6)

Porque não gosto do(a) professor(a) (7)

Outra resposta _____

34. Você já repetiu o ano? (1) sim, (2) não

35. Se sim, quantas vezes? _____

36. Você já parou de estudar alguma vez por falta de tempo para estudar e trabalhar?

Sim (1), não (2)

37. Se sim, por quanto tempo? _____

38. Você já faltou durante alguns dias à aula por causa do trabalho? (1) sim, (2) não

39. Quantos dias? _____

40. Qual profissão você quer ter no futuro? _____

41. Por quê? _____

INTRUMENTO DE COLETA DE DADOS-Avaliação aprendizagem/ conceito

Data: ____/____/____. Instrumento: ____ Sala: ____ Escola ____
 Nome do aluno: _____ Participou do questionário? (1) sim, (2) não
 Registro: _____

Rendimento Escolar insatisfatório																		
	Port.		Mat.		Hist.		Geo.		Ciên.		Artes		Ingl.		Ed. Fís.			
	C	F	C	F	C	F	C	F	C	F	C	F	C	F	C	F		
1º Bim.																		
2º Bim.																		
3º Bim.																		
4º Bim.																		
Conceito Final																		
Total falta																		

C=conceito/F=falta

Situação final do aluno

Boletim do aluno													
	Avaliação					Conceito Final	Faltas					%Presença	Situação
	N1	N2	N3	N4	NT		F1	F2	F3	F4	FT		
Artes													
Ciênc.													
Educ. Fis.													
Geog.													
Hist.													
Ingl.													
Ling. Port.													
Matemat.													

S=suficiente/P=parcial/I=insuficiente/A=aprovado/R=reprovado

INTRUMENTO DE COLETA DE DADOS-Avaliação aprendizagem/ conceito

Data: ____/____/____. Instrumento: ____ Sala: ____ Escola ____
 Nome do aluno: _____ Participou do questionário? (1) sim, (2) não
 Registro: _____

Rendimento Escolar insatisfatório																		
	Port.		Mat.		Hist.		Geo.		Ciên.		Artes		Ingl.		Ed. Fís.			
	C	F	C	F	C	F	C	F	C	F	C	F	C	F	C	F		
1º Bim.																		
2º Bim.																		
3º Bim.																		
4º Bim.																		
Conceito Final																		
Total falta																		

C=conceito/F=falta

Situação final do aluno

Boletim do aluno													
	Avaliação					Conceito Final	Faltas					%Presença	Situação
	N1	N2	N3	N4	NT		F1	F2	F3	F4	FT		
Artes													
Ciênc.													
Educ. Fis.													
Geog.													
Hist.													
Ingl.													
Ling. Port.													
Matemat.													

S=suficiente/P=parcial/I=insuficiente/A=aprovado/R=reprovado

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: ***“Incidência de crianças e adolescentes que trabalham e estudam nas escolas municipais de Ribeirão Preto e as repercussões sobre sua aprendizagem”***

Seu filho (a) está sendo convidado a participar de uma pesquisa que será realizada na escola em que ele (a) estuda. Esta pesquisa está sendo desenvolvida por mim, Renata Cristina da Penha Silveira, que sou enfermeira, com a orientação da Profa. Dra. Maria Lúcia do Carmo Cruz Robazzi, e tem o **objetivo de identificar o número de crianças e adolescentes que trabalham e estudam nas escolas municipais da cidade de Ribeirão Preto (SP) e os possíveis problemas sobre suas notas/aprendizagem em sala de aula**. Gostaríamos, então, de ter a sua colaboração.

Para isso, nós (eu e seu filho) nos encontraremos em sala de aula e neste momento ele (a) responderá um questionário sobre as condições de sua casa, sua família, seu trabalho (se ele (a) trabalhar) e sobre suas notas na escola.

Além disso, se seu filho (a) não quiser responder o questionário, não tem problema. O nome verdadeiro dele (a) não irá aparecer e todas as informações que ele (a) responder no questionário não poderão ser identificadas, já que utilizaremos códigos. O que ele (a) responder será utilizado somente para essa pesquisa.

Quando eu terminar esta pesquisa, o resultado final poderá ser publicado em revistas e/ou apresentados em encontros científicos. A participação de seu filho (a) é completamente voluntária e não haverá custo para você ou para ele (a) por estar participando da pesquisa, assim como não realizaremos nenhum tipo de pagamento para que ele (a) participe da mesma, pois o nosso encontro acontecerá somente quando ele (a) estiver em sala de aula. Ele (a) também poderá deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, sem que seja prejudicado (a), por isso, se tiver alguma dúvida, tanto você quanto seu filho (a) poderá me perguntar ou entrar em contato comigo através do endereço e/ou telefone abaixo.

Através desse estudo, poderemos conhecer como a Enfermagem poderá contribuir para aumentar o conhecimento sobre o trabalho infantil e o impacto deste trabalho sobre a saúde das crianças e adolescentes.

Pesquisadora Responsável

Enfª Ms. Renata Cristina da Penha Silveira

COREn-SP: n° 94086

Fone: 16- 91374094

E-mail: renatapg@eerp.usp.br

Endereço: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – USP, Avenida dos Bandeirantes, 3900,
Campus Universitário-Ribeirão Preto, CEP: 14040-902, telefone: 16 – 3602 3421.

Após ter o conhecimento sobre como meu filho poderá colaborar com esta pesquisa, concordo com a participação dele (a), não tendo sofrido nenhuma pressão para tanto.

Eu, _____, concordo com a participação de meu filho (a), na pesquisa e estou informado de que ele (a) está livre para, em qualquer momento, desistir de colaborar, sem nenhuma espécie de prejuízo. Recebi uma cópia deste documento assinado por mim e pela pesquisadora e tive a oportunidade de discuti-lo com a pesquisadora.

Pesquisadora responsável

Participante

Pai ou responsável

Ribeirão Preto, _____ de _____ de 2006.

ANEXOS

anexo 1

LISTA DAS PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL (LISTA TIP)

Aprovada pelo DECRETO nº 6.481, DE 12 DE JUNHO DE 2008, publicado no DOU em 13 de junho de 2008

I. TRABALHOS PREJUDICIAIS À SAÚDE E À SEGURANÇA

Atividade: Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
1.	Na direção e operação de tratores, máquinas agrícolas e esmeris, quando motorizados e em movimento	Acidentes com máquinas, instrumentos ou ferramentas perigosas	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites), mutilações, esmagamentos, fraturas
2.	No processo produtivo do fumo, algodão, sisal, cana-de-açúcar e abacaxi	Esforço físico e posturas viciosas; exposição a poeiras orgânicas e seus contaminantes, como fungos e agrotóxicos; contato com substâncias tóxicas da própria planta; acidentes com animais peçonhentos; exposição, sem proteção adequada, à radiação solar, calor, umidade, chuva e frio; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); pneumoconioses; intoxicações exógenas; cânceres; bissinoses; hantavirose; urticárias; envenenamentos; intermações; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; ceratoses actínicas; ferimentos e mutilações; apagamento de digitais
3.	<i>Na colheita de cítricos, pimenta malagueta e</i>	Esforço físico, levantamento e transporte manual de peso;	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); intermações; queimaduras na pele;

	<i>semelhantes</i>	posturas viciosas; exposição, sem proteção adequada, à radiação solar, calor, umidade, chuva e frio; contato com ácido da casca; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes	envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; ceratoses actínicas; apagamento de digitais; ferimentos; mutilações
4.	No beneficiamento do fumo, sisal, castanha de caju e cana-de-açúcar	Esforço físico, levantamento e transporte de peso; exposição a	Fadiga física; afecções músculo-esqueléticas, (bursites, tendinites,
		poeiras orgânicas, ácidos e substâncias tóxicas	dorsalgias, sinovites, tenossinovites); intoxicações agudas e crônicas; rinite; bronquite; vômitos; dermatites ocupacionais; apagamento das digitais
5.	Na pulverização, manuseio e aplicação de agrotóxicos, adjuvantes, e produtos afins, incluindo limpeza de equipamentos, descontaminação, disposição e retorno de recipientes vazios	Exposição a substâncias químicas, tais como, pesticidas e fertilizantes, absorvidos por via oral, cutânea e respiratória	Intoxicações agudas e crônicas; poli-neuropatias; dermatites de contato; dermatites alérgicas; osteomalácias do adulto induzidas por drogas; cânceres; arritmias cardíacas; leucemias e episódios depressivos
6.	Em locais de armazenamento ou de beneficiamento em que haja livre desprendimento de poeiras de cereais e de vegetais	Exposição a poeiras e seus contaminantes	Bissinoses; asma; bronquite; rinite alérgica; enfizema; pneumonia e irritação das vias aéreas superiores
7.	Em estábulos, cavalariças, currais, estrebarias ou pocilgas, sem condições adequadas de higienização	Acidentes com animais e contato permanente com vírus, bactérias, parasitas,	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); contusões; tuberculose; carbúnculo; brucelose; leptospirose; tétano; psitacose; dengue; hepatites virais;

		bacilos e fungos	dermatofitoses; candidíases; leishmanioses cutâneas e cutâneo-mucosas e blastomicoses
8.	No interior ou junto a silos de estocagem de forragem ou grãos com atmosferas tóxicas, explosivas ou com deficiência de oxigênio	Exposição a poeiras e seus contaminantes; queda de nível; explosões; baixa pressão parcial de oxigênio	Asfixia; dificuldade respiratória; asma ocupacional; pneumonia; bronquite; rinite; traumatismos; contusões e queimaduras
10.	Na extração e corte de madeira	Acidentes com queda de árvores, serra de corte, máquinas e ofidismo	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); esmagamentos; amputações; lacerações; mutilações; contusões; fraturas; envenenamento e blastomicose
11.	Em manguezais e lamaçais	Exposição à umidade; cortes; perfurações; ofidismo, e contato com excrementos	Rinite; resfriados; bronquite; envenenamentos; intoxicações exógenas; dermatites; leptospirose; hepatites virais; dermatofitoses e candidíases

Atividade: PESCA

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
12.	Na cata de iscas aquáticas	Trabalho noturno; exposição à radiação solar, umidade, frio e a animais carnívoros ou peçonhentos; afogamento	Transtorno do ciclo vigília-sono; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; hipotermia; lesões; envenenamentos; perfuração da membrana do tímpano; perda da consciência; labirintite e otite média não supurativa e apnéia prolongada
13.	Na cata de mariscos	Exposição à radiação solar, chuva, frio; posturas inadequadas e movimentos repetitivos; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes; horário flutuante, como as marés; águas profundas	Queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; ceratoses actínicas; hipertemia; fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; ferimentos; fadiga; distúrbios do sono; afogamento
14.	Que exijam	Apnéia prolongada	Afogamento; perfuração da

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
	mergulho, com ou sem equipamento	e aumento do nitrogênio circulante	membrana do tímpano; perda de consciência; barotrauma; embolia gasosa; síndrome de Raynaud; acrocianose; otite barotraumática; sinusite barotraumática; labirintite e otite média não supurativa
15.	Em condições hiperbáricas	Exposição a condições hiperbáricas, sem períodos de compressão e descompressão	Morte; perda da consciência; perfuração da membrana do tímpano; intoxicação por gases (oxigênio ou nitrogênio); barotrauma; embolia gasosa; síndrome de Raynaud; acrocianose; otite barotraumática; sinusite barotraumática; labirintite; otite média não supurativa; osteonecrose asséptica e mal dos caixões (doença descompressiva)

Atividade: Indústria Extrativa

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
16.	Em cantarias e no preparo de cascalho	Esforço físico; posturas viciosas; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes; exposição a poeiras minerais, inclusive sílica	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); DORT/LER; ferimentos e mutilações; rinite; asma; pneumoconioses; tuberculose
17.	De extração de pedras, areia e argila (retirada, corte e separação de pedras; uso de instrumentos contuso-cortantes, transporte e arrumação de pedras)	Exposição à radiação solar, chuva; exposição à sílica; levantamento e transporte de peso excessivo; posturas inadequadas e movimentos repetitivos; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes; condições	Queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; hipertermia; fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; lesões e deformidades osteomusculares; comprometimento do desenvolvimento psicomotor; ferimentos; mutilações;

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
		sanitárias precárias; corpos estranhos	parasitoses múltiplas e gastroenterites; ferimentos nos olhos (córnea e esclera)
18.	De extração de mármore, granitos, pedras preciosas, semipreciosas e outros minerais	Levantamento e transporte de peso excessivo; acidentes com instrumentos contundentes e perfuro-cortantes; exposição a poeiras inorgânicas; acidentes com eletricidade e explosivos; gases asfixiantes	Fadiga física; afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); esmagamentos; traumatismos; ferimentos; mutilações; queimaduras; silicose; bronquite; bronquiolite; rinite; tuberculose; asma ocupacional; enfisema; fibrose pulmonar; choque elétrico; queimaduras e mutilações; asfixia
19.	Em escavações, subterrâneos, pedreiras, garimpos, minas em subsolo e a céu aberto	Esforços físicos intensos; soterramento; exposição a poeiras inorgânicas e a metais pesados;	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); asfixia; anóxia; hipóxia; esmagamentos; queimaduras; fraturas; silicose; tuberculose; asma ocupacional; bronquites; enfisema pulmonar; cânceres; lesões oculares; contusões; ferimentos; alterações mentais; fadiga e estresse
20.	Em locais onde haja livre desprendimento de poeiras minerais	Exposição a poeiras inorgânicas	Pneumoconioses associadas com tuberculose; asma ocupacional; rinite; silicose; bronquite e bronquiolite
21.	Em salinas	Esforços físicos intensos; levantamento e transporte manual de peso;	Fadiga física; stress; afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites,

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
		movimentos repetitivos; exposição, sem proteção adequada, à radiação solar, chuva e frio	tenossinovites); DORT/LER; intermações; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; ceratoses actínicas

Atividade: Indústria de Transformação

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
22.	De lixa nas fábricas de chapéu ou feltro	Acidentes com máquinas e instrumentos perigosos; exposição à poeira	<i>Ferimentos; lacerações; mutilações; asma e bronquite</i>
23.	De jateamento em geral, exceto em processos enclausurados	Exposição à poeira mineral	Silicose; asma; bronquite; bronquiolite; stress e alterações mentais
24.	De douração, prateação, niquelação, galvanoplastia, anodização de alumínio, banhos metálicos ou com desprendimento de fumos metálicos	Exposição a fumos metálicos (cádmio, alumínio, níquel, cromo, etc), névoas, vapores e soluções ácidas e cáusticas; exposição a altas temperaturas; umidade	Intoxicações agudas e crônicas; asma ocupacional; rinite; faringite; sinusite; bronquite; pneumonia; edema pulmonar; estomatite ulcerativa crônica; dermatite de contato; neoplasia maligna dos brônquios e pulmões; ulceração ou necrose do septo nasal; queimaduras
25.	Na operação industrial de reciclagem de papel, plástico e metal	Exposição a riscos biológicos (bactérias, vírus, fungos e parasitas), como contaminantes do material a ser reciclado, geralmente advindo de coleta de lixo	Dermatoses ocupacionais; dermatites de contato; asma; bronquite; viroses; parasitoses; cânceres
26.	No preparo de plumas e crinas	Exposição ao mercúrio e	Transtornos da personalidade e de

		querosene, além de poeira orgânica	comportamento; episódios depressivos; neurastenia; ataxia cerebelosa; encefalopatia; transtorno extrapiramidal do movimento; gengivite crônica; estomatite ulcerativa e arritmias cardíacas
27.	Na industrialização do fumo	Exposição à nicotina	Intoxicações exógenas; tonturas e vômitos
28.	Na industrialização de cana de açúcar	Exposição a poeiras orgânicas	Bagaçose; asma; bronquite e pneumonite
29.	Em fundições em geral	Exposição a poeiras inorgânicas, a fumos metálicos (ferro, bronze, alumínio, chumbo, manganês e outros); exposição a altas temperaturas; esforços físicos intensos;	Intoxicações; siderose; saturnismo; beriliose; estanhose; bronquite crônica; bronquite asmática; bronquite obstrutiva; sinusite; cânceres; ulceração ou necrose do septo nasal; desidratação e intermação; afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites)
30.	Em tecelagem	Exposição à poeira de fios e fibras mistas e sintéticas; exposição a corantes; postura inadequadas e esforços repetitivos	Bissinose; bronquite crônica; bronquite asmática; bronquite obstrutiva; sinusite; fadiga física; DORT/LER
31.	No beneficiamento de mármore, granitos, pedras preciosas, semipreciosas e outros bens minerais	Esforços físicos intensos; acidentes com máquinas perigosas e instrumentos perfuro-cortantes; exposição a poeiras inorgânicas; acidentes com eletricidade	Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); traumatismos; ferimentos; mutilações; silicose; bronquite; bronquiolite; rinite; tuberculose; asma ocupacional; enfisema; fibrose pulmonar; choque

			elétrico
32.	Na produção de carvão vegetal	Exposição à radiação solar, chuva; contato com amianto; picadas de insetos e animais peçonhentos; levantamento e transporte de peso excessivo; posturas inadequadas e movimentos repetitivos; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes; queda de toras; exposição à vibração, explosões e desabamentos; combustão espontânea do carvão; monotonia; estresse da tensão da vigília do forno; fumaça contendo subprodutos da pirólise e combustão incompleta: ácido pirolenhoso, alcatrão, metanol, acetona, acetato, monóxido de carbono, dióxido de carbono e metano	Queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; hipertemia; reações na pele ou generalizadas; fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; lesões e deformidades osteomusculares; comprometimento do desenvolvimento psicomotor; dort/ler; ferimentos; mutilações; traumatismos; lesões osteomusculares; síndromes vasculares; queimaduras; sofrimento psíquico; intoxicações agudas e crônicas
33.	Em contato com resíduos de animais deteriorados, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pêlos ou dejetos de animais	Exposição a vírus, bactérias, bacilos, fungos e parasitas	Tuberculose; carbúnculo; brucelose; hepatites virais; tétano; psitacose; ornitose; dermatoses ocupacionais e dermatites de contato
34.	Na produção, processamento e manuseio de explosivos, inflamáveis	Exposição a vapores e gases tóxicos; risco de incêndios e explosões	Queimaduras; intoxicações; rinite; asma ocupacional; dermatoses ocupacionais e

	líquidos, gasosos ou liquefeitos		dermatites de contato
35.	Na fabricação de fogos de artifícios	Exposição a incêndios, explosões, corantes de chamas (cloreto de potássio, antimônio trissulfito) e poeiras	Queimaduras; intoxicações; enfisema crônico e difuso; bronquite e asma ocupacional
36.	De direção e operação de máquinas e equipamentos elétricos de grande porte	Esforços físicos intensos e acidentes com sistemas; circuitos e condutores de energia elétrica	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); mutilações; esmagamentos; fraturas; queimaduras; perda temporária da consciência; carbonização; parada cardíaco-respiratória
37.	Em curtumes, industrialização de couros e fabricação de peles e peles	Esforços físicos intensos; exposição a corantes, alvejantes, álcalis, desengordurantes, ácidos, alumínio, branqueadores, vírus, bactérias, bacilos, fungos e calor	Afecções músculo-esquelética(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); tuberculose; carbúnculo; brucelose; antrax; cânceres; rinite crônica; conjuntivite; pneumonite; dermatites de contato; dermatose ocupacional e queimaduras
38.	Em matadouros ou abatedouros em geral	Esforços físicos intensos; riscos de acidentes com animais e ferramentas perfuro-cortantes e exposição a agentes biológicos	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); contusões; ferimentos; tuberculose; carbúnculo; brucelose e psitacose; antrax
39.	Em processamento ou empacotamento	Acidentes com máquinas, ferramentas e instrumentos	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites,

	mecanizado de carnes	pérfuro-cortantes; esforços repetitivos e riscos biológicos	tenossinovites); contusão; amputação; corte; DORT/LER; tuberculose; carbúnculo; brucelose; psitacose
40.	Na fabricação de farinha de mandioca	Esforços físicos intensos; acidentes com instrumentos pérfuro-cortantes; posições inadequadas; movimentos repetitivos; altas temperaturas e poeiras	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); contusão; amputações; cortes; queimaduras; DORT/LER; cifose; escoliose; afecções respiratórias e dermatoses ocupacionais
41.	Em indústrias cerâmicas	Levantamento e transporte de peso; posturas inadequadas e movimentos repetitivos; exposição ao calor e à umidade; exposição à poeira; acidentes com máquinas e quedas	Fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; lesões e deformidades osteomusculares; comprometimento do desenvolvimento psicomotor; desidratação; intermação; doenças respiratórias, com risco de silicose; fraturas; mutilações; choques elétricos
42.	Em olarias nas áreas de fornos ou com exposição à umidade excessiva	Levantamento e transporte de peso; posturas inadequadas e movimentos repetitivos; exposição ao calor e à umidade; exposição à poeira; acidentes com máquinas e quedas	Fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; lesões e deformidades osteomusculares; comprometimento do desenvolvimento psicomotor; desidratação; intermação; doenças respiratórias, com risco de silicose; fraturas; mutilações; choques elétricos
43.	Na fabricação de botões e outros	Acidentes com máquinas e	Contusões; perfurações; cortes;

	artefatos de nácar, chifre ou osso	ferramentas pérfuro-cortantes; esforços repetitivos e vibrações, poeiras e ruídos	dorsalgia; cervicalgia; síndrome cervicobraquial; tendinites; bursites; DORT/LER; alterações temporária do limiar auditivo; hipoacusia e perda da audição
44.	Na fabricação de cimento ou cal	Esforços físicos intensos; exposição a poeiras (sílica); altas temperaturas; efeitos abrasivos sobre a pele	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); silicose; asma ocupacional; bronquite; dermatites; dermatoses ocupacionais; intermação; ferimentos; mutilações; fadiga e estresse
45.	Na fabricação de colchões	Exposição a solventes orgânicos, pigmentos de chumbo, cádmio e manganês e poeiras	Encefalopatias tóxicas agudas e crônicas; hipertensão arterial; arritmias cardíacas; insuficiência renal; hipotireoidismo; anemias; dermatoses ocupacionais e irritação da pele e mucosas
46.	Na fabricação de cortiças, cristais, esmaltes, estopas, gesso, louças, vidros ou vernizes	Esforços físicos intensos; exposição a poeiras (sílica), metais pesados, altas temperaturas, corantes e pigmentos metálicos (chumbo, cromo e outros) e calor	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); queimaduras; catarata; silicose; asma ocupacional; bronquite; enfisema; intoxicação; dermatoses ocupacionais; intermação
47.	Na fabricação de porcelanas	Exposição a poeiras minerais e ao calor; posições	Pneumoconioses e dermatites; fadiga física e intermação;

		inadequadas	afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); DORT/LER
48.	Na fabricação de artefatos de borracha	Esforços físicos intensos; exposição a produtos químicos, antioxidantes, plastificantes, dentre outros, e ao calor	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); câncer de bexiga e pulmão; asma ocupacional; bronquite; enfisema; intoxicação; dermatoses ocupacionais; intermação e intoxicações; queimaduras
49.	Em destilarias de álcool	Exposição a vapores de etanol, metanol e outros riscos químicos; risco de incêndios e explosões	Cânceres; dermatoses ocupacionais; dermatites de contato; intermação; asma ocupacional; bronquites; queimaduras
50.	Na fabricação de bebidas alcoólicas	Exposição a vapores de etanol e a poeira de cereais; exposição a bebidas alcoólicas, ao calor, à formação de atmosferas explosivas; incêndios e outros acidentes	Queimaduras; asfixia; tonturas; intoxicação; irritação das vias aéreas superiores; irritação da pele e mucosas; cefaléia e embriaguez
51.	No interior de resfriadores, casas de máquinas, ou junto de aquecedores, fornos ou alto-fornos	Exposição a temperaturas extremas, frio e calor	Frio; hipotermia com diminuição da capacidade física e mental; calor, hipertermia; fadiga; desidratação; desequilíbrio hidroeletrolítico e estresse
52.	Em serralherias	Exposição a poeiras metálicas tóxicas, (chumbo, arsênico cádmio),	Neoplasia maligna dos brônquios e pulmões; bronquite; pneumonite; edema

		monóxido de carbono, estilhaços de metal, calor, e acidentes com máquinas e equipamentos	pulmonar agudo; enfisema intersticial; queimaduras; cortes; amputações; traumatismos; conjuntivite; catarata e intoxicações
53.	Em indústrias de móveis	Esforços físicos intensos; exposição à poeira de madeiras, solventes orgânicos, tintas e vernizes; riscos de acidentes com máquinas, serras e ferramentas perigosas	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); neoplasia maligna dos brônquios e pulmões; bronquite; pneumonite; edema pulmonar agudo; enfisema intersticial; asma ocupacional; cortes; amputações; traumatismos; dermatose ocupacional; anemias; conjuntivite
54.	No beneficiamento de madeira	Esforços físicos intensos; exposição à poeira de madeiras; risco de acidentes com máquinas, serras, equipamentos e ferramentas perigosas	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); asma ocupacional; bronquite; pneumonite; edema pulmonar agudo; enfisema intersticial; asma ocupacional; dermatose ocupacional; esmagamentos; ferimentos; amputações; mutilações; fadiga; stress e DORT/LER
55.	Com exposição a vibrações localizadas ou de corpo inteiro	Vibrações localizadas ou generalizadas	Síndrome cervicobraquial; dor articular; moléstia de Dupuytren; capsulite adesiva do ombro; bursites; epicondilite lateral; osteocondrose do adulto; doença de Kohler; hérnia de disco; artroses e

			aumento da pressão arterial
56.	De desmonte ou demolição de navios e embarcações em geral	Esforços físicos intensos; exposição a fumos metálicos (ferro, bronze, alumínio, chumbo e outros); uso de ferramentas pesadas; altas temperaturas	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); asfixia; perda da consciência; fibrilação ventricular; queimaduras; fraturas; contusões; intermação; perfuração da membrana do tímpano

Atividade: Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
57.	Em sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica	Exposição à energia de alta tensão; choque elétrico e queda de nível.	Eletrochoque; fibrilação ventricular; parada cardíaco-respiratória; traumatismos; escoriações fraturas

Atividade: Construção

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
58.	Construção civil e pesada, incluindo construção, restauração, reforma e demolição	Esforços físicos intensos; risco de acidentes por queda de nível, com máquinas, equipamentos e ferramentas; exposição à poeira de tintas, cimento, pigmentos metálicos e solventes; posições inadequadas; calor; vibrações e movimentos repetitivos	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); mutilações; fraturas; esmagamentos; traumatismos; afecções respiratórias; dermatites de contato; intermação; síndrome cervicobraquial; dores articulares; intoxicações; polineuropatia periférica; doenças do sistema hematopoiético; leucocitose; episódios depressivos; neurastenia; dermatoses

			ocupacionais; DORT/LER; cortes; contusões; traumatismos
--	--	--	---

Atividade: Comércio (Reparação de Veículos Automotores Objetos Pessoais e Domésticos)

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
59.	Em borracharias ou locais onde sejam feitos recapeamento ou recauchutagem de pneus	Esforços físicos intensos; exposição a produtos químicos, antioxidantes, plastificantes, entre outros, e calor	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); queimaduras; câncer de bexiga e pulmão; asma ocupacional; bronquite; enfisema; intoxicação; dermatoses ocupacionais; intermação e intoxicações

Atividade: Transporte e Armazenagem

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
60.	No transporte e armazenagem de álcool, explosivos, inflamáveis líquidos, gasosos e liquefeitos	Exposição a vapores tóxicos; risco de incêndio e explosões	Intoxicações; queimaduras; rinite e dermatites de contato
61.	Em porão ou convés de navio	Esforços físicos intensos; risco de queda de nível; isolamento, calor e outros riscos inerentes às cargas transportadas	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); lesões; fraturas; contusões; traumatismos; fobia e transtorno do ciclo vigília-sono
62.	Em transporte de pessoas ou animais de pequeno porte	Acidentes de trânsito	Ferimentos; contusões; fraturas; traumatismos e mutilações

Atividade: Saúde e Serviços Sociais

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
------	-------------------------	-------------------------------	--------------------------------

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
63.	No manuseio ou aplicação de produtos químicos, incluindo limpeza de equipamentos, descontaminação, disposição e retorno de recipientes vazios	Exposição a quimioterápicos e outras substâncias químicas de uso terapêutico	Intoxicações agudas e crônicas; polineuropatia; dermatites de contato; dermatite alérgica; osteomalácia do adulto induzida por drogas; cânceres; arritmia cardíaca; leucemias; neurastenia e episódios depressivos
64.	Em contato com animais portadores de doenças infecto-contagiosas e em postos de vacinação de animais	Exposição a vírus, bactérias, parasitas e bacilos	Tuberculose; carbúnculo; brucelose; psitacose; raiva; asma; rinite; conjuntivite; pneumonia; dermatite de contato e dermatose ocupacional
65.	Em hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatorios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao cuidado da saúde humana, em que se tenha contato direto com os pacientes ou se manuseie objetos de uso dos pacientes não previamente esterilizados	Exposição a vírus, bactérias, parasitas e bacilos; stress psíquico e sofrimento; acidentes com material biológico	Tuberculose; AIDS; hepatite; meningite; carbúnculo; toxoplasmose; viroses, parasitoses; zoonose; pneumonias; candidíases; dermatoses; episódios depressivos e sofrimento mental
66.	Em laboratórios destinados ao preparo de soro, de vacinas e de outros produtos similares	Exposição a vírus, bactérias, parasitas, bacilos e contato com animais de laboratório	Envenenamentos; cortes; lacerações; hepatite; AIDS; tuberculose; carbúnculo; brucelose; psitacose; raiva;

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
			asma; rinite crônica; conjuntivite; zoonoses; ansiedade e sofrimento mental

Atividade: Serviços Coletivos, Sociais, Pessoais e Outros

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
67.	Em lavanderias industriais	Exposição a solventes, cloro, sabões, detergentes, calor e movimentos repetitivos	Polineurites; dermatoses ocupacionais; blefarites; conjuntivites; intermação; fadiga e queimaduras
68.	Em tinturarias e estamparias	Exposição a solventes, corantes, pigmentos metálicos, calor e umidade	Hipotireoidismo; anemias; polineuropatias; encefalopatias; hipertensão arterial; arritmia cardíaca; insuficiência renal; infertilidade masculina; queimaduras; intermação e depressão do Sistema Nervoso Central.
69.	Em esgotos	Esforços físicos intensos; exposição a produtos químicos utilizados nos processos de tratamento de esgoto, tais como cloro, ozônio, sulfeto de hidrogênio e outros; riscos biológicos; espaços confinados e riscos de explosões	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); escolioses; disfunção olfativa; alcoolismo; asma; bronquite; lesões oculares; dermatites; dermatoses; asfixia; salmoneloses; leptospirose e disfunções olfativas
70.	Na coleta, seleção e beneficiamento	Esforços físicos intensos; exposição aos	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias,

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
	de lixo	riscos físicos, químicos e biológicos; exposição a poeiras tóxicas, calor; movimentos repetitivos; posições anti-ergonômicas	sinovites, tenossinovites); ferimentos; lacerações; intermações; resfriados; DORT/LER; deformidades da coluna vertebral; infecções respiratórias; piodermites; desidratação; dermatoses ocupacionais; dermatites de contato; alcoolismo e disfunções olfativas
71.	Em cemitérios	Esforços físicos intensos; calor; riscos biológicos (bactérias, fungos, ratos e outros animais, inclusive peçonhentos); risco de acidentes e estresse psíquico	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); ferimentos; contusões; dermatoses ocupacionais; ansiedade; alcoolismo; desidratação; câncer de pele; neurose profissional e ansiedade
72.	Em serviços externos, que impliquem em manuseio e porte de valores que coloquem em risco a sua segurança (Office-boys, mensageiros, contínuos)	Acidentes de trânsito e exposição à violência	Traumatismos; ferimentos; ansiedade e estresse
73.	Em ruas e outros logradouros públicos (comércio ambulante, guardador de carros, guardas mirins, guias turísticos, transporte de pessoas ou animais, entre outros)	Exposição à violência, drogas, assédio sexual e tráfico de pessoas; exposição à radiação solar, chuva e frio; acidentes de trânsito; atropelamento	Ferimentos e comprometimento do desenvolvimento afetivo; dependência química; doenças sexualmente transmissíveis; atividade sexual precoce; gravidez indesejada; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; hipertemia; traumatismos; ferimentos
74.	Em artesanato	Levantamento e transporte de peso; manutenção de posturas	Fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; lesões e deformidades

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
		inadequadas; movimentos repetitivos; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes; corpos estranhos; jornadas excessivas	ostemusculares; comprometimento do desenvolvimento psicomotor; DORT/LER; ferimentos; mutilações; ferimentos nos olhos; fadiga; estresse; distúrbios do sono
75.	De cuidado e vigilância de crianças, de pessoas idosas ou doentes	Esforços físicos intensos; violência física, psicológica e abuso sexual; longas jornadas; trabalho noturno; isolamento; posições anti-ergonômicas; exposição a riscos biológicos.	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); DORT/LER; ansiedade; alterações na vida familiar; síndrome do esgotamento profissional; neurose profissional; fadiga física; transtornos do ciclo vigília-sono; depressão e doenças transmissíveis.

Atividade: Serviço Doméstico

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
76.	Domésticos	Esforços físicos intensos; isolamento; abuso físico, psicológico e sexual; longas jornadas de trabalho; trabalho noturno; calor; exposição ao fogo, posições anti-ergonômicas e movimentos repetitivos; tracionamento da coluna vertebral; sobrecarga muscular e queda de nível	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); contusões; fraturas; ferimentos; queimaduras; ansiedade; alterações na vida familiar; transtornos do ciclo vigília-sono; DORT/LER; deformidades da coluna vertebral (lombalgias, lombociatalgias, escolioses, cifoses, lordoses); síndrome do esgotamento profissional e neurose profissional; traumatismos; tonturas e fobias

--	--	--	--

Atividade: Todas

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
77.	De manutenção, limpeza, lavagem ou lubrificação de veículos, tratores, motores, componentes, máquinas ou equipamentos, em que se utilizem solventes orgânicos ou inorgânicos, óleo diesel, desengraxantes ácidos ou básicos ou outros produtos derivados de óleos minerais	Exposição a solventes orgânicos, neurotóxicos, desengraxantes, névoas ácidas e alcalinas	Dermatoses ocupacionais; encefalopatias; queimaduras; leucocitoses; elaiconiose; episódios depressivos; tremores; transtornos da personalidade e neurastenia
78.	Com utilização de instrumentos ou ferramentas perfurocontantes, sem proteção adequada capaz de controlar o risco	Perfurações e cortes	Ferimentos e mutilações
79.	Em câmaras frigoríficas	Exposição a baixas temperaturas e a variações súbitas	Hipotermia; eritema pérmio; geladura (Frostbite) com necrose de tecidos; bronquite; rinite; pneumonias
80.	Com levantamento, transporte, carga ou descarga manual de pesos, quando realizados raramente, superiores a 20 quilos, para o gênero masculino e superiores a 15 quilos para o	Esforço físico intenso; tracionamento da coluna vertebral; sobrecarga muscular	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); lombalgias; lombociatalgias; escolioses; cifoses; lordoses; maturação precoce das epífises

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
	gênero feminino; e superiores a 11 quilos para o gênero masculino e superiores a 7 quilos para o gênero feminino, quando realizados freqüentemente		
81.	Ao ar livre, sem proteção adequada contra exposição à radiação solar, chuva , frio	Exposição, sem proteção adequada, à radiação solar, chuva e frio	Intermações; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; ceratoses actínicas; hipertemia; dermatoses; dermatites; conjuntivite; queratite; pneumonite; fadiga; intermação
82.	Em alturas superiores a 2,0 (dois) metros	Queda de nível	Fraturas; contusões; traumatismos; tonturas; fobias
83.	Com exposição a ruído contínuo ou intermitente acima do nível previsto na legislação pertinente em vigor, ou a ruído de impacto	Exposição a níveis elevados de pressão sonora	Alteração temporária do limiar auditivo; hipoacusia; perda da audição; hipertensão arterial; ruptura traumática do tímpano; alterações emocionais; alterações mentais e estresse
84.	Com exposição ou manuseio de arsênico e seus compostos, asbestos, benzeno, carvão mineral, fósforo e seus compostos, hidrocarbonetos, outros compostos de carbono, metais pesados (cádmio, chumbo, cromo e mercúrio)e seus	Exposição aos compostos químicos acima dos limites de tolerância	Neoplasia maligna dos brônquios e pulmões; angiosarcoma do fígado; polineuropatias; encefalopatias; neoplasia maligna do estômago, laringe e pleura; mesoteliomas; asbestoses; arritmia cardíaca; leucemias; síndromes mielodisplásicas;

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
	compostos, silicatos, ácido oxálico, nítrico, sulfúrico, bromídrico, fosfórico, pícrico, álcalis cáusticos ou substâncias nocivas à saúde conforme classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS)		transtornos mentais; cor pulmonale; silicose e síndrome de Caplan
85.	Em espaços confinados	Isolamento; contato com poeiras, gases tóxicos e outros contaminantes	Transtorno do ciclo vigília-sono; rinite; bronquite; irritabilidade e estresse
86.	De afiação de ferramentas e instrumentos metálicos em afiadora, rebolo ou esmeril, sem proteção coletiva contra partículas volantes	Acidentes com material cortante e com exposição a partículas metálicas cortantes desprendidas da afiadora	Ferimentos e mutilações
87.	De direção, operação, de veículos, máquinas ou equipamentos, quando motorizados e em movimento (máquinas de laminação, forja e de corte de metais, máquinas de padaria, como misturadores e cilindros de massa, máquinas de fatiar, máquinas em trabalhos com madeira, serras circulares, serras de fita e	Esforços físicos; acidentes com ferramentas e com sistemas condutores de energia elétrica	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); mutilações; esmagamentos; fraturas; queimaduras e parada cardíaco-respiratória

Item	Descrição dos Trabalhos	Prováveis Riscos Ocupacionais	Prováveis Repercussões à Saúde
	guilhotinas, esmeris, moinhos, cortadores e misturadores, equipamentos em fábricas de papel, guindastes ou outros similares)		
88.	Com exposição a radiações ionizante e não-ionizantes (microondas, ultravioleta ou laser)	Exposição a radiações não-ionizante e ionizante (raios X, gama, alfa e beta) em processos industriais, terapêuticos ou propedêuticos (em saúde humana ou animal) ou em prospecção; processamento, estocagem e transporte de materiais radioativos	Carcinomas baso-celular e espinocelular; neoplasia maligna da cavidade nasal, brônquios, pulmões, ossos e cartilagens articulares; sarcomas ósseos; leucemias; síndrome mielodisplásicas; anemia aplástica; hemorragias; agranulocitose; polineuropatia; blefarite; conjuntivite; catarata; gastroenterite; afecções da pele e do tecido conjuntivo relacionadas com a radiação, osteonecrose e infertilidade masculina
89.	De manutenção e reparo de máquinas e equipamentos elétricos, quando energizados	Esforços físicos intensos; exposição a acidentes com sistemas, circuitos e condutores de energia elétrica e acidentes com equipamentos e ferramentas contuso-cortantes	Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); mutilações; esmagamentos; fraturas; queimaduras; perda temporária da consciência; carbonização; parada cárdio-respiratória

II. Trabalhos Prejudiciais à Moralidade

Item	Descrição dos Trabalhos
------	-------------------------

1.	Aqueles prestados de qualquer modo em prostíbulos, boates, bares, cabarés, danceterias, casas de massagem, saunas, motéis, salas ou lugares de espetáculos obscenos, salas de jogos de azar e estabelecimentos análogos
2.	De produção, composição, distribuição, impressão ou comércio de objetos sexuais, livros, revistas, fitas de vídeo ou cinema e cds pornográficos, de escritos, cartazes, desenhos, gravuras, pinturas, emblemas, imagens e quaisquer outros objetos pornográficos que possam prejudicar a formação moral
3.	De venda, a varejo, de bebidas alcoólicas
4.	Com exposição a abusos físicos, psicológicos ou sexuais.

anexo 2

ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
CENTRO COLABORADOR DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE PARA
O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA EM ENFERMAGEM

Avenida Bandeirantes, 3900 - Campus Universitário - Ribeirão Preto - CEP 14040-902 - São Paulo - Brasil
FAX: (55) - 16 - 3633-3271 / 3602-4419 / TELEFONE: (55) - 16 - 3602-3382

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA EERP/USP

Of.CEP-EERP/USP – 166/2006

Ribeirão Preto, 21 de setembro de 2006

Prezada Senhora,

Comunicamos que o projeto de pesquisa, abaixo especificado, foi analisado e considerado **APROVADO**, pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, em sua 90ª Reunião Ordinária, realizada em 20 de setembro de 2006.

Protocolo: nº 0696/2006

Projeto: INCIDÊNCIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE TRABALHAM E ESTUDAM NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO E AS REPERCUSSÕES SOBRE SUA APRENDIZAGEM

Pesquisadores: Maria Lúcia do Carmo Cruz Robazzi
Renata Cristina da Penha Silveira

Em atendimento à Resolução 196/96, deverá ser encaminhado ao CEP o relatório final da pesquisa e a publicação de seus resultados, para acompanhamento, bem como comunicada qualquer intercorrência ou a sua interrupção.

Atenciosamente,

Profª Drª Lucila Castanheira Nascimento
Coordenadora do CEP-EERP/USP

Ilma. Sra.

Profª Drª Maria Lúcia do Carmo Cruz Robazzi
Deptº de Enfermagem Geral e Especializada
Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - USP

anexo 3

ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
CENTRO COLABORADOR DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE PARA
O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA EM ENFERMAGEM

Avenida Bandeirantes, 3900 - Campus Universitário - Ribeirão Preto - CEP 14040-902 - São Paulo - Brasil
FAX: 55 - 16 - 633-3271 / 55 - 16 - 630-2561 - TELEFONES: 55 - 16 - 633-0379 / 602-3382

Ribeirão Preto, 29 de junho de 2006.

Ilma Sra.

Profª Maria Nair Marques Rebelo

DD Diretora do Departamento de Educação de Ribeirão Preto

Prezada Senhora,

Por motivos de cadastro do meu Projeto de Pesquisa de Doutorado intitulado "**Incidência de crianças e adolescentes que trabalham e estudam nas escolas municipais de Ribeirão Preto e as repercussões sobre a aprendizagem**" junto ao Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), solicito a V Sa. que assine a Folha de Rosto em anexo.

O projeto será enviado para o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – USP, a fim de que sejam obedecidos os preceitos da Resolução do Conselho Nacional de Saúde 196/96. Cópia do projeto para conhecimento de V. Sa. encontra-se anexo.

Saliento que é de suma importância tal assinatura, pois sem a mesma, fico impossibilitada de desenvolver minha pesquisa.

No aguardo de manifestação por parte de V. Sa., despeço-me.

Atenciosamente,

Enfermeira Ms. Renata Cristina da Penha Silveira.

Doutoranda em Enfermagem EEUSP/EERP-USP

De acordo
29.06.2006
MP
Maria Nair Marques Rebelo
RG: 2.925.811-X
Diretora do Departamento de Educação

Ciente e de acordo: Profa. Dra. Maria Lúcia do Carmo Cruz Robazzi (orientadora da Pesquisa)

anexo 4

ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
CENTRO COLABORADOR DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE PARA
O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA EM ENFERMAGEM

Avenida Bandeirantes, 3900 - Campus Universitário - Ribeirão Preto - CEP 14040-902 - São Paulo - Brasil
FAX: 55 - 16 - 633-3271 / 55 - 16 - 630-2561 - TELEFONES: 55 - 16 - 633-0379 / 602-3382

Ribeirão Preto, 29 de junho de 2006.

Exmo Sr.

Dr. Paulo César Gentile

DD. Juiz da Infância e da Juventude de Ribeirão Preto

Senhor Juiz,

Autorizo a pesquisa

Paulo César Gentile

Paulo César Gentile
Juiz de Direito

Tem esse o objetivo de solicitar a V. Sa. autorização para que eu, Enfa. Ms. Renata Cristina da Penha Silveira, aluna do Programa de Pós - Graduação Interunidades da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, realize aplicação de questionários a crianças e adolescentes que estudam em escolas municipais de Ribeirão Preto, relacionado ao Projeto de Pesquisa intitulado **"Incidência de Crianças e adolescentes que trabalham e estudam nas escolas municipais de Ribeirão Preto e as repercussões sobre sua aprendizagem"**, o qual tem o objetivo de identificar a incidência de crianças e adolescentes que trabalham e estudam nas escolas municipais da cidade de Ribeirão Preto (SP) e as repercussões sobre sua aprendizagem, através da aplicação de um questionário às crianças e adolescentes presentes em sala de aula no momento da aplicação do mesmo.

Objetiva-se também que através deste, V. Sa. leia e assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo 2) para a realização desta pesquisa.

O projeto será enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - USP, a fim de que sejam obedecidos os preceitos da Resolução do Conselho Nacional de Saúde 196/96. Cópia do projeto para conhecimento de V. Sa. encontra-se anexo.

No aguardo de manifestação por parte de V. Sa., despeço-me.

Atenciosamente,

Enfermeira Ms. Renata Cristina da Penha Silveira.
Doutoranda em Enfermagem EEUSP/EERP-USP

Ciente e de acordo: Profa. Dra. Maria Lúcia do Carmo Cruz Robazzi (orientadora da Pesquisa)